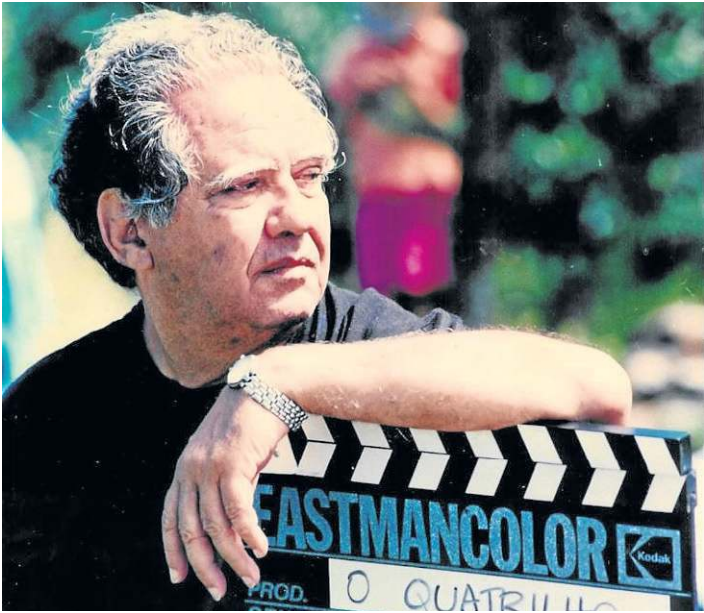


CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 23 DE JULHO DE 2026

NÚMERO 23.133 • 34 PÁGINAS • R\$ 5,00

Instagram/Mubi Brasil



Visionário do cinema brasileiro

Inventor da moderna cinematografia nacional, Luiz Carlos Barreto morreu ontem, aos 98 anos. Ativista politizado fundamental no desenvolvimento da indústria brasileira, o cineasta deixa legado de filmes que retratam o Brasil e suas particularidades. PÁGINA 22

Telas candangas

Filme ambientado em Brasília nos anos 1980 e diretora de Ceilândia premiada colocam o cinema da capital em destaque. PÁGINA 18



Uma barbárie brasileira: são 741 feminicídios em 6 meses



Mesmo com redução de 2,5% dos casos em relação ao ano passado — o número de mortes caiu de 760, nos seis primeiros meses de 2025, para 741 no mesmo período de 2026 —, os assassinatos por questão de gênero seguem em patamar alto, motivando discussões sobre o aumento das medidas preventivas e punição aos criminosos. Foram pelo menos quatro vítimas por dia, de janeiro a junho. Dois casos recentes, o da PM Michele Leão, em Minas, e o da professora Valdirene Clemente, em Belo Horizonte, impressionaram pela violência dos algozes, ex-companheiros delas. Segundo dados dos ministérios das Mulheres e da Justiça e Segurança Pública, Centro-Oeste, Sudeste e Sul tiveram alta nas ocorrências, enquanto Norte e Nordeste apresentaram queda. Em duas operações nacionais este ano, mais de 20,4 mil foram presos. PÁGINA 6

TSE e STF em alerta com ataque às urnas



As críticas do pré-candidato do PL à Presidência, senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), sobre a segurança dos equipamentos eletrônicos da eleição, provocaram reações do Judiciário e de adversários do parlamentar na disputa. O Tribunal Superior Eleitoral desmentiu em nota as suspeitas levantadas por Flávio em reunião com diplomatas. Uma ala de ministros do Supremo, no entanto, defende punição rigorosa à atitude, comparada por eles ao ato que tornou inelegível o ex-presidente Jair Bolsonaro. O PT protocolou no TSE denúncia contra o senador do PL, mas lideranças petistas dizem não querer a inebilizabilidade dele. Ronaldo Caiado (PSD), também candidato ao Planalto, ironizou as declarações: “42 embaixadores numa sala, dava pra vender soja, escolheram falar de urna”. A defesa de Flávio negou que ele tenha levantado suspeitas sobre o sistema de votação.

• PP e União não seguirão com o PL à Presidência

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Desafios — Na segunda reportagem da série *Esta é minha direção*, mulheres que atuam no setor de transportes falam sobre as dificuldades diárias, assédio e falta de infraestrutura. Tamara Dias é um das seis mulheres motoristas do SLU. “Tive que demonstrar ser capaz”. PÁGINA 13

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Desafio — Ao *CB.Poder*, o especialista em marketing político Marcelo Vitorino analisou as regras do TSE para o uso de IA nas campanhas eleitorais.

Ana Maria Campos // Candidatura própria do MDB no DF não é vista com bons olhos.

Denise Rothenburg // Quase dois terços dos presidentes de partido vão disputar cargos.

Luiz Carlos Azedo // Para derrotar Lula, Flávio precisa dos votos do eleitor de centro.

PÁGINAS 2 A 4 E 14

Geraldo Bubiniak/Estadão conteúdo



Reforços da Copa embalam o líder

Com gols dos paraguaios Maurício e Sosa, Palmeiras bate Coritiba e mantém a ponta. Flamengo ganha da Chapecoense e segue à caça. Nos bastidores, times se aproximam de reforços do Mundial. PÁGINA 19

Arábia Saudita e EUA assinam acordo nuclear

Pacto de cooperação entre Riad e Washington na área da energia atômica prevê parceria de várias décadas e bilhões de dólares. Departamento de Energia dos Estados Unidos assegura que reino saudita vai seguir a não proliferação. Especialistas consultados pelo **Correio** veem risco para as inspeções internacionais.

Julgamento de Maduro tem data marcada

PÁGINA 9

Direito & Justiça

Uma eleição gigantesca

Números da Justiça Eleitoral divulgados nesta semana mostram a dimensão do pleito de 4 de outubro, no Brasil. São 158.745.463 eleitores — 2,2 milhões a mais do que o registrado em 2022.

Data venia

Acusado de assédio sexual, Marco Buzzi, ministro do STJ, será julgado em 6 de agosto



SABATINA COM PRÉ-CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

28 DE JULHO A PARTIR DAS 8H

correio.braziliense



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000

(61) 99158.8045

assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

(61) 99256.3846



Ministros do STF defendem resposta firme a ataque...

Ala da Suprema Corte é favorável a uma reação dura do TSE às declarações de Flávio Bolsonaro contra as urnas eletrônicas

» RENATO SOUZA
» DANANDRA ROCHA
» LUIZA ALTOE

A ofensiva do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) contra as urnas eletrônicas, ao colocar em dúvida a segurança dos equipamentos, provocou apreensão entre ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Não se esperava, nas Cortes, que o pré-candidato à Presidência adotasse o mesmo comportamento do pai, Jair Bolsonaro, que ficou inelegível justamente por questionar a integridade do processo eleitoral.

Uma ala majoritária do Supremo defende uma resposta firme do TSE, para deixar claro que a Justiça Eleitoral não aceita qualquer acusação infundada que tente minar a democracia no Brasil. No entanto, interlocutores da Corte dizem que os ministros pedem algum tipo de reação eleitoral, mas não necessariamente tão rígida como ocorreu com Bolsonaro, que perdeu os direitos políticos por oito anos.

Em 2021, o ex-deputado estadual Fernando Francischini foi condenado à perda de mandato após difundir informações falsas sobre o processo eletrônico de votação. O caso se tornou um marco e passou a balizar a reação do Judiciário nos casos em que a eleição é colocada em dúvida sem qualquer tipo de prova.

Em uma reunião com embaixadores, na terça-feira, Flávio afirmou que as urnas brasileiras são originárias da mesma empresa, a Smartmatic, que forneceu equipamentos de votação à Venezuela e que um relatório da CIA teria apontado que os dispositivos foram usados para fraude eleitoral. “Não vou entrar em mais detalhes, mas só para deixar registrado que muitas dessas máquinas que são utilizadas nas eleições brasileiras

Raul Spinassé



Declarações do senador Flávio Bolsonaro sobre as urnas eletrônicas foram desmentidas pelo TSE

são da mesma empresa”, disse o parlamentar no evento, em Brasília. “Há uma denúncia por parte do governo americano de suspeitas de fraudes em processo eleitoral eletrônico, em especial na Venezuela, inclusive utilizando uma documentação do próprio serviço de inteligência americano, a CIA, apontando sobre a possibilidade de vulnerabilidades do sistema eletrônico de votação.”

Em seguida, o parlamentar acrescentou: “Não estou questionando o sistema de eleição brasileiro, mas que todos os países possam mandar a maior quantidade de observadores possível para nossa eleição e pessoas que têm conhecimento sobre essa tecnologia”. Em reação, o TSE desmentiu

as declarações de Flávio. A Corte republicou um comunicado divulgado originalmente em 2022, no qual afirma que a Smartmatic não fornece urnas nem participa do desenvolvimento dos sistemas utilizados nas eleições brasileiras. “São falsas as mensagens que circulam nas redes sociais segundo as quais a empresa Smartmatic fornece urnas eletrônicas ou softwares utilizados em urnas no Brasil. Todo o projeto da urna eletrônica brasileira e do sistema eletrônico de votação foi concebido e é gerido inteiramente pela Justiça Eleitoral do país”, destacou o texto.

A decisão de tornar público novamente o esclarecimento foi autorizada pelo ministro Nunes

Marques, presidente do TSE e indicado ao STF por Jair Bolsonaro. Em vez de emitir uma manifestação específica sobre as falas do senador, o magistrado permitiu a divulgação do mesmo texto utilizado há quatro anos, quando Bolsonaro fez alegações semelhantes durante reunião com embaixadores. O episódio de 2022 foi posteriormente utilizado como fundamento para a condenação que tornou o ex-chefe do Executivo inelegível até 2030.

No Supremo, existe a avaliação de que Flávio conta com um “TSE amigo”, por causa de Nunes Marques, que teria reações mais brandas e limites mais amplos que seus antecessores no comando do tribunal.



Sua equipe de pré-campanha reafirma sua integral confiança no sistema eleitoral brasileiro e sua crença irrestrita de que as missões de observação internacional devem ser fortemente estimuladas”

Trecho da nota da pré-campanha do senador Flávio Bolsonaro

naquela época. Eu indago: houve uma impugnação sequer minimamente séria contra a nossa urna eletrônica? Não”, afirmou, Marco Aurélio, que comandou o TSE por três vezes.

“Eu, como ex-presidente que presidiu as primeiras eleições informatizadas, afirmo que é ver chifre em cabeça de cavalo ao achar que a urna pode ser fraudada”, acrescentou.

Defesa

Após a repercussão das declarações, a equipe de pré-campanha de Flávio Bolsonaro divulgou uma nota negando que ele tenha levantado suspeição sobre as urnas.

“Não é verdade que o pré-candidato Flávio Bolsonaro tenha questionado a integridade do sistema de votações no Brasil”, diz o texto. A defesa sustenta que o parlamentar apenas fez referência a fatos já divulgados publicamente e destaca que, durante o encontro com os diplomatas, ele afirmou expressamente não estar colocando em dúvida a confiabilidade das eleições.

A nota também reforçou apoio à ampliação das missões internacionais de observação eleitoral. “Sua equipe de pré-campanha reafirma sua integral confiança no sistema eleitoral brasileiro e sua crença irrestrita de que as missões de observação internacional devem ser fortemente estimuladas”, acrescentou.

As declarações também provocaram reação do ex-governador de Goiás e pré-candidato à Presidência Ronaldo Caiado. Sem citar Flávio, ele ironizou o senador: “42 embaixadores numa sala: dava para vender soja. Dava para abrir mercado para indústria. Dava para atrair investimento. Escolheram falar de urna eletrônica!”, escreveu nas redes sociais.

... E PT faz denúncia no TSE

A Federação Brasil da Esperança, composta por PT, PV e PCdoB, protocolou uma representação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contra o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), o deputado cassado Eduardo Bolsonaro e os deputados federais Gustavo Gayer (PL-GO) e Júlia Zanatta (PL-SC). A ação aponta que os quatro participaram, nos últimos dias, de um “movimento articulado de desinformação contra a integridade do sistema eletrônico de votação brasileiro e a credibilidade da Justiça Eleitoral”.

De acordo com a representação, não se trata de fato isolado, mas de um movimento iniciado com publicações de Zanatta, seguido por Eduardo Bolsonaro e Gustavo Gayer nas redes sociais, com “a inserção e fixação do assunto fraudulento no debate público”. Já Flávio, conforme o texto, propagou fake news sobre o Brasil utilizar urnas eletrônicas da empresa venezuelana Smartmatic, em reunião com embaixadores na terça-feira.

A ação sustenta que a estratégia dos acusados consistiu em utilizar um relatório desclassificado pela CIA sobre suposta manipulação eleitoral na Venezuela — entre 2004 e 2020 — para criar uma narrativa

sobre a realidade do Brasil. No entanto, o documento não faz “nenhuma referência ao sistema eleitoral brasileiro”, conforme destaca a representação. “O documento estadunidense e suas conclusões não dizem respeito ao Brasil em nenhum aspecto. Porém, essa circunstância é deliberadamente omitida ou descontextualizada”, acrescenta.

Diante disso, é reiterado na ação que Flávio “não desconhecia e nem poderia desconhecer a inveracidade da associação por ele propagada, sem qualquer amparo em elemento minimamente idôneo, perante autoridades estrangeiras”. Além disso, para os autores da ação, é um agravante e um revelador do dolo o fato do senador ter mencionado a inelegibilidade do pai, decorrente de uma reunião com embaixadores em que o ex-presidente discursou contra as urnas.

“Tratando o precedente não como advertência a ser evitada, mas como narrativa de perseguição política a ser reafirmada, em clara demonstração de pleno conhecimento acerca da natureza ilícita da conduta reiterada”, avaliam os autores da ação. Por fim, eles solicitam que a Corte adote as medidas cabíveis “antes que a semente hoje lançada germine,

como já germinou em 2022, em ataque de proporções sistêmicas à normalidade e à legitimidade do pleito”.

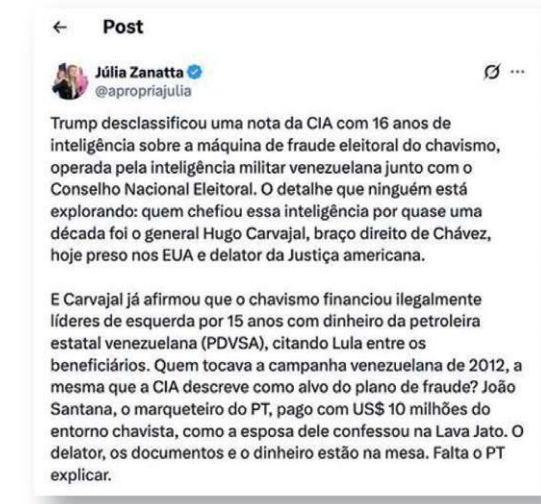
Inelegibilidade, não

O deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) afirmou, nas redes sociais, que o objetivo da ação não é tornar Flávio inelegível, pois o objetivo do partido é derrotar o senador nas eleições. Tanto que a federação pede, na ação, a retirada das postagens e multa aos acusações.

“O que eles tão dizendo é o seguinte: ‘Flávio Bolsonaro não deve ganhar as eleições’. Tinha uma armadilha ali. Ele queria que a gente pedisse a inelegibilidade dele, nós não vamos. Nós vamos ganhar de vocês nas urnas”, disse Farias.

Em 2022, o TSE declarou a inelegibilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro por abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação durante reunião com embaixadores estrangeiros.

No entanto, diferentemente de Jair Bolsonaro — que usou do espaço público e do cargo de presidente para disseminar fake news —, Flávio é pré-candidato à Presidência e fez o discurso em um evento privado. (LA)



A federação pede que o TSE ordene a remoção de publicações de Gayer, Eduardo Bolsonaro e Júlia Zanatta

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizazedo.df@dabr.com.br



Lula pode jogar parado porque o maior adversário de Flávio é ele mesmo

"Jamais interrompa o seu adversário quando ele estiver cometendo um erro." A máxima atribuída a Napoleão Bonaparte, inspirada em suas reflexões sobre *O príncipe*, de Nicolau Maquiavel, parece ter sido escrita sob medida para Flávio Bolsonaro (PL), principal adversário do presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais. O petista enfrenta dificuldades na economia, elevada rejeição e desgastes naturais do longo exercício do poder, porém seu principal adversário insiste em criar problemas para a própria candidatura.

Em vez de explorar as fragilidades do governo, Flávio oferece a Lula oportunidades para recuperar a iniciativa política, mobilizar a esquerda e conquistar eleitores moderados. A lista de erros é extensa. Flávio se envolveu com Daniel Vorcáro, protagonista do escândalo do Banco Master; entrou em conflito com a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, que se queixa do tratamento recebido do enteado e se afastou da campanha; apostou que o tarifaço de Donald Trump contra as exportações brasileiras seria atribuído a Lula, mas a medida acabou despertando um sentimento de defesa dos interesses nacionais.

Agora, retoma as suspeitas infundadas contra as urnas eletrônicas, repetindo a estratégia que contribuiu para tornar seu pai inelegível e que esteve no centro da tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro de 2023. Nenhum desses episódios, isoladamente, liquidaria uma candidatura competitiva. Somados, no entanto, revelam um problema de estratégia, comando e temperamento.

Flávio parece incapaz de perceber que uma eleição presidencial não se ganha apenas consolidando a base bolsonarista. Para derrotar Lula, precisa conquistar uma parcela do eleitorado de centro, reduzir sua rejeição e transmitir segurança às forças econômicas e partidárias que não desejam a continuidade do PT, mas também não querem uma nova crise institucional. Ao radicalizar o discurso, aproximar-se de personagens controversos e abandonar aliados quando enfrentam dificuldades, o candidato do PL faz exatamente o contrário.

O caso das urnas é exemplar. Diante de representantes de dezenas de países, Flávio poderia ter apresentado um programa econômico, defendido a abertura de mercados, discutido investimentos e demonstrado capacidade de representar o Brasil no exterior. Preferiu ressuscitar uma acusação falsa sobre a participação da empresa venezuelana Smartmatic no sistema de votação brasileiro.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em resposta, carimbou a declaração como fake news. Esclareceu que a Smartmatic não fornece urnas nem programas utilizados no Brasil e que o sistema é concebido e administrado pela própria Justiça Eleitoral. O candidato a presidente do PSD, Ronaldo Caiado, de olho numa vaga de segundo turno das eleições, resumiu a patacoada: "42 embaixadores numa sala: dava para vender soja. Dava para abrir mercado para indústria. Dava para atrair investimento. Escolheram falar de urna eletrônica!".

Aliados se afastam

Flávio reproduziu o comportamento que levou Jair Bolsonaro à condenação pelo TSE após a reunião com embaixadores de julho de 2022. Mesmo integrantes do bolsonarismo passaram a admitir, reservadamente, que o senador repete o erro do pai. A fala pode entusiasmar os eleitores mais fiéis, mas não acrescenta um único voto ao campo da direita. Ao contrário, devolve a Lula a bandeira da defesa da democracia, reabre a memória do 8 de Janeiro e ajuda o PT a enquadrar o adversário como representante de uma ameaça institucional.

Flávio também calculou mal os efeitos da política de Donald Trump para o Brasil. Sua aproximação com o presidente norte-americano poderia ser apresentada como um ativo diplomático, desde que servisse para defender empresas, empregos e exportações brasileiras. Entretanto, sua tentativa de responsabilizar Lula pelas tarifas não convenceu a maioria. A associação com Trump, que deveria fortalecê-lo, passou a alimentar a narrativa governista da defesa da soberania nacional.

O escândalo do Banco Master produziu estragos ainda maiores porque atingiu o discurso antissistema do candidato. Flávio reconheceu ter procurado Vorcáro para obter financiamento privado destinado a um filme sobre Jair Bolsonaro e admitiu que voltou a se encontrar com o banqueiro depois de sua primeira prisão.

O senador nega qualquer ilegalidade, mas as mensagens e gravações divulgadas mostraram pedidos milionários. Politicamente, a proximidade com um banqueiro situado no centro de uma investigação bilionária enfraquece o discurso moralizador do bolsonarismo e dá munição ao PT.

Esse episódio também deteriorou a relação com Ciro Nogueira, presidente do PP e antigo ministro da Casa Civil de Jair Bolsonaro. Quando Ciro foi atingido por uma operação relacionada às investigações do Master, dirigentes do Progressistas esperavam uma manifestação de solidariedade de Flávio. Ela não veio. O silêncio foi interpretado como abandono.

Nesta quarta-feira, Ciro comunicou a Flávio Bolsonaro, pessoalmente, que a federação União Progressista, formada pelo PP e pelo União Brasil, pretende ficar neutra na eleição presidencial no primeiro turno. Além da insatisfação com o comportamento de Flávio, pesaram os interesses regionais e o receio de novas revelações sobre suas relações com Vorcáro. Os dois partidos não estão dispostos a amarrar seu destino a Flávio.



Neutralidade de PP e União impacta Flávio

No foco do senador, União Progressista decide não se vincular a uma candidatura presidencial

» ALÍCIA BERNARDES

A tentativa do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) de conquistar o apoio da federação União Progressista (PP e União Brasil) para a disputa ao Palácio do Planalto enfrenta forte resistência dentro das legendas. Às vésperas da definição das alianças nacionais, interlocutores da cúpula da federação afirmaram ao Correio que o cenário mais provável é a adoção de uma posição de neutralidade na corrida presidencial. A avaliação predominante é que o PP e União devem priorizar sua estratégia eleitoral nos estados, evitando comprometer a atuação dos diretórios regionais com um único projeto nacional.

Segundo aliados da cúpula do União Progressista ouvidos pela reportagem, a reunião entre Flávio Bolsonaro e o presidente nacional do PP, senador Ciro Nogueira (PI), marcada para ontem, dificilmente alterará esse quadro. A expectativa era de que o dirigente reforçasse ao pré-candidato do PL que a tendência majoritária será preservar autonomia para as negociações locais. Nos bastidores, dirigentes afirmam que a neutralidade passou a ser vista como a alternativa capaz de reduzir conflitos internos e ampliar a competitividade da federação nas eleições proporcionais.

Fontes ligadas ao comando do PP disseram ao **Correio** que existe

Lula Marques/ Agência Brasil



Ciro teria ficado magoado com a falta de apoio de Flávio no caso Master

um entendimento consolidado de que cada diretório estadual deverá conduzir suas próprias costuras políticas, conforme as realidades locais. Na prática, isso permitirá que a federação esteja ao lado de diferentes candidaturas presidenciais nos estados, quando houver interesse eleitoral, sem que isso represente um compromisso nacional. A estratégia também

contempla a preservação das alianças já construídas em disputas regionais, muitas delas incompatíveis entre si.

Integrantes da cúpula do União Progressistas relatam que o principal objetivo é ampliar a bancada na Câmara dos Deputados e fortalecer a presença nos governos estaduais. Para esse grupo, um alinhamento formal a uma candidatura

presidencial poderia limitar acordos regionais considerados estratégicos. A avaliação interna é de que a liberdade para negociar nos estados oferece maior margem para o crescimento eleitoral em 2026.

Apesar da resistência, interlocutores afirmam que o diálogo com o PL continuará aberto até o encerramento das convenções partidárias. A campanha de Flávio Bolsonaro ainda aposta na possibilidade de construir uma composição com partidos do Centrão e tenta convencer dirigentes de que uma aliança nacional poderia ser acompanhada de acomodações regionais. Contudo, aliados do PP consideram que o espaço para uma mudança de posição é reduzido diante do consenso formado nas últimas consultas feitas aos dirigentes estaduais.

A decisão deverá ser formalizada nos próximos dias, antes do prazo final das convenções partidárias — em 5 de agosto. Até lá, a orientação predominante na federação é se manter oficialmente neutra na disputa pelo Planalto, enquanto diretórios estaduais ficarão responsáveis por definir as alianças que considerarem mais vantajosas em seus respectivos cenários eleitorais. A expectativa entre dirigentes é que esse modelo preserve a unidade do União Progressista e evite desgastes internos em uma eleição marcada pela fragmentação das forças políticas.

Aceno à esquerda

Além da neutralidade, o presidente nacional do PP, Ciro Nogueira (PI), indicou a aliados que não deve ser oposição ao Palácio do Planalto a partir de 2027, independentemente de quem vença as eleições de outubro, e que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva parece hoje mais perto da vitória do que o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

A equipe de Flávio apostava na coligação com União-PP em nível nacional para ganhar maior tempo de propaganda na TV e no rádio, uma vez que as cotas são divididas de acordo com o tamanho das bancadas dos partidos na aliança dos candidatos. O PT de Lula terá consigo PCdoB, PV, PSB, PDT, PSOL e Rede.

A decisão de não tomar lado na disputa presidencial é uma demanda das lideranças regionais, uma vez que o PP recebe votos da esquerda em estados do Nordeste e da direita no Sul e Sudeste. Em estados como Piauí, Pernambuco e Paraíba, por exemplo, estar associado a Flávio Bolsonaro pode prejudicar a campanha eleitoral de diversos candidatos.

Além de facilitar os palanques estaduais, outra motivação para a neutralidade foi o incômodo de Ciro com a falta de uma defesa pública de Flávio ao presidente do PP durante a fase da Operação Compliance Zero, da Polícia Federal, que teve o senador como alvo, em maio.

A aliados, o presidente do PP lembra que até Lula se manifestou sobre o assunto. "A Polícia Federal cumpriu uma decisão judicial. Eu espero que todas as pessoas investigadas sejam inocentes", disse o petista na ocasião.

Flávio, por sua vez, tentou se afastar de Ciro. "Olha, vocês querem me vincular com o Ciro Nogueira, mas o Banco Master é do Lula", afirmou em maio. Interlocutores do senador afirmam que Ciro ficou magoado com o episódio.

Já a intenção de não fazer oposição ao próximo governo, seja ele do PT ou do PL, foi vista como uma tentativa de angariar apoio da esquerda num estado que vota majoritariamente com Lula.

DEGUSTAÇÃO DE VINHOS JARDIM DO LAKE'S

No dia 25 de julho, participe de uma degustação exclusiva no Jardim do Lake's, com mais de 30 rótulos de diferentes países para você apreciar e descobrir novos sabores.

19h às 22h
Lake's Restaurante

• Individual: R\$ 350
• Casal: R\$ 600

61 3323-1029 | 402 SUL

Lake's RESTAURANTE

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG COM EDUARDA ESPOSITO
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Receitas iguais, resultados semelhantes

As declarações de Flávio Bolsonaro contra a urna eletrônica foram lidas no próprio PL como mais uma repetição da estratégia do ex-presidente Jair Bolsonaro, em 2022. Se naquela época, com o governo na mão, Bolsonaro não conseguiu se reeleger, a reprise desse estratagema tende a levar ao mesmo desfecho.

Em meio ao tarifaço...

Nas Filipinas para a reunião de chanceleres da Associação dos Países do Sudeste Asiático (Asean), o ministro de Relações Exteriores, Mauro Vieira, aproveitou as presenças dos chanceleres Wang Yi, da China, e Sergei Lavrov, da Rússia, em Manila, para tratar do fornecimento de fertilizantes. Com o fechamento do Estreito de Ormuz, esses dois países se tornam ainda mais estratégicos como fornecedores.

... a China estende a mão

O governo chinês tem indicado que pode aumentar a oferta de alguns tipos de fertilizantes este ano, diante da crise em Ormuz.

Incertezas & movimentos eleitorais

A falta de confiança na candidatura de Flávio Bolsonaro foi o que levou a Federação União Progressista a preferir a carreira solo. O deputado Fausto Pinato (União -SP), por exemplo, tem andado pelo estado de São Paulo e não percebe o eleitor entusiasmado com a proximidade do pleito: “Não é uma eleição de amor e entusiasmo, e a sorte do Lula é que uma parcela do eleitorado votará com responsabilidade, e não com vontade”, afirma.

... eles se aproximam

Pinato considera que Lula teria uma eleição mais fácil se tivesse caminhado para o centro: “Fernando Haddad deveria ter sido vice de alguém do centro, mas o PT trabalha para manter a polarização acirrada, o que não é bom para o Lula. Por aqui, a mesma rejeição que o Flávio tem, o PT também tem”.

Presidentes de partidos buscam mandatos

Fracassada a tentativa de incluir os presidentes de partidos políticos na proposta de emenda à Constituição (PEC) da Blindagem, projeto que terminou arquivado no Senado, grande parte dos comandantes das agremiações partidárias decidiu concorrer às eleições deste ano. Quase dois terços deles vão disputar um mandato eletivo. No União Brasil, Antonio Rueda estreia na disputa eleitoral como pré-candidato a deputado federal no Rio de Janeiro. As vagas ao Legislativo são as que

mais atraem os dirigentes partidários.

» » »

Veja bem/ Em muitas conversas, quem convive diariamente com eles afirma que presidente de partido com mandato consegue indicar emendas ao Orçamento, ganham foro privilegiado, e o fato de estar no Parlamento dá mais poder aos dirigentes, responsáveis pela distribuição do fundo eleitoral e partidário.



CURTIDAS

Outro apelido.../ ... mesmo endereço. Enquanto por aqui, os petistas chamam o tarifaço a produtos brasileiros de “Tariflávio”, os políticos democratas nos Estados Unidos chamaram de “tarifas Bolsonaro”. Um vídeo que o governador da Califórnia, Gavin Newsom, gravou quando das primeiras tarifas, voltou a fazer sucesso nas redes com a vigência da nova taxaço de produtos brasileiros em 25%.

“Tarifas ilegais”/ “Estas tarifas contra o seu país são uma piada, uma abominação, ou melhor: as ‘tarifas Bolsonaro’. Vamos apenas deixar claro o que elas são. Nós estamos em superavit comercial com vocês, é um absurdo. São tarifas ilegais, e estão na Suprema Corte dos EUA agora. Nós fomos um dos primeiros estados a entrar com uma ação seguindo esse princípio. Isso está aumentando os custos dos produtos no meu país”, disse o governador.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Ciro é de todos/ O PSDB de Ciro Gomes não destinará seu palanque ao governo do Ceará exclusivamente a Flávio Bolsonaro. A contar pelas declarações de Ciro elogiando Ronaldo Caiado (PSD) e Renan Santos (Missão), eles podem chegar, que tem conversa.

E o PL, hein?/ A tendência é manter um “apoio envergonhado” a Ciro, apenas porque Flávio Bolsonaro sacramentou essa escolha. Nas redes sociais, porém, surgem muitas mensagens como “Michelle estava certa”. A ex-primeira-dama defendeu o apoio a Eduardo Girão (Novo).

» Entrevista | MARCELO VITORINO | CONSULTOR DE MARKETING POLÍTICO

Especialista avalia que normas do TSE para o uso da tecnologia atingem apenas as campanhas, e não impedem divulgação

“Regras para IA são insuficientes”

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

As campanhas eleitorais têm um grande desafio pela frente: o uso da inteligência artificial (IA). O avanço da tecnologia obrigou o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a estabelecer regras rígidas de como as campanhas devem usar esse mecanismo, como a proibição dos conteúdos nas 72 horas antes do pleito. Para o consultor de marketing político Marcelo Vitorino, no entanto, as diretrizes não serão capazes de combater os deepfakes e as fake news que estão por vir. O consultor conversou com os jornalistas Denise Rothenburg e Carlos Alexandre de Souza, ontem, no programa CB.Poder — parceria entre o Correio Braziliense e a TV Brasília. Leia os principais trechos:

O TSE proibiu o uso de IA nas campanhas sem a devida identificação. Essa decisão facilita ou dificulta a vida do eleitor?

Acredito que o TSE está tentando resolver o problema, mas a medida ainda é insuficiente. A proibição atinge diretamente partidos e candidatos. Uma campanha não pode produzir um conteúdo falso para prejudicar um adversário, nem para beneficiar o próprio candidato. O problema é que isso não impede outras pessoas de fazerem esse tipo de conteúdo. Os candidatos estão proibidos, mas qualquer cidadão pode produzir e divulgar esse material.

É possível remover esse tipo de conteúdo?

Retirar algo da internet é praticamente impossível. É como

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Acredito que o TSE está tentando resolver o problema, mas a medida ainda é insuficiente. A proibição atinge partidos e candidatos”

tirar xixi da piscina: não dá. Um vídeo, um áudio ou uma dublagem se espalham muito rapidamente. Nas últimas 72 horas antes da eleição, as campanhas não podem impulsionar conteúdos nem publicar materiais produzidos com IA. Justamente no momento mais crítico da disputa, elas ficam sem condições de reagir. Se um eleitor divulgar um vídeo difamatório, a campanha terá pouca capacidade de resposta, porque o horário eleitoral já terminou e não poderá recorrer ao impulsionamento nas redes.

Na prática, como é o uso da IA?

Vamos imaginar que eu criei um personagem fictício, a dona Maria, uma costureira do subúrbio do Rio de Janeiro. Posso gerar a imagem e a voz dela. A partir dessa personagem, faço críticas pesadas a um candidato e, de vez em quando, acrescento alguma informação falsa. Isso é liberdade de expressão ou guerrilha digital? Quem pode ser responsabilizado? Além disso, depois que esse conteúdo entra na internet, como será possível removê-lo?

Há como o TSE coibir a produção desse conteúdo?

Infelizmente, não. Não há mais tempo para isso. O responsável até pode ser penalizado, mas, primeiro será preciso, identificá-lo, notificar as plataformas e iniciar o processo judicial. Nas últimas 72 horas da eleição, esse tempo simplesmente não existe. Mesmo que seja possível, o Judiciário estará sobrecarregado de ações.

As campanhas deixaram as ruas e migraram para as redes sociais. Como o eleitor consegue



Assista ao programa na íntegra

formar uma opinião nesse ambiente?

Fui um dos pioneiros no uso do digital em campanhas políticas. Nesse cenário, a imprensa tem um papel fundamental para separar o joio do trigo. O eleitor precisará recorrer à imprensa profissional, às pesquisas e, principalmente, buscar informações de qualidade. Ele também tem responsabilidade nesse processo, porque o boato só ganha força quando encontra alguém disposto a acreditar e compartilhá-lo.

Qual rede social representa, hoje, o maior desafio?

Isso mudou muito. Em 2018, o WhatsApp foi o principal canal para a guerrilha digital e a desinformação. Depois, a própria plataforma adotou medidas para limitar esse tipo de prática. Em 2022, o problema já foi menor e, em 2026, tende a ser ainda mais reduzido, muito mais por mudanças na fermenta do que pela atuação da Justiça Eleitoral. Hoje, é preciso ficar atento ao Instagram e ao Facebook, além de redes às quais muitos políticos ainda dão pouca atenção, como TikTok e Kwai.

No dia a dia dos políticos, como a IA impacta as estratégias de campanha?

A inteligência artificial também tem um lado extremamente positivo. Imagine reunir todas as entrevistas que um político concedeu ao longo da vida, transcrevê-las e fazer uma análise completa desse material. Sem IA, isso levaria um tempo enorme. Além disso, vai reduzir os custos.

Nessa era digital, o horário eleitoral ainda é necessário?

Tem a parte do programa eleitoral, mas que muita gente hoje não assiste. As pessoas assistem o primeiro e o último, muitas vezes, e assistem os proporcionais para ver se tem algum engraçado, mas tem um peso razoável. O que eu vejo que tem mais peso são as inserções. São aquelas como se fosse uma propaganda que entra ali no meio da novela, no meio do jornal. A televisão continua sendo o maior meio de comunicação de reconhecimento. Não para enganar, porque isso é na internet.

Quais são os assuntos nos quais o senhor acredita que o eleitor prestará atenção para essa disputa?

Em quase toda eleição nacional, a pauta gira em torno da economia. Ano passado, diziam que seria a segurança pública. A violência é um problema que também deriva da economia. Não existe violência do jeito que a gente tem em países prósperos. Na última eleição, qual foi o grande projeto do Lula? Trazer a picanha de volta. O que é a picanha de volta? É a economia. Só que é a economia traduzida no linguajar popular. Na eleição de Bolsonaro, a pauta era a economia, com o destaque de Paulo Guedes, que foi ministro da economia.

***Estagiária sob a supervisão de Victor Correia**



8º BRASÍLIA SUMMIT

L I D E – CORREIO BRAZILIENSE

05 DE AGOSTO, 8 ÀS 12 HORAS

HOTEL BRASÍLIA PALACE

BRASÍLIA – DF

"A SEGURANÇA JURÍDICA E O DESAFIO DA INFRAESTRUTURA NO BRASIL"

PALESTRANTES



GILMAR MENDES
MINISTRO DO STF
SUPREMO TRIBUNAL
FEDERAL



RICARDO VILLAS BÔAS
MINISTRO DO STJ
SUPERIOR TRIBUNAL
DE JUSTIÇA



NELSON DE SOUZA
PRESIDENTE DO
BANCO BRB



ARNALDO JARDIM
DEPUTADO FEDERAL
(CIDADANIA - SP)
TITULAR DA COMISSÃO
DE MINAS E ENERGIA
DA CÂMARA DOS
DEPUTADOS



LAÉRCIO OLIVEIRA
SENADOR (PP-SE)
RELAÇOR DA LEI
DO GÁS



VITAL DO REGO FILHO
PRESIDENTE DO TCU
TRIBUNAL DE CONTAS
DA UNIÃO



SANDOVAL FEITOSA
DIRETOR-GERAL DA
ANEEL - AGÊNCIA
NACIONAL DE
ENERGIA ELÉTRICA



GUILHERME SAMPAIO
DIRETOR-GERAL DA
ANTT - AGÊNCIA
NACIONAL DE
TRANSPORTES
TERRESTRES



DÉBORA SANTOS
DIRETORA
DE RELAÇÕES
INSTITUCIONAIS
DA COSAN



GIUSEPP MENDES
CEO DO PINHEIRO &
MENDES ADVOGADOS



JOÃO DORIA
FUNDADOR E
CO-CHAIRMAN DO LIDE
GOVERNADOR DE SÃO
PAULO (2019-2022)
PREFEITO DE SÃO PAULO
(2017-2018)



PAULO OCTÁVIO PEREIRA
EMPRESÁRIO
CEO DO GRUPO
PAULO OCTÁVIO
PRESIDENTE
DO LIDE BRASÍLIA



JOÃO DORIA NETO
CEO DO
LIDE GLOBAL



GUILHERME MACHADO
PRESIDENTE DO
CORREIO
BRAZILIENSE



PEDRO GONET
ADVOGADO, JURISTA E
PESQUISADOR DA UNB -
UNIVERSIDADE DE
BRASÍLIA



DENISE ROTHENBURG
COLUNISTA NO
CORREIO BRAZILIENSE



LAURO SEIXAS
ADVOGADO
HEAD DO
LIDE SEGURANÇA
JURÍDICA



BRUNO MEYER
JORNALISTA
HEAD DO
LIDE CONTEÚDO

INICIATIVA

L I D E
25 ANOS

CORREIO BRAZILIENSE

L I D E
BRASÍLIA



VIOLÊNCIA

Queda tímida nos feminicídios

Casos caíram 2,5% no primeiro semestre em relação a 2025. Ainda assim, assassinatos de mulheres marcam o cotidiano

» ARMANDO HOLANDA
» IZABELLA CAIXETA
» ANA LUIZA SOARES

Brasil registrou 741 vítimas de feminicídio entre janeiro e junho de 2026, uma queda de 2,5% em relação ao mesmo período do ano passado, quando foram contabilizados 760 casos. Os dados foram divulgados ontem pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), e fazem parte do Monitoramento Nacional da Violência contra a Mulher, produzido em parceria com o Ministério das Mulheres.

Apesar da redução nacional, nove estados apresentaram aumento no número de casos na primeira metade do ano. A divulgação ocorre em uma semana marcada por mortes de mulheres por seus companheiros ou por seus ex-companheiros.

Ao todo, foram 19 feminicídios a menos no primeiro semestre em relação a 2025. Junho concentrou 108 registros, o menor número mensal de 2026 até agora. Os dados também mostram desaceleração ao longo do ano: enquanto o primeiro trimestre somou 400 casos, entre abril e junho foram 341 feminicídios, 59 ocorrências (14,75%) a menos.

Segundo levantamento da pasta, o recorte regional revela um cenário desigual no país. As maiores reduções ocorreram nas regiões Norte (-20%) e Nordeste (-19,9%), responsáveis por impulsionar o resultado nacional. Em contrapartida, as demais regiões apresentaram crescimento nos registros. O

Centro-Oeste teve a maior alta proporcional (19%), seguido pelo Sul (19,2%) e pelo Sudeste (2,6%).

Entre os estados, Goiás liderou com larga margem o aumento nos feminicídios, com 113,6%. Em seguida, vêm: Sergipe (71,4%); Amazonas (66,7%); Santa Catarina (33,3%); Paraná (17%); Amapá (16,7%); Rio Grande do Sul (13,9%); São Paulo (10,1%); e Rio Grande do Norte (10%). Os demais estados apresentaram redução.

O ministério divulgou, ainda, os resultados das duas etapas da Operação Integrada Mulher Segura, realizada em 2026 para reforçar o enfrentamento à violência de gênero. Na primeira fase, entre 19 de fevereiro e 5 de março, foram registradas 6.328 prisões, atendimento a 38.801 vítimas, acompanhamento de 30.388 medidas protetivas e atuação de 40.097 policiais em 2.615 municípios.

Já a segunda fase, realizada entre 1º de junho e 21 de julho, contabilizou 14.113 prisões, atendimento a 53.343 vítimas, monitoramento de 25.420 medidas protetivas e mobilização de 58.833 agentes de segurança em 1.384 municípios. Somadas, as duas etapas resultaram em 20.441 prisões, das quais 16.131 ocorreram em flagrante e 4.310 por cumprimento de mandados de prisão.

Mortes recentes

Apesar da redução, casos recentes mostram que a violência contra a mulher, especialmente o feminicídio, marca o dia a dia das brasileiras. Na terça-feira, a advogada

Divulgação



Nove estados registraram aumento. Goiás (113,6%), Sergipe (71,4%) e Amazonas (66,7%) lideram marca

Bárbara Damião Costa, de 41 anos, foi morta a tiros em seu carro ao dirigir, em Campo dos Goytacazes, Rio de Janeiro, por um motociclista. A polícia aponta o ex-companheiro da vítima Rogério Conceição da Costa, de 44 anos, como o principal suspeito. Ele foi encontrado morto horas depois, em um apartamento, por suicídio, segundo a apuração preliminar.

Em Belo Horizonte, Minas Gerais, o sargento Eduardo Abner Pereira de Oliveira, de 37, é suspeito de ter matado sua companheira, a capitã da Polícia Militar Michele Leão Azevedo, de 41 anos, na segunda-feira. O suspeito levou a vítima até o Hospital Odilon Behrens, alegando que ela havia sofrido uma queda da escada. No entanto, a extensão e a

gravidade dos ferimentos no corpo de Michele, especialmente no rosto, levantaram suspeitas imediatas da equipe médica e dos policiais. Segundo o delegado Saulo Castro, o grau das lesões aponta para a intenção deliberada de agressão e de feminicídio. “Isso demonstra o dolo na intenção de cometer o crime”, explicou.

O militar possui um histórico

de agressões e crimes, e foi expulso da PMMG em 2009, mas reintegrado depois. No formulário do concurso para a corporação, ele omitiu que respondeu por ato análogo ao porte ilegal de armas quando era menor de idade. Eduardo também já havia sido preso em 2023 por embriaguez ao volante e, em 2016, foi acusado de agredir uma ex-companheira e de descumprir medida protetiva contra ela.

O corpo de Michele foi velado na tarde de ontem. No local, à imprensa, a personal trainer e vizinha do casal Daniela Soares da Silva disse que o casal brigava frequentemente. “Muitos xingamentos, era constante. Na semana da Copa, no dia 13, teve uma briga muito feia. Eu pensei que ia sair tiro”, relatou.

Emboscada

Em Goiás, onde os casos de feminicídio mais do que dobraram no primeiro semestre, a professora Valdirene Vaz Clemente, de 41 anos, foi morta a tiros pelo seu ex-marido, Wanderlei Joaquim de Souza, de 36 anos, também na segunda-feira.

A professora voltava de uma igreja em Bom Jesus de Goiás quando Wanderlei, que estava escondido no caminho, atirou contra as costas e a nuca de Valdirene.

Ela havia denunciado o homem um mês antes por ameaças e lesão corporal, e também solicitou uma medida protetiva. Após o crime, ao ser confrontado por moradores, Wanderlei atirou contra a própria cabeça, e morreu.

MEIO AMBIENTE

El Niño traz alerta contra a dengue

» PEDRO JOSÉ*

O Ministério da Saúde emitiu, ontem, um alerta a estados e municípios sobre a possibilidade de aumento na transmissão de arbovíruses, como dengue e chikungunya, em razão do El Niño.

Segundo a pasta, o evento climático pode aumentar a incidência de chuvas, facilitando a proliferação do mosquito *Aedes Aegypti*.

O InfoDengue, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), indica que o Brasil poderá registrar cerca de 1,7 milhão de casos da doença em 2027. O ministério ressalta, no entanto, que os números são estimativas baseadas em modelos climáticos e podem sofrer alterações.

Diante desse cenário, a pasta orienta que estados e municípios intensifiquem as medidas de vigilância e controle, e reforça a importância do engajamento da população.

O chefe do Departamento de Infectologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e membro da diretoria da Sociedade Brasileira de Clínica Médica, Alexandre Naimé Barbosa, ressalta que o risco não deve ser tratado apenas de forma nacional, já que existem regiões mais suscetíveis do que outras à doença, como o Sudeste.

Barbosa também destaca que o fenômeno climático, por si só, não explica o aumento das epidemias. “O El Niño não é o responsável pela dengue, mas pode acelerar e ampliar uma transmissão para a qual nossas cidades já oferecem condições”, afirma.

Até 20 de junho de 2026, o Brasil registrou queda de 73% nos casos de dengue em comparação com o mesmo período de 2025.

*Estagiário sob a supervisão de Vítor Correia

» Temporais atingem o RS

As chuvas fortes que atingem o Rio Grande do Sul obrigaram 1.099 pessoas a deixarem suas casas no estado, segundo balanço da Defesa Civil divulgado ontem. Foram registrados enchentes e aumentos nos níveis dos rios, especialmente na região do Vale do Taquari. O governo gaúcho divulgou que 18 rodovias estaduais sofreram bloqueios parciais ou totais, por conta de alagamentos ou obras. Vídeos que circulam nas redes sociais mostram que vendavais quebraram vidraças em Frederico Westphalen. Em Bento Gonçalves, uma casa foi arrastada pelas águas. Nesta quinta-feira, a chuva deve começar a diminuir na região, mas há chance de temporais isolados

COMUNICADO DE RECALL



Veículo	Chassis N°	Data inicial e final de fabricação
LAND ROVER RANGE ROVER, DEFENDER 90, 110 E 130 E DISCOVERY	SALEA6BW0P2142749 a SALRA2BWXT2527174 (Chassis não sequenciais)	Entre 12/03/2020 e 05/06/2026

A Land Rover Brasil convoca os proprietários dos veículos Land Rover Range Rover, Defender 90, 110 e 130 e Discovery, com chassis finais não sequenciais de P2142749 a T2527174, fabricados entre 12 de março de 2020 e 05 de junho de 2026, ano/modelo 2020 a 2026, a entrar em contato com um concessionário autorizado Land Rover para agendar o serviço de aplicação gratuita do gel lubrificante protetor nos terminais de conexão do airbag do motorista nos veículos envolvidos.

Componente envolvido: Airbag do motorista

Defeito: Foi identificado um problema no qual o conector do airbag do motorista, localizado na mola relógio, pode sofrer corrosão por atrito com o passar do tempo. Isso pode causar um aumento na resistência do circuito do airbag do motorista, o que pode fazer com que o airbag não seja acionado quando necessário.

Risco: Em casos extremos, há a possibilidade de lesões físicas graves ou até mesmo fatais ao motorista e/ou aos ocupantes do veículo no caso de colisão com a não deflagração da bolsa do airbag do motorista.

Até o momento, nenhum acidente foi registrado no Brasil.

Solução: Os concessionários autorizados Land Rover realizarão o serviço de aplicação gratuita do gel lubrificante protetor nos terminais de conexão do airbag do motorista nos veículos envolvidos.

O tempo estimado para o reparo é de **até 30 minutos**.

Data de início do atendimento: 16 de julho de 2026.

Informações de Contato: Para verificar se o seu veículo está envolvido na presente campanha, entre em contato com o Concessionário Autorizado Land Rover de sua preferência. Para agendar previamente a realização do serviço, utilize o telefone **0800 012 2733** para clientes Land Rover. A ligação é gratuita e o serviço estará disponível de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 18h00. Também é possível contatar pelo e-mail clientelandrover@landrover.com.br, bem como pela página da marca na internet www.landrover.com.br e nas páginas do Facebook e YouTube.

Visando resguardar a segurança e a satisfação de seus consumidores, a Land Rover Brasil adota esta medida e destaca a importância do pronto atendimento a esta convocação.



Desacelere. Seu bem maior é a vida.



Bolsas Na quarta-feira	Pontuação B3 IBovespa nos últimos dias	Dólar Na quarta-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na quarta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
2,44% São Paulo	173.371 17/7 20/7 21/7 22/7	R\$ 5,051 (- 0,43%)	16/julho 5,099 17/julho 5,111 20/ julho 5,089 21/julho 5,073	R\$ 1.621	R\$ 5,765	14,15%	0,70 0,88 0,67 0,58 0,16

TARIFAÇO

Brasil Soberano terá R\$ 18 bi para exportadores

Nova fase do plano, criado para blindar setor produtivo, amplia linhas de financiamento para setores atingidos pela sobretaxa de 25% dos Estados Unidos, pelos conflitos no Oriente Médio e para setores considerados estratégicos

» RAFAELA GONÇALVES
» FERNANDA STRICKLAND

O governo lançou, ontem, o Plano Brasil Soberano 3, que contará com R\$ 18,5 bilhões em linhas de financiamento para apoiar empresas afetadas pelas tarifas comerciais impostas pelos Estados Unidos a produtos brasileiros. A iniciativa amplia a estratégia de proteção à indústria e aos exportadores brasileiros diante das restrições ao comércio internacional.

A ampliação do programa, criado no ano passado, em meio ao primeiro tarifaço criado por Donald Trump, foi formalizada por medida provisória assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e encaminhada ao Congresso Nacional. Além de atender empresas prejudicadas pelo tarifaço, a iniciativa contempla exportadores afetados pelos impactos dos conflitos no Oriente Médio sobre o comércio internacional.

Os recursos poderão ser destinados a capital de giro, aquisição de bens de capital, investimentos produtivos, inovação tecnológica, adaptação de produtos e processos, além da prospecção e abertura de novos mercados.

Segundo o ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, as linhas de financiamento serão regulamentadas com critérios específicos para cada setor atendido. As condições de acesso, incluindo taxas de juros entre 3% e 9,8% ao ano, variarão conforme o impacto das tarifas comerciais e dos conflitos internacionais sobre cada atividade econômica.

As exigências e contrapartidas também serão definidas em regulamentações específicas, que deverão ser publicadas no curto prazo. Segundo o governo, a decisão de não adotar regras uniformes reflete as diferentes características e necessidades dos setores contemplados pelo programa. “Como temos situações distintas entre os setores — os afetados por tarifas, os considerados estratégicos e os atingidos por conflitos internacionais —, vamos regulamentar cada uma das linhas com requisitos específicos”, afirmou Moretti, durante entrevista

coletiva no Palácio do Planalto. “Vamos discutir, no curtíssimo prazo, a regulamentação, onde serão definidos os critérios e as contrapartidas necessárias. São setores muito diferentes para terem regras únicas estabelecidas na medida provisória”, acrescentou.

Do total previsto para o Plano Brasil Soberano 3, R\$ 13,5 bilhões serão aportados pelo Tesouro Nacional, enquanto os R\$ 5 bilhões restantes virão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Caberá ao banco de desenvolvimento elaborar o plano de aplicação dos recursos, que será submetido à análise de um conselho interministerial. O objetivo é direcionar os financiamentos conforme o grau de impacto sobre cada segmento econômico e sua importância para a economia e para a pauta exportadora brasileira.

Beneficiados

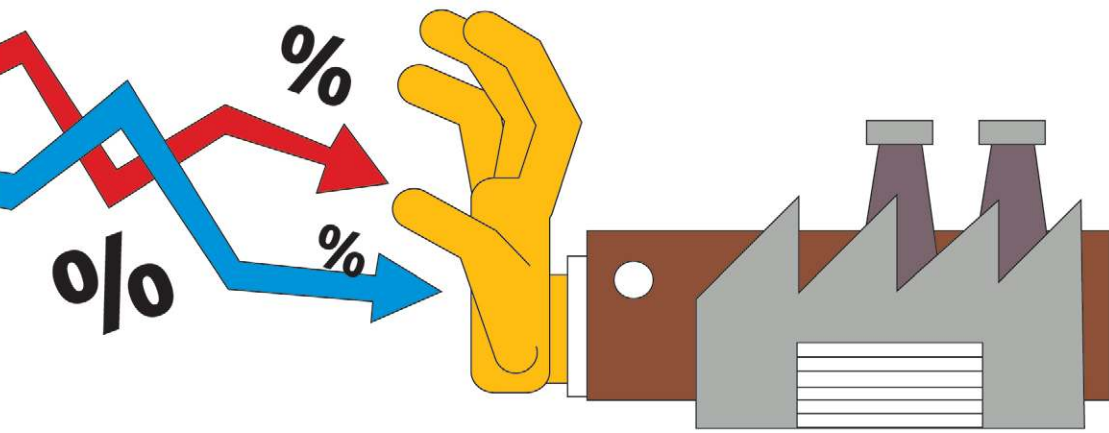
Entre os principais beneficiários da nova etapa estão as empresas atingidas pelas tarifas aplicadas pelos EUA com base nas Seções 232 e 301 da legislação comercial norte-americana. As medidas afetam cadeias industriais como aço, alumínio, automóveis, móveis, madeira, carvão, máquinas e equipamentos elétricos, cerâmicas, plásticos, calçados, papel e açúcar.

O programa também alcançará empresas exportadoras com operações voltadas aos países do Golfo Pérsico, além de setores considerados estratégicos para a balança comercial e a segurança produtiva do país, como fertilizantes, minerais críticos, produtos químicos, farmacêuticos, têxteis, automotivos, equipamentos eletrônicos e máquinas elétricas.

Segundo o ministro da Fazenda, Dario Durigan, o Plano Brasil Soberano 3 é resultado de um trabalho desenvolvido pelo governo ao longo do último ano para preparar respostas aos impactos das mudanças no comércio internacional. "Desde julho do ano passado, quando foi anunciada a primeira tarifa, temos nos reunido com os setores produtivos para entender suas demandas e buscar

Escudo comercial

Entenda como o governo pretende proteger exportadores brasileiros das tarifas dos EUA e das tensões no comércio internacional



Fonte: Governo Federal

Editoria de arte/CB/D.A Press

soluções", afirmou.

Lançado com o objetivo de preservar empresas, empregos, investimentos e a capacidade exportadora do país diante das mudanças no cenário global, o plano estreou, em 2025, com R\$ 16 bilhões em crédito. Em 2026, a segunda etapa ampliou o volume de recursos para R\$ 21 bilhões e já acumula R\$ 19,5 bilhões em pedidos protocolados. Desse total, R\$ 10,6 bilhões foram

aprovados pelo BNDES. Dos 677 projetos apresentados até o momento, 313 são de micro, pequenas e médias empresas.

Durigan afirmou que a nova etapa consolida uma estratégia construída gradualmente pelo governo para enfrentar diferentes pressões sobre o setor produtivo. "Entendam o Plano Brasil Soberano como um programa que fomos amadurecendo e a resposta que temos para essas diferentes provocações

e interferências indevidas. Por isso está tudo contemplado. Não porque estamos agora tentando encontrar saídas, mas porque estamos construindo esse programa há um ano", completou.

Além da atual medida provisória, Lula sancionou, nesta quarta-feira, o Projeto de Lei de Conversão nº 7, originado da Medida Provisória nº 1.345, de março deste ano, que instituiu as linhas de financiamento do Plano Brasil

Entendam o Brasil Soberano como um programa que fomos amadurecendo e a resposta que temos para essas diferentes provocações e interferências indevidas. Não porque estamos agora tentando encontrar saídas, mas porque estamos construindo esse programa há um ano"

Dario Durigan, ministro da Fazenda

Soberano. Durante a tramitação no Congresso, o alcance da política foi ampliado para incluir exportadores dos setores de agricultura, pecuária, florestas plantadas, pesca, aquicultura e mineração, além de cooperativas e associações vinculadas a essas atividades.

A nova legislação também permite que os recursos destinados à inovação tecnológica sejam usados para adequar produtos e processos às exigências sanitárias, fitossanitárias, ambientais, de rastreabilidade e de conformidade impostas pelos mercados internacionais, ampliando a competitividade das empresas brasileiras.

O programa também alcançará empresas prejudicadas por conflitos internacionais, especialmente exportadoras com operações voltadas aos países do Golfo Pérsico, além de setores considerados estratégicos para a balança comercial e a segurança produtiva do país, como fertilizantes, minerais críticos, produtos químicos, farmacêuticos, têxteis, automotivos, equipamentos eletrônicos e máquinas elétricas.

Para Lula, taxaço é mal que vem para o bem

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, ontem, durante a cerimônia de lançamento do Brasil Soberano 3, que as tarifas impostas pelos Estados Unidos a produtos brasileiros podem acabar impulsionando a economia nacional e acelerando a diversificação das relações comerciais do país. Durante o lançamento da nova etapa do Plano Brasil Soberano, no Palácio do Planalto, o petista recorreu ao ditado popular de que “há males que vêm para o bem” para defender que momentos de crise costumam abrir novas oportunidades.

“Há males que vêm para o bem. Toda vez que aparece uma crise, seja no campo da política, da economia ou da saúde, a sociedade sempre encontra um jeito de sair mais forte”, declarou.

O presidente afirmou que o

governo tem trabalhado para ampliar mercados e criar alternativas para compensar possíveis perdas comerciais. “Quando tem uma crise, ao invés de a gente ficar chorando a crise, temos que tentar encontrar saídas”, disse.

Lula também minimizou os impactos das medidas adotadas pelos Estados Unidos, afirmando que o mundo tem reagido por meio da diversificação de parceiros comerciais. Segundo o presidente, a decisão norte-americana de impor novas tarifas não provocou um isolamento econômico, mas estimulou países e empresas a buscarem novas oportunidades de negócios.

“Ninguém imaginava que uma decisão abrupta do governo americano, sem comunicar ninguém e sem conversar com ninguém, faria o mundo morrer. O que está

acontecendo é que as pessoas estão aprendendo a se mexer”, afirmou.

Mentiras

Ainda durante o discurso, o petista declarou que o Brasil continuará defendendo seus interesses nas negociações internacionais e rejeitou o que considera acusações infundadas contra o país. “Ninguém vai ganhar do Brasil mentindo”, afirmou.

Lula voltou a dizer que o governo brasileiro encaminhou documentos e propostas a interlocutores internacionais e mantém canais de diálogo abertos, embora tenha afirmado não encontrar disposição efetiva para avanços por parte dos Estados Unidos. Apesar das divergências, reiterou que o país seguirá buscando negociações, mas

também ampliará suas relações com outros mercados.

Para ilustrar a estratégia do governo, o presidente relembrou a época em que vendia produtos nas ruas durante a infância. Segundo ele, quando um cliente não demonstrava interesse, a alternativa era procurar outros compradores. “É assim que a gente vai fazer negociação. Com quem quer negociar. Vender e comprar de quem quer vender e comprar”, disse.

Lula também destacou o acordo entre Mercosul e União Europeia como um exemplo de fortalecimento do multilateralismo em meio às mudanças no cenário global. Segundo ele, a conclusão das negociações, aguardada há mais de duas décadas, foi impulsionada pela necessidade de ampliar a cooperação econômica internacional.

“Há 25 anos a gente esperava um acordo Mercosul-União Europeia. E ele saiu porque tanto a União Europeia quanto o Mercosul precisavam dar um exemplo àqueles que são contra o multilateralismo”, afirmou.

Medidas de apoio

Durante o evento, o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, classificou as medidas adotadas contra produtos brasileiros como uma “tarifaço injusta e descabida” e afirmou que o governo agiu rapidamente para reduzir os impactos sobre empresas e empregos.

Alckmin ressaltou que, apesar do cenário internacional marcado por conflitos e incertezas, o Brasil tem ampliado sua presença no

comércio global. O vice-presidente lembrou que o país registrou exportações recordes de US\$ 349 bilhões no ano passado e alcançou novo recorde no primeiro semestre deste ano, com vendas externas de US\$ 184,8 bilhões entre janeiro e junho.

Ele também citou os acordos firmados pelo Mercosul com Singapura, a Associação Europeia de Livre Comércio (Efta) e a União Europeia, destacando que o entendimento com o bloco europeu já teria produzido resultados positivos para as exportações brasileiras.

Na nova fase do programa, o governo pretende ampliar mecanismos de apoio a empresas estratégicas e a micro e pequenos exportadores, incluindo linhas de crédito, seguro-garantia e incentivos tributários por meio do programa Acreditada Exportação.(RG e FS)

Tânia Rêgo/Agência Brasil



Temor é de que a taxa  o imposta por Trump não fique apenas nos 25% que entraram em vigor ontem

BRASIL SOBERANO 3

Medida é positiva, mas insuficiente

Entidades e especialistas lembram que aumento de tarifas dos Estados Unidos ainda está em curso e essa recomposição poderá retornar aos 50% aplicados em 2025

» ROSANA HESSEL

A resposta emergencial do governo federal para a tarifa adicional de 25% dos Estados Unidos sobre mais de 3 mil produtos brasileiros, que começou a vigorar ontem, foi vista como positiva pelo setor produtivo, que também esboçou preocupação. Para empresários e especialista, a medida não deve ser suficiente para estancar os danos que o presidente norte-americano Donald Trump está causando com a nova guerra comercial que resolveu travar com vários países.

Uma nova taxa, de 12,5%   aguardada para sexta-feira e não ficará por aí. A expectativa é de que o republicano poderá voltar aos 50%, como aconteceu com o Canadá recentemente e como pretendia fazer com o Brasil, no ano passado.

O presidente Luiz In cio Lula da Silva apresentou a terceira edição do Plano Brasil Soberano, que prevê uma linha de financiamento de até R\$ 18,5 bilhões para empresas que atuam em setores estratégicos da balança comercial, afetadas pelas tarifas impostas pelos EUA, por conflitos internacionais e pelo avanço de medidas protecionistas.

Para a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a medida “  oportuna” e “ajuda a aliviar o duro golpe recebido por setores importantes da indústria nacional”. Segundo a entidade, a sobreposição dessa barreira protecionista ao estrangulamento financeiro das empresas “evidencia a urgência do pacote governamental”. “Há espaço, no entanto, para que a resposta emergencial anunciada pelo governo seja um dos instrumentos de uma 7  missão da Nova Indústria Brasil (NIB), voltada para a ampliação da inserção da indústria brasileira no mercado internacional”, defendeu a CNI, em nota após o anúncio do Plano Brasil Soberano 3, na qual criticou as amarras do setor produtivo como juros altos e o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre investimentos.

A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) avaliou que a nova linha de crédito “pode contribuir para mitigar os impactos enfrentados pelas empresas afetadas pelas novas tarifas impostas pelos Estados Unidos”, mas “ainda não   possível avaliar se o volume anunciado e as condições de acesso aos recursos serão suficientes diante da dimensão dos impactos e da demanda das empresas elegíveis”.

“Será necessário acompanhar a reação de cada setor às novas condições comerciais. Também será preciso analisar a capacidade das empresas de diversificar seus mercados de destino, assim como a possibilidade de absorção, pelo mercado interno ou por outros países, das mercadorias anteriormente exportadas para os Estados Unidos”, destacou a Fiemg, em nota.

A entidade informou que segue acompanhando as medidas adotadas pelo governo dos EUA e defende que o governo brasileiro mant ha o caminho da diplomacia e da negociação, “buscando um acordo entre Brasil e Estados Unidos que possibilite a redução ou a modulação das tarifas, além da ampliação da lista de exceções”.

A Fiemg ressaltou que aguarda a conclusão, até o fim desta semana, da investigação relacionada à proibição de importações de produtos fabricados com trabalho forçado. A medida proposta prevê uma nova tarifa adicional de 12,5% para o Brasil.

Tarifa vira imposto

A economista e pesquisadora do Peterson Institute for International

Economics (PIIE) Monica de Bolle, em artigo recente, lembrou que esse tarifaço de Trump está virando imposto, porque Trump vem tentando recompor as tarifas que criou desde que reassumiu a Casa Branca, no ano passado, mas que foi obrigado a recuar por decisão da Corte Suprema norte-americana em fevereiro. Por conta disso, ela lembra que, além dos 12,5% que já foram sinalizados pelo Escritório do Representante de Comércio dos EUA (USTR, na sigla em inglês) a partir de sexta-feira, outros 12,5% ainda devem ser anunciados ao longo deste ano para que os 50% que eram cobrados anteriormente sobre os produtos brasileiros no ano passado sejam retomados. E essa recomposição gradual de tarifas deve acontecer com os demais países com os quais os EUA vem sinalizando, porque elas foram importantes para a arrecadação do ano passado do governo norte-americano que tem aumentado significativamente os gastos, especialmente devido ao conflito no Irã, que já consumiu quase de US\$ 38 bilhões e poderá custar mais de US\$ 100 bilhões.

Questão fiscal

“Essas tarifas, agora, também viraram um instrumento de manejo fiscal para o governo Trump, principalmente, nessa situação em que o deficit público norte-americano está aumentando por razões diversas, com o ressarcimento que tem que ser feito às empresas, com a guerra do Ir , com uma por  o de outras medidas que o governo Trump andou fazendo, como redução de impostos, por exemplo. Eles, agora, contam com esses recursos das tarifas para fechar as contas, então, v o remontar todo aquele aparato tarifário que eles fizeram no ano passado”, explicou a economista, em entrevista ao **Correio**.

“Isso significa que para o Brasil, estamos caminhando de volta para os 50% em etapas. Então, vimos, primeiro, os 25% que já entraram em vigor, e veremos, na sexta-feira os 12,5% que levarão as tarifas para 37,5%. E a reconstitu  o final para os 50% adicionais anteriores, ou seja, os 12,5% faltantes, certamente v o vir de uma ação muito parecida com a que foi feita contra o Canadá”, afirmou.

Na avaliação de Monica de Bolle, por conta dessa recomposição de tarifas que está em curso pelo governo dos EUA, não apenas contra o Brasil mas contra o resto do mundo, e, isso ainda vai custar caro para os contribuintes em algum momento. “O Brasil vai ter que reagir de alguma forma além desse tipo de medida. Entendo que temos muitas restrições neste momento, que é um momento difícil, com eleições, e o governo está fazendo milhões de cálculos políticos para avaliar qual a melhor rota a seguir. Por enquanto, parece que a rota a seguir foi essa, do anúncio do pacote de financiamento para as empresas afetadas”, avaliou. A economista lembrou que os setores beneficiados são os menos produtivos e menos competitivos da economia brasileira. Os ministros não informaram o impacto fiscal da medida. Mas, para Monica de Bolle, isso significa que, sim, a medida ainda vai custar para todos quando os subsídios forem ampliados. “Esse auxílio, atende às necessidades desses setores, mas custa para a economia brasileira. É custoso não são porque envolve subsídios, isenções tributárias e coisas desse tipo, mas também porque é dinheiro que está sendo direcionado para setores que são relativamente ineficientes”, alertou.



SABATINA COM PRÉ-CANDIDATOS   PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

O Correio Braziliense realizar  um dia de entrevistas com os **pré-candidatos   Presidência da República nas eleições de 2026**, dando espaço para que apresentem suas ideias sobre temas de interesse de todos os leitores. Na pauta, assuntos como segurança pública, saúde, educação e economia serão aprofundados com cada participante.

28 DE JULHO, DAS 8H  S 20H

Leia o QR Code e saiba mais



Apoio:



Realização:



Produção:





ORIENTE MÉDIO

Acordo nuclear de décadas e bilhões

Estados Unidos e Arábia Saudita firmam pacto de cooperação atômica para fins civis e sinalizam respeito à não proliferação. Parceria abre caminho para enriquecimento de urânio. Especialista alerta para risco da falta de rigor nas inspeções

» RODRIGO CRAVEIRO

Washington e Riad formalizaram um pacto de cooperação nuclear para fins civis, além de um acordo bilateral sobre salvaguardas nucleares. Os documentos foram firmados pelo secretário de Energia dos EUA, Chris Wright, e pelo homólogo saudita, o príncipe Abdulaziz bin Salman. “Os dois acordos estabelecem, em conjunto, a base jurídica para uma parceria de várias décadas e de bilhões de dólares, que impulsionará diversos objetivos econômicos e estratégicos prioritários, incluindo a não proliferação nuclear”, anunciou o Departamento de Energia dos EUA.

“Podem ficar tranquilos: esses acordos respeitam os mais elevados padrões de segurança nuclear e não proliferação, ao mesmo tempo em que se baseiam na melhor tecnologia e nos melhores cientistas nucleares do mundo — desenvolvidos e formados aqui mesmo, nos Estados Unidos”, completou Wright.

O jornal *The Washington Post* informou que o acordo abre caminho para que os sauditas enriqueçam combustível nuclear. Em troca, eles se comprometem a usar empresas americanas para abastecer os seus reatores. O Congresso dos EUA tem um prazo de 90 dias para se manifestar sobre o tema. Duas fontes familiares afirmaram à TV CNN que Riad não precisará adotar o “padrão ouro” de supervisões internacionais.

O anúncio ocorre em meio à escalada de tensão entre EUA e Irã. Washington acusa Teerã de perseguir um programa nuclear com fins militares. Enquanto Wright assinava o acordo com os sauditas, o presidente Donald Trump estava na Base de Dover (em Delaware), onde recebeu os corpos de americanos mortos em ataques do regime iraniano, considerado uma ameaça também por Riad.

Kelsey Davenport, diretora de Política de Não Proliferação da Arms Control Association (Associação para o Controle de Armas), alertou ao **Correio** que o acordo “abandona normas de longa data de não proliferação e cria o risco de que a Arábia Saudita desenvolva meios para produzir material físsil sem salvaguardas internacionais mais intrusivas”. Isso amplia o perigo de proliferação no Oriente

Eu acho...

Arquivo pessoal



“Mesmo que o acordo se concretize, a Arábia Saudita ainda levará anos para desenvolver armas nucleares. Portanto, não há ameaça iminente. Além disso, é pouco provável que Riad tome medidas imediatas para construir uma bomba, uma vez que tal iniciativa desencadearia sanções e uma reação internacional negativa. O cenário mais provável é que a Arábia Saudita avance até o limiar da capacidade nuclear, adquirindo os meios necessários para construir uma bomba, caso decida fazê-lo.”

KELSEY DAVENPORT, diretor de Política de Não Proliferação da Arms Control Association (Associação para o Controle de Armas)

Médio, o qual poderia ter repercussões mais amplas, à medida que outros Estados buscam equiparar-se às capacidades sauditas.”

Especialista do Institute for Science and International Security (Instituto de Ciência e Segurança Internacional, em Washington), Sarah Burkhard afirmou à reportagem que é preciso conhecer os detalhes do acordo antes de avaliar seus méritos em termos de não proliferação — a medidas de transparência e verificação, bem como à transferência de tecnologia. “Quanto ao enriquecimento, as informações indicam que o acordo não prevê uma proibição absoluta, mas não estabelece uma autorização explícita. Ele prevê um estudo conjunto sobre a viabilidade comercial do enriquecimento. Caso esse estudo aponte inviabilidade, a Arábia Saudita ficará proibida de atividades de enriquecimento por 10 anos.”

Dois pesos...

Burkhard não vê uma política de “dois pesos, duas medidas” em relação à abordagem americana para a questão nuclear envolvendo o Irã e a Arábia Saudita. De acordo com ela, a proibição a Teerã seria voltada

Saul Loeb/AFP



Trump e Pete Hegseth (D), secretário da Defesa, recebem os corpos de militares norte-americanos mortos no Oriente Médio, em Delaware

somente ao enriquecimento de urânio, não ao programa nuclear; além disso, os iranianos poderiam manter o reator. “A Arábia Saudita cumpre adequadamente as disposições do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) e as salvaguardas associadas, mantendo uma postura de cooperação com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA).”

A estudiosa entende que a situação contrasta com a do Irã. “Teerã busca capacidade de armamento nuclear há duas décadas, em desafio ao TNP, o que tem levado a confrontos com inspetores”, disse Burkhard. Davenport, por sua vez, afirmou que o acordo complica as negociações com o Irã. Na opinião dela, um pacto com Teerã exigirá um monitoramento mais intrusivo da AIEA. “O Irã relutará em aceitar salvaguardas adicionais se os sauditas não forem submetidos ao mesmo padrão. É pouco provável que o Irã aceite restrições de longo prazo ao enriquecimento de urânio caso Riad adquira a capacidade nos próximos anos.”

Rebeldes do Iêmen atacam no Mar Vermelho

Os rebeldes houthis do Iêmen reivindicaram ataques contra dois navios petroleiros sauditas no Mar Vermelho, abrindo nova frente na guerra entre os Estados Unidos e o Irã, que continua a se expandir pela região. A reivindicação ocorreu no momento em que os Estados Unidos lançaram nova onda de bombardeios contra alvos militares iranianos, na 12ª noite consecutiva da ofensiva americana ao Irã.

Além disso, o presidente Donald Trump ameaçou destruir pontes e usinas de energia no Irã em resposta a qualquer ataque contra embarcações no Estreito de Ormuz, enquanto Teerã advertiu que dará uma “resposta contundente”.

“Nossa doutrina de defesa é clara: olho por olho. Qualquer agressão contra o Irã, incluindo nossa infraestrutura, exigirá uma resposta forte e decisiva. Aqueles

que contribuírem para tal agressão, seja qual for o tipo de apoio, também serão considerados alvos legítimos”, avisou o chanceler iraniano, Abbas Araghchi.

Trump também advertiu que a guerra, que custou aos EUA mais de US\$ 37 bilhões (cerca de R\$ 187 bilhões), “não terminou”. “Cada vez que a República Islâmica do Irã atacar um navio no Estreito de Ormuz, seja com mísseis, drones ou qualquer outro tipo de arma ou munição, os Estados Unidos vão bombardear e destruir uma ponte ou uma central elétrica”, escreveu o republicano em sua plataforma Truth Social.

Violação

Por meio de um comunicado publicado no Telegram, os houthis afirmaram que “realizaram uma operação militar de grande

impacto contra dois petroleiros sauditas que violaram o bloqueio”, identificando as embarcações como Encelia e Layla. O grupo controla o estratégico Estreito de Bab el-Mandeb, no sul do Iêmen, passagem obrigatória para os navios que seguem em direção ao Canal de Suez, rota que leva à Europa.

A agência britânica de segurança marítima UKMTO informou que um projétil atingiu um navio petroleiro no mar Vermelho, ao largo da costa da Arábia Saudita.

Antes do ataque dos houthis, nove navios retornaram para perto do Estreito de Bab el-Mandeb no Mar Vermelho. Na terça-feira, os rebeldes iemenitas ameaçaram um bloqueio marítimo à Arábia Saudita. A ONU externou preocupação com as ameaças dos huthis e reiterou a necessidade de pleno respeito às resoluções pertinentes do Conselho de Segurança.

AMÉRICA LATINA

Julgamento marcado para Maduro

Um tribunal federal de Nova York marcou para 1º de junho de 2027 o julgamento do presidente (constitucional) da Venezuela, Nicolás Maduro, e da primeira-dama, Cilia Flores. Os dois foram capturados em Caracas em 3 de janeiro, em incursão militar norte-americana, e levados para os Estados Unidos. Desde então, o país é administrado pela vice, Delcy Rodríguez, oficialmente como interina. Na prática, é com ela que Washington tem estabelecido um regime de semi-protetorado, gerindo, inclusive, as exportações de petróleo e o emprego das receitas obtidas — controladas pelo governo norte-americano.

Presos em uma penitenciária no Brooklyn, ambos negam os fatos de que são acusados. O ex-chefe de Estado, de 63 anos, responde a quatro acusações de narcotráfico e tráfico de armas. A esposa, de 69, responde a três acusações. Durante uma audiência preparatória de 20 minutos, o juiz Alvin Hellertin marcou o início do julgamento,

Leonardo Munoz/AFP



Vigilância na corte de Nova York, na chegada do casal presidencial

atendendo a pedido conjunto da promotoria e da defesa.

Manifestantes com cartazes dizendo “Libertem o presidente Maduro” reuniram-se em frente ao tribunal de Manhattan, agitando

bandeiras venezuelanas, enquanto adversários exibiam faixas nas quais chamavam Maduro e a mulher de “ditadores”. Em seu primeiro comparecimento perante a corte, em 5 de janeiro, Maduro

apresentou-se como “prisioneiro de guerra”. Declarou-se inocente das quatro acusações que enfrenta: conspiração para cometer “narcoterrorismo”, conspiração para importar cocaína, posse de metralhadoras e artefatos destrutivos e conspiração para possuir metralhadoras e artefatos destrutivos.

Desde a captura de Maduro, Delcy Rodríguez assumiu como presidente interina e governa sob pressão do governo de Donald Trump. Os EUA controlam as exportações do petróleo venezuelano, cuja receita é destinada a contas especiais supervisionadas em Washington.

Defesa

Em abril, a Justiça norte-americana permitiu que a Venezuela custeasse a defesa jurídica de Maduro e Flores, algo anteriormente proibido pelas sanções impostas a Caracas. O casal havia tentado que os processos fossem arquivados, alegando que impedir o

» Nicarágua vota exclusão de opositores

O Congresso da Nicarágua, controlado pelo governo sandinista, vai votar, no início de agosto, uma reforma para impedir que partidos opositores disputem as eleições, a pedido do presidente Daniel Ortega, informou o chefe do Legislativo, Gustavo Porras. Ortega acusa os adversários de serem instrumentos de intervenção norte-americana no país. O ex-guerrilheiro, de 80 anos, no poder há quase duas décadas, descartou, no domingo passado, realizar eleições nas quais concorram seus adversários, aos quais acusou de “entreguistas” a serviço dos EUA. Os deputados e a autoridade eleitoral vão definir “elementos para não deixar nenhum resquício”, e para que “a manipulação terrível dos impérios e de seus lacaios” não se possa meter nas eleições, disse Porras.

financiamento da defesa violava o direito, garantido pela Constituição dos EUA, de o réu contar com advogado de escolha própria.

Além do processo criminal em curso contra Maduro, as famílias de cinco jovens assassinados na Venezuela ingressaram, no início de julho, com uma ação civil em que o acusam de ter ordenado as execuções, no âmbito de um esquema de violência de Estado. A ação alega que Maduro ordenou às Forças de Ações Especiais (Faes), grupo de segurança de elite,

que executassem os jovens, entre 2017 e 2020. As Faes foram dissolvidas em 2021, após denúncias de violações de direitos humanos, inclusive por parte da ONU.

Durante seu mandato de quase 13 anos, Maduro foi acusado de recorrer à repressão política para se manter no poder. Suas duas reeleições, em 2018 e 2024, foram consideradas fraudulentas por numerosos países, incluindo os EUA. O Brasil, até hoje, não reconheceu o atual mandato.

VISÃO DO CORREIO

As duas faces da Copa do Mundo

A Copa de 2026 terminou com a Espanha campeã, mas o principal legado da 23ª edição, em 96 anos de história, vai muito além do resultado esportivo. A maior edição da história do torneio consolidou o futebol como linguagem universal e também revelou, de forma inédita, como o Mundial se tornou um espaço de disputa política, econômica e diplomática.

Dentro das quatro linhas, a Espanha ofereceu uma das principais lições da Copa. O título não nasceu do acaso nem apenas do talento individual. Foi consequência de um projeto coletivo de longo prazo, com uma identidade construída desde as categorias de base. Fora do campo, o Mundial expôs contradições. Teve três sedes, mas um centro de poder. Os Estados Unidos concentraram os principais palcos, a maior exposição internacional, a econômica e os momentos decisivos.

A cerimônia de premiação produziu uma cena simbólica dessa realidade. A imagem de Donald Trump ao lado da taça, em posição de destaque, enquanto os demais líderes dos países-sede — México e Canadá — apareciam em segundo plano, reforçou a percepção de um evento no qual esporte e política compartilham o mesmo palco.

A geopolítica também entrou em campo. As dificuldades logísticas enfrentadas pela seleção iraniana, obrigada a administrar deslocamentos extraordinários entre México e EUA em razão das restrições diplomáticas, mostraram que decisões de Estado passaram a interferir diretamente na rotina da competição.

Essa transformação não começou em 2026. As últimas edições mostram como o Mundial passou a refletir as tensões de seu tempo. A África do Sul recebeu, em 2010, a primeira Copa do continente africano, carregada de simbolismo e debates sobre legado. O Brasil de 2014 conviveu com manifestações populares e questionamentos sobre prioridades nacionais. A Rússia de 2018 organizou o torneio em meio a tensões internacionais. O Catar de 2022 enfrentou críticas relacionadas aos direitos humanos e às

condições de trabalho dos migrantes. Em 2026, imigração, fronteiras e relações diplomáticas também fizeram parte da agenda.

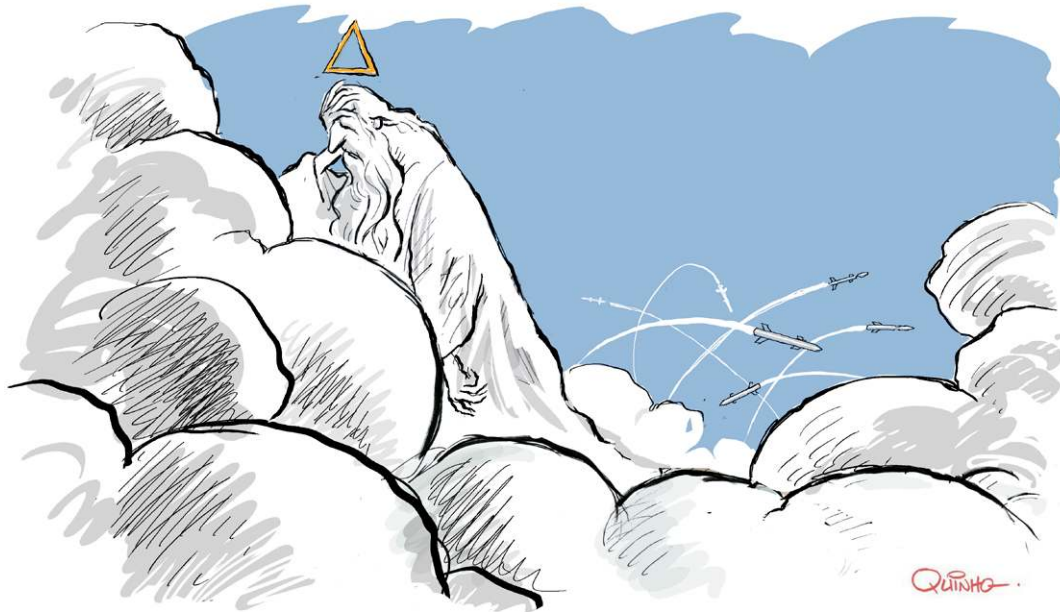
A Copa tornou-se um espelho do mundo em que é disputada. E o reflexo também apareceu na economia. A Fifa alcançou patamares financeiros históricos, impulsionada por contratos comerciais, direitos de transmissão, hospitalidade e novas formas de exploração do evento. A aproximação com a lógica americana de entretenimento esportivo ficou evidente no show do intervalo da final, inspirado no modelo do Super Bowl.

O crescimento do negócio — passando a disputar espaço na indústria global do entretenimento — também inflou o debate sobre o acesso dos torcedores comuns, divididos entre o número recorde de 48 seleções. Esse é o principal dilema deixado por 2026. A democratização promovida dentro das quatro linhas passou a conviver com um acesso cada vez mais seletivo fora delas, impulsionado por ingressos de alto custo, hospitalidade premium e experiências corporativas.

O futebol continua sendo capaz de emocionar, aproximar culturas e criar histórias universais. A Espanha comprovou isso ao conquistar o mundo com uma geração construída a partir de ideias e trabalho. Mas o Mundial também mostrou que a bola agora convive com interesses políticos, econômicos e estratégicos que disputam espaço ao seu redor.

A Fifa administra um dos maiores negócios do planeta. Os governos enxergam uma poderosa vitrine. As empresas encontram novas oportunidades. Mas a alma da Copa do Mundo continuará dependendo daquele que sempre esteve no centro da história: o torcedor.

A Copa pode crescer, conquistar novos mercados e alcançar dimensões cada vez maiores, mas não deve perder a capacidade de fazer milhões de pessoas se reconhecerem dentro de uma mesma história. No fim, é isso que transforma um jogo de futebol em um acontecimento mundial. É esse patrimônio que a Fifa tem o dever de preservar.



Sr. Redator

Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato. E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Violência em alta

Temos um alarmante aumento da violência, em especial dos furtos e assaltos de celulares que, muitas vezes, se transformam em homicídios. A maioria dessas ocorrências não é registrada em boletim de ocorrência (BO), pois a descrença na polícia e na recuperação do patrimônio furtado é total. Assim, essa praga é vista em todas as capitais e chegou ao DF pela ausência total de policiamento nas ruas. Grande parte desses furtos e roubos é praticada por bandidos em motocicleta. Aqui, na Asa Sul, é constante e rotineiro. Ora, por que não fazem blitz nas vias para verificar se realmente são trabalhadores? Sabemos que muitos ganham a vida como entregadores, mas, até para a segurança deles, uma ação efetiva, imediata e constante é mais que urgente! Ainda temos o fato da população em situação de rua. É um problema social, mas também um problema de segurança. Maior vigilância e ação social e policial iria prevenir boa parte desses crimes. Mas falta vontade política para colocar a polícia nas ruas, sem as jornadas privilegiadas — descansam quatro dias e fazem “bico” na segurança pública!

Marcio Dias Santos

Asa Sul

Vídeo estarrecedor

É estarrecedor, para dizer o mínimo, o vídeo em que um homem aparece atrás de uma mulher, numa academia de um condomínio na Bahia, fazendo um gesto extremamente nojento, aquoso. As autoridades precisam agir e dar uma resposta à altura! A sociedade não suporta mais e não tolera atitudes criminosas como essa.

Gilmar Nunes

Cruzeiro

Indicação para o STF

Muito boa a reportagem com o desembargador aposentado Sebastião Coelho (edição de 22 de julho), pré-candidato ao Senado do Brasil, cuja confiabilidade é de extrema relevância para todos nós: seriedade, competência e imparcialidade. Mais importante ainda é a proposta de que as indicações para o Supremo Tribunal Federal (STF) deveriam ser apenas de juízes de carreira — isto é, o topo de uma profissão no Judiciário de uma nação. Os presidentes indicam políticos para o cargo, pois precisam de alguém que os defenda futuramente de qualquer ação judicial. Com a palavra, o Congresso e, principalmente, o Senado brasileiro.

João Coelho Vítola

Asa Norte

Brasil foi entregue

Nossos valorosos militares foram preparados para defender nosso país contra a invasão de inimigos externos. “Se a pátria amada for um dia ultrajada, lutaremos sem temor”, diz a Canção do Exército. Na situação atual, que significado isso ainda tem? O inimigo já está dentro do território e o está conquistando, não com armas nem invasão, mas com dinheiro.

Editora: Carmen Souza // carmensouza.df@dabr.com.br
opinioao.df@dabr.com.br || 3214-1157

Desabafos

Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Falam em democracia, mas um senador e pré-candidato a presidente da República não pode falar o que acha, tem que medir as palavras, ter medo de expressar o que pensa? Isso não é democracia!

Roni Paixão — Brasília

O apedeuta e fujão Eduardo Bolsonaro ganhou green card de Donald Trump. Amizade estranha. O presidente dos EUA jogou lama no valioso documento. Depois de perder as eleições de outubro, Flávio merece também o presente. Ficando por aqui, acaba preso.

Vicente Limongi Netto — Asa Sul

Aos candidatos ao governo do DF: preciso definir meu voto. A reinauguração do Teatro Nacional, em 2030, será com minha ópera *Leopoldina* ou com show da dupla Chitãozinho e Xororó?

Maestro Jorge Antunes — Lago Norte

Trump quer Infantino, dirigente da Fifa, como secretário-geral das Nações Unidas. Mas ele não era contra a ONU? Agora quer escolher até o presidente?

Lúcia Bezerra — Brasília

Comprando nosso agronegócio, portos, geração de energia, desmontando a rede de ferramentaria, adquirindo terras raras e minérios, levantando cidades em que só vivem seus nacionais e, quando empregam brasileiros, tratam-nos a chicote, como senhores, que já são. Em contrapartida, aplicam uma taxa de 55% na carne brasileira. O fato óbvio é que o inimigo predador já ocupou o terreno, e a pátria já foi ultrajada. Quando vamos lutar sem temor? O vice-presidente do governo anterior, um general de exército, ostentava a bandeira do inimigo na lapela! E ainda mais significativo da capitulação: todos no Supremo Tribunal Federal são admiradores do regime do inimigo, conforme a abalizada palavra do decano da Corte. O Brasil foi entregue sem luta. Soberania é só um lema para uma eleição que se destina a manter tudo como está para entregar o que resta.

Roberto Doglia Azambuja

Asa Sul

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

Localidade	SEG/SÁB	DOM
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00

Assine
(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp

*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.
Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

Anuncie
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2586 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A. Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS D.A.

D.A. Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br

A restauração ecológica só será possível incluindo as comunidades locais



» NATANNA HORSTMANN
» ROBERT MILLER
» LUAN HAMON
Analistas socioambientais do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPIN)

O debate sobre a restauração ecológica no Brasil gira em torno de cifras bilionárias, metas ambiciosas e promessas de mercado de créditos de carbono. Contudo, na ponta — onde a semente encontra a terra — há uma realidade mais antiga. A restauração nasce das mãos e do conhecimento ancestral dos povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e agricultores familiares. Eles são os protagonistas de uma relação com a terra que, há séculos, mantém a paisagem viva e resiliente. Nos últimos 30 anos, enquanto a pauta ambiental ganhava contornos globais, foram essas organizações comunitárias que impulsionaram a agenda localmente. Além de recuperar áreas degradadas, essas experiências fortalecem a autonomia dos territórios e demonstram que conservação e desenvolvimento caminham juntos. A pergunta que fica é: por que, então, ainda tratamos esses atores como coadjuvantes ou como "beneficiários" de projetos, e não como os protagonistas? Em 2019, a ONU declarou a Década da Restauração de Ecossistemas, e o Brasil, alinhado ao Acordo de Paris, comprometeu-se a restaurar 12 milhões de hectares até 2030. Políticas como o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg) foram criadas para dar conta desse recado. O problema é que, muitas vezes, a restauração idealizada corre o risco de

ser focada apenas em metas numéricas ou no plantio de árvores para sequestro de carbono, ignorando que a vegetação em pé é muito mais do que madeira e folhas. A restauração que o Brasil precisa é social. Para um povo indígena, restaurar uma área é reatar laços com a espiritualidade e com a história de seus ancestrais. Para um agricultor familiar, garantir a produção de alimentos saudáveis. Para uma comunidade quilombola, reafirmar sua autonomia e resistência territorial. A restauração acumula significados imateriais e práticos, e seu sucesso depende de um arranjo que fortaleça a governança comunitária. Sob essa ótica, quatro pilares devem orientar investimentos e políticas públicas no setor. O primeiro é o protagonismo de organizações e coletivos. As iniciativas precisam fomentar a autonomia, respeitar os direitos territoriais e garantir a distribuição justa e equitativa dos benefícios. O segundo pilar é a geração de renda e a ampliação de mercados. A restauração precisa gerar renda por meio dos sistemas agroflorestais que consorciavam plantios de árvores com a produção de alimentos, e o acesso dos produtores às compras institucionais. Ela precisa ser entendida como uma atividade econômica sustentável, capaz de conciliar restauração da biodiversidade, segurança alimentar e inclusão produtiva. O terceiro pilar é a aprendizagem. A produção de conhecimento pode ser participativa, valorizando tanto o campo científico quanto as práticas desenvolvidas pelas comunidades ao longo das gerações. Para isso, intercâmbios entre comunidades, parcerias com universidades e a valorização da educação do campo é essencial. Por fim, o quarto pilar é a escala da paisagem. Isso significa pensar na gestão integrada

do fogo, na segurança hídrica e na atuação em comitês de bacias, conselhos de Unidades de Conservação e fortalecimento institucional. A restauração deve ser um projeto de território. É aqui que entra o grande desafio: a restauração ecológica atrai investimentos crescentes, mas a perenidade dos resultados depende de como esse dinheiro será aplicado, se vai apenas contabilizar créditos ou construir uma economia verde verdadeiramente inclusiva. Nessa linha, o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPIN) tem acumulado aprendizados valiosos ao longo de três décadas. Por meio do Fundo Ecos, viabilizou mais de 130 projetos comunitários que resultaram no manejo e restauração de mais de 27 mil hectares. Além do financiamento direto às iniciativas comunitárias, o ISPIN desenvolve estratégias que integram restauração produtiva, agroecologia, sistemas agroflorestais, pesquisa e monitoramento, fortalecimento institucional, unidades demonstrativas e atuação em rede. Essas ações valorizam o protagonismo de jovens, mulheres, lideranças locais, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares. Todas essas experiências demonstram que o grande desafio para a Década da Restauração é conectar pessoas, territórios e oportunidades, apoiando projetos comunitários de forma contínua. Assim, reconhecer e valorizar o trabalho dessas comunidades torna-se condição essencial para o sucesso das políticas de restauração no Brasil. Na próxima semana, a VI Conferência Brasileira de Restauração Ecológica (SOBRE 2026) abrigará debates sobre o tema na Universidade de Brasília (UnB), com possibilidades de trocas e avanços para a pauta no território nacional.

Mauren/son Freire/CB/D.A Press



PEC das 40 horas: o Senado precisa ouvir quem conhece os dois lados do balcão



» PAULO CAMARGO
Conselheiro, mentor de CEOs, autor de Seja o líder que você gostaria de ter como chefe

Acompanhei de perto a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que extingue a escala 6x1 e reduz a jornada de 44 para 40 horas semanais. Agora, a proposta está no Senado. E é justamente nesse intervalo que quem opera na ponta precisa ser ouvido. Meu primeiro emprego formal foi numa assistência técnica da minha família, como balconista. Carteira assinada, segunda a sábado. Era 6x1. Quando eu tinha prova, trabalhava menos durante a semana e compensava no fim de semana. Aquilo nunca me pareceu privilégio. Parecia bom senso. Voltei da Ásia há poucos dias. Num hotel em Tóquio, conversei com um rapaz jovem, uns 25 anos, que me atendeu à noite e estava lá de novo na manhã seguinte. Perguntei quantas horas ia trabalhar naquela semana. Umas setenta, respondeu. Mas variava. Tinha semanas em que escolhia fazer menos, dependendo dos próprios planos. Perguntei se era obrigatório. Ele riu: "Não, eu que decidi. Essa semana quero dar um gás. Quando o hotel permite horas extras, eu venho". Continuamos conversando. Os mais velhos, incluindo o pai dele, preferiam trabalhar menos horas. A namorada, que trabalhava no mesmo hotel, fazia 30 horas por semana porque estava

focada em estudar para entrar na faculdade. No mesmo hotel, encontrei três pessoas vivendo momentos diferentes da vida. Não recomendaria 70 horas para ninguém como rotina. Mas ninguém era obrigado. Cada um tinha liberdade de escolher o próprio arranjo. Passei mais de 30 anos liderando operações que funcionam 365 dias por ano, muitas delas 24 horas por dia. Restaurantes, varejo, serviços. Conheço o que custa para o trabalhador que não tem sábado. E sei também o que pesa para o negócio que precisa manter a porta aberta. A discussão pública tem sido dominada por dois polos: trabalhadores que relatam exaustão real e legítima, e projeções econômicas alarmistas. Faltou até aqui a voz de quem opera na ponta, de quem vive da demanda irregular de clientes durante a semana. Esse silêncio tem peso. Serviços e comércio juntos respondem por mais de 46 milhões de vínculos empregatícios formais no país. São os dois maiores setores da economia brasileira e os mais diretamente afetados por essa mudança. A Confederação Nacional do Comércio (CNC) estima que o impacto pode chegar a R\$ 122 bilhões por ano, com aumento de até 21% na folha salarial. São números que merecem ser discutidos com seriedade, não descartados como alarmismo nem aceitos sem questionamento. Mas, para quem opera uma pequena empresa com margem apertada, o risco é real. Para muitos pequenos negócios, essa conta simplesmente não fecha. Mais do que o custo, o que está em jogo é a flexibilidade. A Associação Nacional de Restaurantes coloca bem: o setor não se opõe à redução da jornada em si. Precisa de

flexibilidade na distribuição das 40 horas semanais. Quem já montou turno em operação contínua sabe que um modelo rígido, que ignora a lógica do serviço ininterrupto, não protege o trabalhador. Coloca em risco o trabalhador e o negócio que o emprega. A legislação já oferece parte desse caminho. Bancos de horas por convenção coletiva, compensação de horários por acordo coletivo, a escala 12x36 funcionando com sucesso em operações 24 horas. A própria PEC preservou a negociação coletiva para escalas diferenciadas em setores essenciais. Não se trata de preservar ou abolir a escala 6x1, mas de como distribuir as horas trabalhadas de forma que o limite semanal seja respeitado sem inviabilizar modelos de negócio que dependem de operação contínua. Quem conhece essa operação por dentro sabe que essa distinção gera uma política que funciona de uma que separa desemprego. Essa discussão poderia ter acontecido com mais calma. Está acontecendo agora, com velocidade, em pleno ano eleitoral. Fica a pergunta: por quê? Pautas que afetam a vida de milhões de pessoas merecem ser discutidas sem pressa, ouvindo todos os lados. O Senado tem diante de si a oportunidade de transformar uma PEC aprovada com velocidade em uma política pública duradoura. Para isso, precisa ouvir quem conhece os dois lados do balcão. Não como obstáculo aos direitos dos trabalhadores, mas como agentes que entendem o que está em jogo. A pergunta não é quantos dias se trabalha. É com que flexibilidade, com quanta autonomia e com que previsibilidade.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960
Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

Planejamento central na educação sem sucesso

Poucas experiências históricas fracassaram tanto quanto a tentativa de substituir milhões de decisões individuais pela vontade de um pequeno grupo de planejadores. Sempre que governos imaginaram ser capazes de decidir, de cima para baixo, o que uma sociedade inteira deveria produzir, consumir, pensar ou aprender, os resultados foram semelhantes: desperdício, burocracia, estagnação e perda de qualidade. Na economia, esse fenômeno ficou conhecido como o problema do cálculo econômico. Ludwig von Mises demonstrou, ainda na década de 1920, que nenhum planejador consegue reunir todas as informações espalhadas por uma sociedade para tomar decisões melhores do que aquelas produzidas espontaneamente por milhões de indivíduos. Ou seja, pelo mercado. Friedrich Hayek aprofundou essa análise ao mostrar que o conhecimento está disperso entre pessoas, famílias, empresas e comunidades, tornando impossível sua concentração nas mãos do Estado. Como dizia o filósofo de Mondubim, a verdade está espalhada no ar. Na educação brasileira, parece ocorrer exatamente o mesmo fenômeno. Brasília insiste em acreditar que conhece as necessidades de quase 50 milhões de estudantes distribuídos por um país continental. A cada novo Plano Nacional de Educação, Base Nacional Comum Curricular ou diretriz ministerial, aumenta a quantidade de normas, competências, habilidades, indicadores e metas burocráticas. Diminui, entretanto, aquilo que realmente interessa: ensinar português, matemática, ciências, história e desenvolver pensamento crítico. Enquanto o governo central produz milhares de páginas de regulamentações, os resultados permanecem praticamente inalterados. Os indicadores internacionais mostram uma realidade preocupante. O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), coordenado pela OCDE, coloca sistematicamente o Brasil entre os últimos colocados em leitura, matemática e ciências entre as economias participantes. Em matemática, mais de dois terços dos estudantes brasileiros não atingem sequer o nível considerado básico. Em leitura, parcela significativa termina o ensino médio sem compreender plenamente textos relativamente simples. Os problemas, obviamente, aparecem ainda antes. Avaliações nacionais mostram elevados índices de analfabetismo funcional. Milhões de estudantes conseguem decifrar palavras, mas não interpretar corretamente o significado de um texto, resolver problemas matemáticos elementares ou elaborar argumentos consistentes. Essa realidade não decorre da falta de planejamento. Talvez, de um excesso sem pé na realidade e mais ligado a uma burocracia estatal e cada vez mais estatizante. Mesmo com planos decenais, planos estaduais, planos municipais, parâmetros curriculares, diretrizes nacionais, competências gerais, competências específicas, habilidades, metas quantitativas e inúmeros instrumentos administrativos, o desenvolvimento é mirrado e imperceptível nos rankings. Países que alcançaram elevados padrões de ensino seguiram caminho bastante diferente. A Finlândia tornou-se referência internacional justamente por conceder elevada autonomia às escolas e aos professores. Singapura trabalha com currículo objetivo, rigoroso e fortemente baseado em domínio de conteúdo. A Estônia, hoje uma das maiores surpresas da educação mundial, investiu pesadamente na formação docente, na tecnologia e na autonomia escolar. A Coreia do Sul apostou na valorização social do professor, na disciplina acadêmica e em avaliações permanentes. O fato é que nenhum desses países resolveu seus problemas multiplicando burocracias. Os esforços foram concentrados em ensinar melhor. Enquanto isso, conteúdos fundamentais vão perdendo espaço. Em muitos casos, disciplinas essenciais cedem lugar a projetos transversais cuja efetividade jamais foi comprovada por avaliações independentes. Instituições de ensino superior gastam cada vez mais tempo oferecendo disciplinas de nivelamento para alunos que chegam incapazes de escrever corretamente, interpretar textos complexos ou realizar operações matemáticas básicas. O problema já não está apenas no ensino fundamental. Ele percorre toda a cadeia educacional. A centralização excessiva acaba produzindo um currículo que atende parcialmente a todos e plenamente a ninguém. Outro equívoco recorrente consiste em imaginar que aumentar gastos públicos resolve automaticamente problemas educacionais. O Brasil já investe percentual significativo do Produto Interno Bruto (PIB) em educação quando comparado a diversos países desenvolvidos. O desafio principal encontra-se menos no volume de recursos e muito mais na qualidade da gestão, na eficiência do gasto e na aprendizagem efetiva dos estudantes. Recursos são indispensáveis. Mas não substituem boa administração. Também não substituem professores capacitados. Nem escolas organizadas. Nem famílias presentes. Nem liderança pedagógica. Talvez seja justamente nesse ponto que o debate precise amadurecer. Educação de qualidade não nasce de decretos. Também não surge da multiplicação de planos nacionais. Quando um sistema educacional passa a acreditar que alguns especialistas conseguem decidir sozinho o que milhões de estudantes devem aprender, corre exatamente o mesmo risco identificado por Mises e Hayek na economia: substituir a riqueza produzida pela diversidade de experiências humanas pela pobreza intelectual gerada pela uniformização burocrática.

A frase que foi pronunciada:

"Os melhores professores são aqueles que mostram onde olhar, mas não dizem o que ver."
Alexandra K. Trenfor

História de Brasília

Descobindo a pólvora, o deputado explica por que a Exposição não está completa e diz coisas que aprendeu no nosso regime, principalmente. As faltas da Exposição são, inclusive, algumas histórias escritas com patriotismo por um povo. (Publicada em 24/5/1962)

Microbioma monitora SAÚDE OCEÂNICA

Ao combinar duas metodologias de sequenciamento avançadas, pesquisadores publicam o maior catálogo genético dos micro-organismos marinhos, verdadeiros biossensores ambientais

» PALOMA OLIVETO

Muito antes que os corais demonstrem sinais de estresse, seres invisíveis a olho nu, como bactérias, arqueias, vírus e algas microscópicas, percebem alterações na temperatura, na qualidade e na disponibilidade de nutrientes no oceano. Segundo um estudo publicado na revista *Nature*, a microbiota da água do mar pode se tornar um dos instrumentos mais precisos de monitoramento da saúde dos recifes, ambientes extremamente vulneráveis às ameaças das mudanças climáticas.

Resultado de uma parceria da Universidade de Queensland e do Instituto Australiano de Ciências Marinhas, o artigo apresenta o maior catálogo genético já produzido para a Grande Barreira de Corais, na Austrália, um patrimônio mundial da humanidade tão vasto que pode ser visto do espaço. O banco de dados reúne 5.283 genomas de bactérias e arqueias, 20 de microalgas unicelulares e 808.585 virais, incluindo um grupo até então desconhecido de vírus marinhos.

Além de ampliar o conhecimento sobre a biodiversidade microscópica dos oceanos, o trabalho demonstra que essas comunidades funcionam como indicadores extremamente sensíveis das condições ambientais. “Agora, podemos começar a explorar o que constitui um microbioma saudável de recifes e como essas comunidades invisíveis respondem a mudanças como branqueamento, tempestades, sedimentos, pesca e outros fatores de estresse”, comentou, em nota, Philip Hugenholtz, microbiólogo da Universidade de Queensland e um dos principais autores do artigo.

Desconhecido

Os micro-organismos são a base das cadeias alimentares marinhas e participam da produção de oxigênio, da reciclagem de nutrientes e dos ciclos globais do carbono, do

nitrogênio e do fósforo. Apesar da importância da microbiota oceânica, grande parte da biodiversidade permanece desconhecida porque muitos desses organismos microscópicos nunca conseguiram ser cultivados em laboratório, e os métodos tradicionais de sequenciamento são incapazes de reconstruir seus genomas.

No estudo, os cientistas da Austrália resolveram parte do problema. “O ‘pulo do gato’ desse trabalho é uma combinação de métodos diferentes de sequenciamento, que fazem leituras curtas e longas da fita do DNA”, diz Paulo Sergio Salomon, doutor em ecologia aquática, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e membro do Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas (Inpo). “Com essa sofisticação metodológica, os cientistas conseguiram recuperar organismos que estavam muito sub-representados nos bancos de dados sobre a biodiversidade da microbiota da água do mar.” A combinação de tecnologias dobrou o número de genomas de alta qualidade recuperados e aumentou em quase 30 vezes a continuidade das montagens genéticas.

Além de ampliar o número de organismos conhecidos, o levantamento revelou que a Grande Barreira abriga uma diversidade genética ainda pouco explorada. Das 876 espécies identificadas, cerca de dois terços não existiam nos maiores bancos de dados marinhos existentes.

Precisão

Os pesquisadores destacam outro marco do estudo: o potencial de monitorar, com precisão significativa, os desequilíbrios ambientais que podem colocar os corais em risco. Ao comparar amostras coletadas em 48 pontos distribuídos ao longo da Grande Barreira, a equipe observou que as comunidades microbianas mudam conforme as características ambientais de cada região, refletindo diferenças na concentração de nutrientes e na química da água.

Neal Cantin/AIMS/Divulgação



Cientistas retiram amostras em 48 regiões da Grande Barreira de Corais, na Austrália: ferramenta poderá ser empregada em outros ecossistemas marinhos

Palavra de especialista

Recuperação ambiental

O estudo revela uma parcela importante da diversidade microbioma que ainda não estava sendo capturada. Os genomas microbianos podem

ser usados como preditores de impacto em estágios muito iniciais, porque esses micro-organismos respondem muito rapidamente às alterações ecológicas. Também têm utilidade para acompanhar a recuperação ambiental após eventos de impacto, como o branqueamento de corais. Em relação

à biotecnologia, podemos ter perspectivas de bioprospecção. Por exemplo, procurar enzimas que funcionem em ambientes salinos, ou com pouca disponibilidade de nutrientes. Outra possibilidade é encontrar genes relacionados com mecanismos de adaptação, especialmente com microalgas,

que têm um viés importante na produção futura de biocombustível.

PEDRO MEIRELLES, professor do Instituto de Biologia da Universidade Federal da Bahia, apoiado pelo Instituto Serrapilheira

Em determinadas áreas, predominavam organismos adaptados a ambientes extremamente pobres em nutrientes; em outras, grupos associados a águas relativamente mais enriquecidas. Em testes, constatou-se que é possível identificar, apenas analisando os micro-organismos presentes na amostra, se um recife estava localizado em uma área marinha protegida ou em uma

região aberta à pesca, com precisão acima de 70%.

Nos locais onde a pesca é permitida, os cientistas encontraram mais micro-organismos associados às condições enriquecidas por nutrientes. “Possivelmente, porque a pesca altera as populações de peixe, a presença de alga e a circulação de nutrientes no recife. E a microbiota responde, como um

biossensor”, esclarece Paulo Sergio Salomon. “Uma ressalva importante aqui para a gente fazer é que essa ferramenta deve ser entendida como complementar, ela não vai resolver tudo. Medir e estudar só a microbiota da água não vai trazer todas as respostas”, pondera.

O pesquisador destaca que, no Brasil, onde há sistemas recifais extremamente importantes para o Atlântico Sul,

a microbiota da água do mar ainda é tratada como componente secundário em programas de monitoramento ambiental. “Isso é claramente um equívoco. Na minha avaliação, esse tipo de análise precisa ocupar um espaço maior nas pesquisas e nas exigências de órgãos ambientais no que se refere a programas de caracterização ambiental e programas de monitoramento do mar brasileiro.”

Arquivo pessoal



Vivian Helena Pellizari defende investimentos em bancos de dados brasileiros

Potencial para múltiplas aplicações

Embora a caracterização da microbiota da água publicada na revista *Nature* tenha sido realizado exclusivamente na Grande Barreira de Corais, os autores defendem que a estratégia pode ser aplicada em outros recifes ao redor do mundo. Consultora do Centro de Referência em Informação Ambiental (Cria) e professora de microbiologia na Universidade de São Paulo (USP), Vivian Helena Pellizari concorda e aponta os desafios para o Brasil. “Para usar um metagenoma como índice de qualidade ambiental, é preciso, em primeiro lugar, investir

numa base de dados importante da diversidade brasileira e elaborar um plano amostral que cubra essa área de estudo”, esclarece.

Segundo Pellizari, pesquisadores brasileiros têm desenvolvido projetos do tipo, como a caracterização genética dos componentes vivos da Bacia de Santos (SP) para monitorar esse ambiente marinho. Porém, a cientista reconhece que as análises são mais resritas do que as apresentadas no estudo da *Nature* devido ao alto custo do sequenciamento de metagenoma. Além do monitoramento

ambiental, a pesquisadora ressalta que bancos de dados que caracterizam geneticamente o microbioma marinho têm diversas aplicações. “Esses micro-organismos podem contribuir desde a biorremediação (técnica usada para degradar ou neutralizar poluentes) até como compostos de antibióticos antitumorais”, exemplifica.

“O mar é uma das nossas últimas fronteiras em geral no conhecimento científico. A gente conhece muito mais, por exemplo, sobre a superfície da Lua, do que a

gente conhece sobre alguns ecossistemas marinhos”, afirma Paulo Sergio Salomon, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e membro do Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas (Inpo). “De uma certa forma, a gente pode entender a microbiota marinha como uma das últimas fronteiras para prospecção biotecnológica. Mas transpor esse enorme vale entre o potencial e a real aplicação depende de muito investimento público e privado, para que se possa fazer a correta prospecção biotecnológica.”

ASTRONOMIA

Primeira possível "exolua" detectada

Observações feitas com o Very Large Telescope (VLT) do Observatório Europeu do Sul (ESO), no Chile, revelaram evidências de um objeto semelhante a uma lua no sistema CD-35 2722. Ao contrário dos satélites do nosso Sistema Solar, o objeto recém-descoberto não orbita um planeta, o que levanta questões sobre como nomeá-lo. Ele foi descrito em um artigo publicado na revista *Nature*.

Em vez de um planeta, o objeto orbita uma anã marrom — corpo celeste maior que um planeta, e

confirmado, essa poderá ser a primeira “exolua”, ou seja, um satélite semelhante às luas da Terra, de Saturno e de Marte, por exemplo, porém fora do Sistema Solar.

Kevin Hoy, estudante do ESO no Chile e principal autor do estudo, descreve o sistema que analisou durante meses como “superestranho”. O maior e mais massivo do trio é a estrela CD-35 2722, que tem cerca de metade da massa do Sol. Ela é orbitada por uma anã marrom, que, por sua vez, é orbitado pelo objeto recém-descoberto. “Esse sistema é

um tanto difícil de definir usando termos do Sistema Solar como ‘planeta’ e ‘lua’”, afirma Hoy.

O novo objeto, que a equipe chama de exossatélite, tem pelo menos a mesma massa de Júpiter, enquanto a anã marrom tem mais de 30 vezes a massa jupiteriana. “O exossatélite é claramente massivo o suficiente para ser um planeta, mas não orbita uma estrela, embora orbite um objeto que orbita uma estrela”, diz Hoy. “Quando o terceiro elemento nesse sistema, isso nos leva a chamá-lo de

lua, mesmo que não se pareça com nada com as pequenas luas rochosas que conhecemos.”

Independentemente de como o objeto será chamado, os astrônomos tentam detectar satélites fora do nosso Sistema Solar há anos, mas nenhum foi identificado com certeza até o momento. “Por mais exótico que seja, esse sistema é verdadeiramente único e representa um avanço: a primeira detecção plausível de um exossatélite”, afirmou Alice Zurlo, astrônoma e colaboradora do estudo.

ESO/M. Kornmesser/Divulgação



Sistema CD-35 2722, com o objeto recém-descoberto, semelhante à Lua, no centro



Entregadoras, caminhoneiras e motoristas de aplicativo falam sobre o assédio e a rotina de falta de infraestrutura

Orgulho da profissão, apesar da intolerância

» LETÍCIA MOUHAMAD

Uma bicicleta, um celular e uma “bag”. Esses são os instrumentos de trabalho de Kelly Vasques, 32 anos, cicloentregadora por aplicativo no Distrito Federal. Na rotina dela, a expressão “tempo é dinheiro” é seguida à risca. Quanto mais entregas faz — desde lanches até produtos veterinários — nas 10 horas diárias de serviço, maior o lucro. “Às vezes, bate a frustração quando algum cliente demora muito para receber um pedido. Se surge alguma corrida e não consigo pegá-la a tempo, fico prejudicada”, observa.

Por dia, Kelly pedala cerca de 30 km em Águas Claras e Taguatinga. O trânsito movimentado exige atenção dobrada e paciência. Horas antes de conversar com a reportagem, ela passou um susto. “Estava na calçada, quando o para-choque de um carro pegou no meu pneu e acabou acelerando a bike, que é elétrica. Sem querer, bati na lateral do veículo e machuquei meu braço”, conta.

A trabalhadora informou o caso à plataforma. “Até resolver a situação, fiquei bloqueada por oito horas no aplicativo”, lamenta. Apesar dos desafios diários, Kelly gosta da atividade. “A oportunidade surgiu quando pedi contas do antigo serviço como bartender. Estava em depressão profunda. Pedalar tem ajudado na minha saúde e os rendimentos têm sido positivos. Consigo arcar com meu tratamento e ajudar na criação do meu filho, que mora com a avó”, diz.

Segundo a Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia (Amobitec), que reúne grandes plataformas, como iFood, Uber, 99 e Amazon, as mulheres representavam, em 2024, 6% dos motoristas e 2% dos entregadores parceiros no Brasil. “Para essas profissionais, o principal atrativo das plataformas é a flexibilidade e a autonomia na escolha de dias e horários”, avalia, em nota.

No entanto, nem a Amobitec nem sindicatos locais que representam essas categorias no DF têm estatísticas detalhadas acerca do perfil e das demandas dessas trabalhadoras. “A própria ausência de dados já mostra o desvalor com que as pautas delas são tratadas”, pontua Kethury Magalhães, socióloga e doutoranda pela Universidade de Brasília (UnB), cuja pesquisa trata da plataformação do trabalho feminino no Brasil.

Essa é a segunda reportagem da série do **Correio** *Esta é minha direção*, que investiga as conquistas e os desafios de mulheres que atuam no setor de transportes no país. Nesta edição, abordamos as dificuldades diárias, o “protocolo de sobrevivência” empregado por elas e o papel das empresas e das plataformas.

“Vai pilotar um fogão”

Se nas plataformas digitais a presença de mulheres é discreta, no transporte de cargas esse número é ainda menor. Dados da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) indicam que, em 2025, havia 16.349 mulheres motoristas no setor. No DF, o montante foi de 97 — menos de 1% do quantitativo total desses profissionais. A maioria delas é responsável por cargas do comércio varejista e da indústria de produtos alimentícios. Foi o caso de Vânia Araújo, 48, que trabalhou como carreteira de 2012 a 2022. Hoje, é motorista de ônibus de turismo interestadual.

“Pekena”, como é conhecida pelas colegas, entrou no ramo do transporte de cargas por influência do ex-marido, que era caminhoneiro. Após a separação, manteve-se no ofício por gosto e por sobrevivência. “Costumava passar de 30 a 70 dias na estrada. Apesar da satisfação e da autonomia, era muito solitário. Via pouco meus três filhos e passava por vários perrengues”, recorda.

Uma das dificuldades mais recorrentes era a falta de banheiros femininos em pontos de parada nas rodovias, problema semelhante ao vivenciado pela

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Tamara Dias começou a trabalhar no SLU como gari e hoje é uma das seis mulheres entre os 520 motoristas da empresa

Arquivo pessoal



Ser cicloentregadora ajudou a saúde mental de Kelly Vasques

cicloentregadora Kelly, quando pedalava na Asa Sul. “Até em dependências mantidas pelas transportadoras lidei com isso. Algumas vezes, improvisei banhos dentro da própria cabine da carreta”, descreve Vânia, que era a única mulher de um grupo de 10. “Quando nos reuníamos em alguma parada, eles achavam que a obrigação de suprir a alimentação de todos, fazendo comida, era apenas minha”, completa.

Em um desse locais, a carreteira ainda sofreu perseguições do antigo supervisor. “Ele sugeriu me colocar em espaços nos quais eu receberia uma comissão maior, com a condição de ter caso com ele. Como neguei, passou a me perseguir”, relembra. Vânia comunicou o assédio ao gestor, entrou com uma ação na Justiça e deixou a empresa. “As pessoas não enxergam nós, mulheres, como profissionais”, ressalta.

Como motorista de ônibus de turismo, ela vê o cenário com maior esperança. “Sinto-me mais respeitada. Faço o que gosto e ainda me divirto conhecendo o Brasil”, acrescenta. No WhatsApp, “Pekena” faz parte de um grupo chamado “As brabas do buzão”, no

qual mais de 200 motoristas de ônibus, de diferentes pontos do país, compartilham dicas e experiências relacionadas ao ofício. “O sentimento coletivo é de orgulho”, diz Vânia.

A pesquisadora Kethury Magalhães analisa que há uma ideia geral, seja na publicidade, seja no dia a dia das pistas, de que os veículos são feitos para homens. “Ouvi vários relatos de mulheres xingadas no trânsito. O ‘vai pilotar um fogão’ é uma constante. Elas tomam, inclusive, fechadas propositalmente, potencializando sua insegurança. Esse desrespeito é uma forma de dizer que aquele lugar (o trânsito) não é feito para as mulheres e que elas não deveriam estar circulando pela cidade”, contextualiza. “Apesar dos desafios, muitas mulheres que permanecem em ofícios ligados ao transporte, fazem porque têm amor à profissão. Para ela, é uma sensação de liberdade”, conclui.

Propósitos

Tamara Dias, 27, motorista do caminhão do Serviço de Limpeza Urbana

Arquivo pessoal



Vânia Araújo dirigia carretas e, agora, ônibus de turismo

(SLU) no DF também teve de provar a capacidade profissional. Ela ingressou na empresa como varredora (gari), mas tirou a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) na categoria D e conquistou a promoção para o volante em 2023. A virada de chave quase dobrou o salário dela e trouxe autonomia, mas veio acompanhada do preconceito velado de que teria sido promovida por ser mulher.

“Muitas pessoas descreditaram. Tive que demonstrar ser capaz”, desabafa a moradora do Novo Gama (GO). Quando precisa tomar água ou usar o banheiro, ela diz que tem receio de buscar apoio em locais predominantemente masculinos. “Em oficinas, evito pedir por medo de receber olhares ou escutar comentários indesejados. A gente acaba evitando”, explica. Atualmente, o SLU tem 520 motoristas. Desse total, apenas seis são mulheres.

Hoje, aos oito meses de gestação do seu primeiro filho, Tamara foi remanejada temporariamente para serviços internos na empresa por questões de segurança e ergonomia na cabine alta. “Quero que meu

filho, Oliver, tenha a mim como referência e cresça com a mentalidade de que nós, mulheres, podemos ocupar qualquer lugar. Meu plano é voltar a dirigir assim que cumprir a licença, contando com a compreensão da empresa para conciliar a amamentação”, antecipa.

Protocolo de sobrevivência

Motorista de aplicativo há dois anos no DF, Carla (nome fictício), 34, começou no ramo motivada pela busca de um rendimento melhor. À época, 2024, não restringia as corridas a mulheres. Porém, o cenário mudou cinco meses depois. “Um passageiro entrou no carro e começou a puxar papo, primeiro me elogiando e depois fazendo perguntas sobre minha vida pessoal. Evitei responder, mas não adiantou. Em um certo momento, ele tocou em meus braços e minha barriga, na tentativa de me agarrar. Tomei um susto, gritei e o expulsei do carro”, relata.

O assédio a fez ficar afastada da plataforma por dois meses. Quando retomou o serviço, passou a levar somente mulheres e, mais recentemente, voltou a aceitar corridas com homens. “Sigo praticamente um protocolo de sobrevivência: restrinjo as corridas a passageiros com boas avaliações e que deixam a viagem paga no cartão, porque isso reduz meu tempo dentro do carro com eles. À noite, faço apenas viagens curtas, dentro da minha cidade, Paranoá”, detalha. “Gosto do que faço. Depois que voltei a aceitar homens nas corridas, me sinto ainda mais corajosa”, completa.

Em fevereiro de 2025, um caso de violência extrema contra uma motorista de app chamou atenção para a urgência na proteção dessas profissionais. Ana Rosa Rodolfo de Queiroz Brandão foi assassinada a facadas por Antônio Ailton da Silva que, durante seu depoimento, confessou ter escolhido a vítima justamente por ser mulher. “Observei que ela estava no estacionamento externo do Conic e imaginei que, por ser mulher, seria mais fácil do que com um homem conseguir o transporte ou até mesmo subtrair seus pertences”, declarou, à época.

Antônio foi condenado, neste mês, a 29 anos, nove meses e 15 dias de reclusão pelo feminicídio de Ana Rosa.

Segurança

A Secretaria de Segurança Pública (SSP-DF) destaca a integração tecnológica do aplicativo da Uber com o serviço 190 da Polícia Militar (PMDF) para “agilizar o atendimento policial”. Do mesmo modo, a ANTT assinala que, embora a fiscalização de pontos de apoio nas rodovias concessionadas não atue “focada prioritariamente em motoristas mulheres”, o órgão apoia a expansão do projeto Rodovias Seguras para Todas para viabilizar “espaços físicos adequados e seguros às mulheres, iluminação e ações de conscientização” sobre o respeito às profissionais no asfalto.

A Amobitec classifica a proteção de motoristas e entregadoras como “prioridade absoluta” e detalha as ferramentas disponibilizadas por suas associadas. A 99 tem o recurso Modo Mulher, que permite às condutoras receberem chamadas apenas de passageiras e de homens bem avaliados; a Uber coloca à disposição a ferramenta U-Elas e expandiu o recurso Uber Mulher em Brasília, permitindo que usuárias optem por viajar com motoristas do sexo feminino; e o iFood oferece vantagens exclusivas para entregadoras, como “auxílio na gestação, apoio financeiro em casos de câncer de mama ou colo do útero e auxílio para o cuidado dos filhos”.

Na próxima reportagem da série *Esta é minha direção*, conheça iniciativas que buscam valorizar as mulheres profissionais do trânsito no Brasil.

Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Apoio a Celina e eleição de uma bancada de deputados federais

Minervino Júnior/CB/D.A.Press

Integrantes da direção nacional do MDB acompanham, de longe, a movimentação do partido no Distrito Federal e os rumores de candidatura própria ao Palácio do Buriti. Mas essa possibilidade não é vista com bons olhos. A preferência da cúpula é que a legenda se alie à governadora Celina Leão (PP) para a disputa à reeleição e concentre todas as forças para a eleição de uma boa bancada de deputados federais. Entre integrantes da executiva nacional, o entendimento é de que o ex-governador Ibaneis Rocha não tem mais poder para um cavalo de pau capaz de mudar esse caminho. E se ele topa disputar o mandato de deputado federal, será aplaudido no MDB.



União Brasil quer lançar Sandro Avelar para o Senado

O União Brasil pretende lançar o ex-secretário de Segurança Pública Sandro Avelar como candidato ao Senado. O delegado aposentado da Polícia Federal, que foi duas vezes diretor-executivo da Polícia Federal, deixou o governo do DF para concorrer a deputado federal. Mas o nome dele cresceu nas bolsas de apostas do partido. A avaliação é de que Avelar tem bons resultados para apresentar. A candidatura será definida durante a convenção da federação União Progressista, em 2 de agosto. A governadora Celina Leão (PP) ainda não bateu o martelo.



Ed Alves CB/D.A.Press



Roque de S&A/Agência Senado

Com Grass ou Cappelli? PDT vai manter o suspense

O PDT-DF marcou a convenção regional para 1º de agosto na sede nacional do partido. O encontro vai sacramentar a candidatura da senadora Leila do Vôlei à reeleição e aprovar a nominata para deputados federais e distritais, além de ratificar o apoio ao presidente Lula. Mas vai deixar uma questão no ar: a coligação. O partido vai manter o suspense sobre alianças — com Leandro Grass (PT) ou Ricardo Cappelli (PSB) — até o limite.

BRB sustenta que Lei Orgânica obriga o banco a recolher receitas do Tesouro do DF

O Banco de Brasília (BRB) divulgou nota ontem para desmentir informações de que estaria usando recursos do Tesouro do Distrito Federal para manter liquidez. “Desde a sua criação em 1966, o Banco de Brasília (BRB) abriga as contas públicas do Governo do Distrito Federal. Ao longo dos anos, tornou-se



Divulgação/BRB

um meio para a implementação de políticas públicas do governo, como a folha de pagamento de servidores, a gestão de fundos regionais e de dezenas de programas sociais”, afirma o banco. E acrescenta: “Os recursos financeiros do GDF sempre foram depositados na instituição. Isso porque a Lei Orgânica do Distrito Federal, de 1993, determina, em seu artigo 144, caput e parágrafo 1º, que o Governo do Distrito Federal deve recolher, obrigatoriamente, todas as receitas do Tercuro do GDF ao BRB; assim como a obrigação de efetuar pagamentos de pessoal por meio da instituição financeira, sejam da administração direta, autarquias, fundações e empresas estatais do DF”.

Ilações e desserviço

Ainda, segundo a nota, informações contrárias não passam de ilação e um “grave desserviço à economia popular dos brasilienses”, além de “uma inequívoca tentativa de terceiros de interferir nas negociações em andamento para a assinatura de um acordo com o FGC, determinada pelo Supremo Tribunal Federal”.

Em defesa de Brasília

O ex-governador Cristovam Buarque, que é pré-candidato a deputado federal pelo PSB, está articulando a divulgação de um manifesto em defesa de candidaturas comprometidas com o futuro de Brasília, que seria assinado por personalidades, intelectuais, professores, artistas, jornalistas, entre outros. Ontem, ele discutiu a ideia, num almoço com o jornalista Moacyr de Oliveira Filho, o Moa, que foi secretário de Comunicação Social do seu governo no GDF, há 30 anos.

Arquivo pessoal



Todo mundo quer

O programa da Secretaria de Segurança “DF 360”, uma plataforma centralizada que unifica e conecta câmeras de vigilância públicas e privadas para criar uma ampla rede de monitoramento e cerco digital, está fazendo sucesso no país. O governo da Bahia e a prefeitura de João Pessoa mandaram representantes para conhecer a plataforma, desenvolvida pela própria SSP de Brasília, até porque gastam milhões de reais para ter um serviço similar que aqui é gratuito. Os governos de Santa Catarina e do Ceará também mostraram interesse em conhecê-la.

Luh Fiuzza / Ascom GDF



Aumenta o cerco

Com 13 mil câmeras, o “DF 360” contabiliza milhares de reconhecimento faciais. Já identificou, para a prisão, mais de 300 pessoas e recuperou mais de 600 veículos furtados ou roubados. Não à toa estados e prefeituras pedem o apoio da SSP-DF para adotar o mesmo modelo tecnológico desenvolvido aqui e que pode ser compartilhado.

O alcance de cada um

Para efeito de comparação com o sistema semelhante do estado de São Paulo, a Secretaria de Segurança do DF tem 1.293 câmeras/radares em vias/estradas para um território 43 vezes menor que aquela unidade da federação. Eles têm 3.017 câmeras deste tipo em rodovias. A média do DF é de 226 câmeras a cada mil quilômetros quadrados. A paulista é de cerca de 12 câmeras a cada mil quilômetros quadrados.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

MEIO AMBIENTE

Mesmo sem riscos hídricos para o DF, especialistas defendem planejamento e consumo consciente dos brasilienses

Gestão da água sempre necessária

» ANA CAROLINA ALVES

O Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) destaca que o fenômeno El Niño deve elevar as temperaturas no país e pode atrasar o início do período chuvoso entre a primavera e o verão. Especialistas defendem o consumo consciente de águas e alertam para uma estiagem mais rigorosa.

Apesar disso, a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb) garante que não há risco de desabastecimento no DF. Segundo a empresa, os principais reservatórios que abastecem a população operam em alto nível: o Descoberto está com 98,8% de armazenamento, enquanto o Santa Maria registra 99,5%. “Não há qualquer risco de adoção de medidas restritivas”, enfatizou a companhia.

A Caesb destacou que mantém monitoramento permanente dos mananciais e dos sistemas de produção e distribuição de água, além de realizar ações preventivas de manutenção, interligação entre sistemas, controle operacional e redução de perdas. Segundo a empresa, essas medidas garantem maior segurança hídrica mesmo durante o período de estiagem. Ainda assim, a companhia reforça que o consumo consciente (veja o quadro) continua sendo

fundamental, especialmente nos meses mais secos.

Professor do Departamento de Engenharia Florestal da Universidade de Brasília (UnB), Reuber Albuquerque Brandão explica que o fenômeno do El Niño favorece a formação de uma massa de ar quente sobre o Cerrado, dificultando a chegada da umidade. “A expectativa é de um aumento das temperaturas máximas, especialmente entre agosto e setembro, combinado com a diminuição das chuvas e, muitas vezes, com o atraso do início do período chuvoso”, detalhou.

Para Reuber Brandão, caso a estiagem se intensifique e as chuvas atrasem, o abastecimento poderá sofrer pressão nos próximos meses.

Sustentabilidade

Mesmo com os reservatórios cheios, há quem priorize a economia de água. No condomínio Via Enseada, em Águas Claras, por exemplo, o condomínio aproveita tanto a água da chuva quanto a chamada “coluna cinza”, proveniente das máquinas e tanques de lavar roupa, que passam por tratamento antes de ser reutilizada. “Quando as pessoas lavam as roupas, essa água iria para a rede de esgoto. Nós capturamos essa volume, tratamos em uma estação própria e conseguimos reutilizar até 15 mil litros por dia. Quando os

Arquivo pessoal



Reginaldo Gomes e o Selo Verde do Instituto Chico Mendes

reservatórios de água da chuva baixam, esse sistema entra automaticamente em funcionamento”, explicou o gestor Carlos Cesar Moura, 72.

De acordo com Moura, o condomínio tem capacidade para armazenar 90 mil litros de água da chuva, captados diretamente da cobertura dos edifícios, volume

que é complementado pela água de reúso ao longo do ano. “Conseguimos ter água o ano inteiro para lavar o condomínio, irrigar os jardins e manter os espelhos d’água sem utilizar água potável. Além de reduzir custos, é um ganho enorme para o meio ambiente”, destacou.

Se nos condomínios a

economia de água tem sido estimulada por meio de sistemas de reúso e incentivos aos moradores, no setor privado a estratégia passa por investimentos em infraestrutura e gestão do consumo. A Garra Food Solutions, empresa especializada na venda de produtos para o setor alimentício e detentora do Selo Verde do Instituto Chico Mendes, implantou um programa permanente de gestão do consumo de água que reduziu entre 75% e 80% o uso de água potável.

De acordo com Reginaldo Gomes, 57, sócio da empresa, a principal medida foi a construção de um reservatório subterrâneo com capacidade para armazenar 350 mil litros de água da chuva captada dos telhados da empresa para uso na lavagem dos caminhões de entrega, por exemplo, além da implantação de um sistema de monitoramento diário do consumo. “Esse controle permite identificar imediatamente qualquer desperdício ou vazamento. Com essas medidas, estimamos que deixamos de retirar da natureza aproximadamente 20 milhões de litros de água ao longo desses anos”, afirmou. “Sustentabilidade não é um projeto que começa quando o problema aparece. Ela é construída por decisões tomadas muitos anos antes. Preservar a água é preservar a vida”, completou.

Economia de Água

- Use água para o que for necessário;
- Verifique se existem vazamentos de água nos encanamentos;
- Ao fechar a torneira, certifique-se de que não ficou pingando;
- Use redutores de vazão na torneira para aumentar a sensação de um fluxo de água;
- Desligue o chuveiro ao se ensaboar e diminua o tempo embaixo da ducha;
- Deixe a torneira fechada enquanto ensaboia a louça e use a água na hora de enxaguar;
- Use vassouras e não mangueiras para limpeza;
- Use um regador para regar as plantas;
- Use uma vasilha com água para lavar frutas, legumes ou verduras;
- Não deixe transbordar a água da caixa d’água e a mantenha sempre tampada;
- Reutilize água sempre que possível.

Fonte: Caesb



“É preciso temer somente a Deus.
E um pouco a mim, também”
Cristina Kirchner, 73 anos, ex-presidente da Argentina

Vagas para startups no Web Summit Lisboa

A ApexBrasil e o Sebrae estão na reta final de uma seleção para levar 100 startups brasileiras ao Web Summit Lisboa 2026, marcado para novembro. A iniciativa tem apoio do Serpro e do Ministério das Relações Exteriores e é voltada para empresas de tecnologia que já estejam em operação, tenham um produto minimamente validado e planejem expandir as atividades para o mercado europeu. As inscrições podem ser feitas até as 23h59 deste domingo. A expectativa é repetir a presença brasileira registrada na última edição do evento, que reuniu mais de 71 mil participantes, 1,9 mil investidores e 2,7 mil startups de diferentes países. As

Divulgação/Sebrae Lisboa

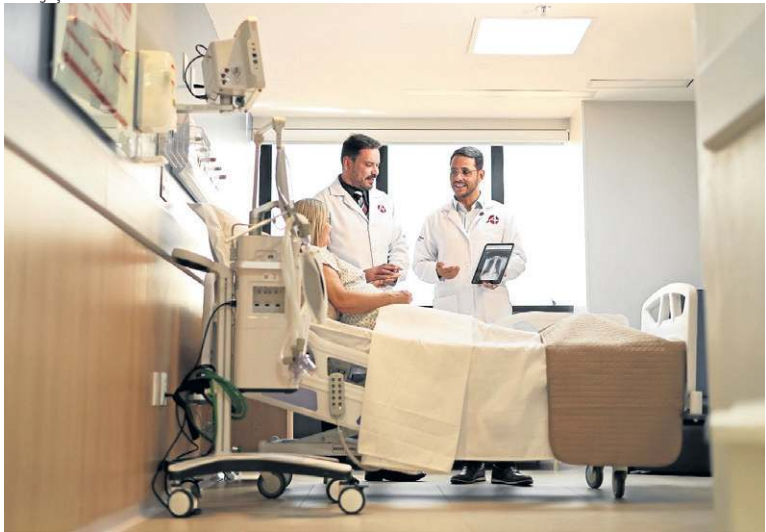


empresas selecionadas terão acesso a rodadas de negócios, mentorias e espaço de exposição no Pavilhão Brasil. O processo de escolha prevê critérios de diversidade regional e de liderança. Terão prioridade startups das regiões Norte, Nordeste e do Distrito Federal, além de empresas lideradas por mulheres e pessoas negras. O Web Summit Lisboa será realizado entre 9 e 13 de novembro. Durante o encontro, empreendedores, executivos de tecnologia, investidores e especialistas discutem tendências, oportunidades de negócios e os desafios que devem moldar o setor nos próximos anos.

Dúvidas sobre banheiros

A sanção da Lei nº 7.928/2026, que obriga drogarias, padarias e outros estabelecimentos do Distrito Federal a disponibilizar banheiros para clientes, surpreendeu o setor produtivo. Segundo a Fecomércio-DF, ainda há dúvidas sobre como a regra será aplicada, principalmente em pequenos comércios, imóveis antigos e locais onde os sanitários ficam em áreas de acesso restrito. A entidade defende uma regulamentação mais detalhada e pretende discutir o tema com o Governo do Distrito Federal. A preocupação é definir regras claras para situações que podem exigir adaptações estruturais, obras de acessibilidade ou investimentos considerados inviáveis por parte dos empresários. Para a entidade, sem esses parâmetros, a nova exigência pode gerar custos elevados para parte dos empreendedores da capital.

Divulgação



UTI em Ceilândia

O Hospital Anchieta Ceilândia inaugurou, ontem, 32 novos leitos de UTI. A expansão amplia a oferta de atendimento de alta complexidade em uma das regiões mais populosas do Distrito Federal, onde a demanda por esse tipo de serviço vem crescendo nos últimos anos. Entre os equipamentos instalados, estão quartos com isolamento respiratório por pressão negativa, usados em casos que exigem maior controle de contaminação. A unidade também passa a contar com integração a exames de ressonância magnética apoiados por inteligência artificial, tecnologia que pode reduzir o tempo necessário para a avaliação de pacientes em estado grave.

Divulgação/Agência Brasília



Sem impacto nos feriados

A nova portaria do Ministério do Trabalho sobre o funcionamento do comércio em feriados não deve alterar a rotina do setor no Distrito Federal. Na avaliação da Fecomércio-DF, a Portaria MTE nº 1.316 apenas formaliza uma regra que já está prevista na Lei nº 10.101/2000: a abertura das lojas nessas datas depende de acordo firmado em convenção coletiva. Segundo a entidade, o modelo já é adotado na capital e continuará em vigor. A principal mudança é o reforço da participação dos sindicatos nas negociações entre empresários e trabalhadores para definir as condições de funcionamento do comércio em feriados. As atividades consideradas essenciais, como farmácias, postos de combustíveis, hotéis e restaurantes, permanecem autorizadas a funcionar sem necessidade de novos acordos.

5 de novembro

Essa é a data do segundo sorteio de 2026 do Nota Legal. Ao todo, serão distribuídos novamente R\$ 3,5 milhões em prêmios, conforme prevê a Instrução Normativa nº 5, publicada na edição de ontem do Diário Oficial do Distrito Federal (DODF). Podem concorrer os consumidores cadastrados no programa que cumpram as regras previstas para participação, entre elas a inclusão do CPF nas notas fiscais emitidas durante as compras.

SEU IMÓVEL MERECE SER UM **FAENGE**



SAIBA MAIS

PALAZZO
105

VIVA
ÁGUAS CLARAS
RESIDENCIAL RESORT

fikey
PARK SUL



PRONTO PARA MORAR

LUXO
REFLETIDO DE
FORMA ÚNICA.

NOROESTE
4 SUÍTES
ACABAMENTOS PERSONALIZADOS
BY STUDIO ZUBA



LANÇAMENTO

UM RESORT PARA
CHAMAR DE LAR EM
10.600 m² DE TERRENO.

ÁGUAS CLARAS
2, 3, 4 QUARTOS E
COBERTURAS



PRÉ LANÇAMENTO

UM NOVO JEITO DE
INVESTIR. UMA NOVA
FORMA DE FICAR.

PARK SUL
STUDIO, 1
QUARTO E LOJAS

VISITE OS DECORADOS 3020-2000

Noroeste
Avenida W9, Quadra 509,
ao lado do Posto Shell.

Águas Claras
Av. Sibipiruna, acima
da CAESB

Park Sul
Avenida do Casa Park, em
frente à Pão Dourado.

CONSTRUÇÃO E VENDAS
FAENGE
EMPREENDIMENTOS
EMPRESA FILIADA A
ADEMI



Crônica da Cidade

MILA FERREIRA | milaneivaf@gmail.com

Mensageiros do mundo real

Ser repórter de *Cidades* não é só uma escola para qualquer jornalista, é uma aula de humanidade. O cotidiano na editoria é desafiador. Somos responsáveis pela cobertura do dia a dia na cidade. Notícias ruins fazem parte da nossa rotina diária. A gente se acostuma com atropelamentos, acidentes, velórios, tragédias. “A gente é de *Cidades*, mas a gente é limpinho”, costume brincar, desde que comecei a trabalhar na editoria. Sol, chuva, seca, lama, acidente, sangue, lixo, cadáver, doença, ratos, escorpiões. Somos testemunhas dos mais diversos tipos de agruras. Tem que ter estômago. Mais do

que isso, é preciso ter coração, sensibilidade. Não é raro estarmos frente a frente com mães enlutadas, manifestantes revoltados, famílias em busca de justiça, pessoas doentes na fila do hospital, órfãos do feminicídio, etc.

Sol, chuva e seca, para nós, não significam apenas mudanças climáticas; significa, entre muitas outras coisas, ir às ruas conversar com quem tem as vidas afetadas pelas alterações de temperatura, conversar com agricultores que têm o ciclo de produção interrompido porque não choveu, ouvir médicos e bombeiros para oferecer à população dicas de cuidado

com a saúde. É muito mais do que escrever uma matéria dizendo que a temperatura caiu ou subiu, é pensar em como isso vai afetar a vida das pessoas.

Cobrir um acidente nunca é só descobrir horário, local e a quantidade de vítimas. Quando o caso é grave, além de noticiar, precisamos ouvir os sobreviventes, apurar se o motorista estava alcoolizado, levantar número de acidentes naquele local durante um determinado período etc. O bom repórter de *Cidades* busca humanizar a pauta e fazer o que estiver ao próprio alcance para, por meio de informações confiáveis, evitar que aquela tragédia se repita no futuro.

Rotineiramente, descobrimos do que o ser humano é capaz. Crimes sexuais, abuso psicológico, cativoiro... Requentes

de crueldade fazem parte da criminalidade e, consequentemente, da nossa rotina de cobertura. Construir o perfil de vítimas de crimes e acidentes é outro trabalho comum. Mostrar quem foi aquela pessoa e o que ela deixou de legado é uma forma de honrar a memória e não deixar que ela se torne apenas estatística.

Mas cobrir *Cidades* é mais do que tudo isso: dar boas notícias também faz parte da nossa missão. Contar histórias de superação, divulgar grandes conquistas de brasilienses e dar voz às minorias não tem preço. É muito gratificante poder divulgar o trabalho de mulheres cientistas que descobriram uma máscara que neutraliza o vírus da covid-19, escrever sobre bilhetes de amor esquecidos dentro de livros em sebos, fazer matéria sobre a

potência do teatro em Brasília. Uma reportagem sobre a importância do combate ao bullying que fiz em 2023 foi parar em um livro didático de língua portuguesa do 8º ano. Tudo isso eu já fiz na editoria de *Cidades*. Tem coisa que vai ficar guardada para sempre na minha memória e na minha retina.

A inteligência artificial jamais vai substituir quem faz um bom trabalho. Afinal, a tecnologia pode processar dados e gerar relatórios em segundos, mas nunca saberá ouvir o tremor na voz de quem perdeu tudo, nem o momento exato de acolher uma lágrima antes de fazer a próxima pergunta. A notícia nasce dos fatos, mas o bom jornalista nasce da empatia. Uma vez repórter de *Cidades*, nunca mais um ser humano qualquer.

VIOLÊNCIA / Histórico do acusado de matar casal na Ponte Alta reacende o debate sobre o controle de armamentos. Número de registros na capital aumentou 83,3% entre 2024 e 2025, saltando de 414 para 759, conforme a Polícia Federal

Porte de arma em debate

» CARLOS SILVA

A emissão de registros de arma de fogo no Distrito Federal aumentou 83,3% entre 2024 e 2025, passando de 414 para 759, segundo a Polícia Federal. Em 2026, a tendência de alta se mantém, com 432 registros emitidos até julho.

Em meio ao aumento do número de armas em circulação na capital, a prisão de Evandro Gabriel Ferreira, de 60 anos — apontado pela Polícia Civil (PCDF) como principal suspeito de assassinar o casal Leonardo de Oliveira Campos, 42, e Rayane Lins Farias Campos, 38, no Condomínio Bosque Imperial, na Ponte Alta Norte, em 16 de julho —, colocou em evidência uma pergunta: como um homem com um histórico criminal que atravessa mais de duas décadas conseguiu manter o registro de uma arma de fogo? Durante as buscas na casa do investigado, policiais apreenderam um revólver calibre .38, que pode ser a arma do crime.

A trajetória criminal atribuída a Evandro reúne registros desde 2000, com passagens pelos regimes aberto e semiaberto. Entre os antecedentes, constam um homicídio qualificado, registrado em 2008, contra o próprio sobrinho. Além disso, há ocorrências por tentativa de homicídio, em 2006, e por homicídio culposo, em 2009. A lista de crimes (que alcança 15 registros)

O registro demonstra apenas que a aquisição e a manutenção da arma eram legalmente autorizadas. Ele não garante o comportamento futuro do proprietário

Juarez da Silva, criminalista

só terminou em 2024, com uma denúncia de dano qualificado (violência doméstica).

Apesar disso, o mestre em Direito e professor da Universidade Católica de Brasília (UCB) Águmon Rocha explica que a prisão de uma pessoa exige o preenchimento dos requisitos legais e depende da atuação do delegado de polícia, do Ministério Público e, posteriormente, de decisão do Poder Judiciário. “A regra estabelecida pela Constituição Federal é a liberdade, entendimento reafirmado pelo Supremo Tribunal Federal”, destaca.

O professor ressalta, no entanto, que a própria legislação impõe restrições para a obtenção e a manutenção de autorizações relacionadas a armas de fogo quando há antecedentes envolvendo crimes violentos. “Pessoas que ostentam condenações criminais, sobretudo por crimes envolvendo violência, encontram óbices na legislação para obtenção de armas de fogo. Da mesma forma, condenações ou investigações policiais podem justificar a suspensão da autorização para possuir ou portar arma”, acrescenta.

Mesmo com as restrições impostas pelo Estatuto do Desarmamento (Lei Nº 10.826/2003), especialistas apontam falhas estruturais. Para a advogada criminal e especialista em segurança pública Giovanna Guerra, um dos

Reprodução/Redes Sociais



Suspeito do duplo homicídio na Ponte Alta, Evandro Gabriel foi preso no dia seguinte ao crime

principais problemas evidenciados pelo episódio envolvendo Evandro Gabriel é a falta de monitoramento contínuo dos proprietários de armas após a concessão da autorização. “Se o proprietário responde a um novo inquérito criminal ou perde a higidez psicológica durante a validade da licença, os órgãos fiscalizadores frequentemente não são notificados de forma imediata”, destaca.

Na avaliação do doutor em Direito e pesquisador da Universidade de Brasília (UnB) Welliton Caixeta Maciel, o desafio é tornar mais eficiente a comunicação entre os órgãos responsáveis pela fiscalização. “Diversas lacunas foram corrigidas. Todavia, os

sistemas de controle e fiscalização precisam ser aprimorados, especialmente no que diz respeito à efetiva integração entre as instituições envolvidas e ao compartilhamento de informações”, afirma.

Legislação

No caso de Evandro, a polícia investiga se a arma encontrada na casa dele foi usada no assassinato de Leonardo e Rayane. Conforme ressalta o criminalista Juarez da Silva, a legalidade do registro não impede a responsabilização do proprietário nem altera, por si só, a gravidade do homicídio. “O registro demonstra apenas que a aquisição

e a manutenção da arma eram legalmente autorizadas. Ele não garante o comportamento futuro do proprietário e, evidentemente, não autoriza o uso da arma contra outra pessoa. Quando uma arma registrada é utilizada em um crime, ela deve ser apreendida, submetida à perícia, e o registro e eventual porte podem ser suspensos ou cassados”, esclarece.

Caso fique comprovado que o proprietário deixou de atender aos requisitos legais, Juarez explica que a legislação prevê mecanismos para retirar a autorização e apreender o armamento. “A Polícia Federal pode instaurar procedimento administrativo de ofício ou a partir da comunicação de outro órgão.

Havendo indícios de perda da idoneidade, os registros e o porte podem ser suspensos cautelamente, e as armas, munições e acessórios podem ser apreendidos antes mesmo da decisão definitiva. Essa atuação preventiva é especialmente importante em casos de violência doméstica”, conclui.

Ao refletir sobre as lições deixadas pelo caso, Welliton defende que o debate ultrapasse a discussão sobre o acesso às armas e alcance políticas voltadas à prevenção da violência. “O caso revela que o desarmamento da população ainda é um enorme desafio no Brasil e demonstra a urgência de alternativas pacíficas para a resolução de conflitos interpessoais. É fundamental fortalecer as instituições de segurança pública e o Sistema de Justiça Criminal, mas também implementar políticas públicas voltadas para a cultura da não violência e da paz”, conclui.

Registros em alta

Em 2024, o maior volume de registros de armas ocorreu em setembro, com 61 emissões. Em 2025, o recorde foi em agosto, quando 123 foram concedidos, o maior resultado mensal de toda a série analisada. Em quase todos os meses de 2025, o quantitativo superou o registrado no mesmo período do ano anterior. A única exceção foi março, quando os números permaneceram praticamente estáveis.

Os dados também mostram que os homens continuam concentrando a ampla maioria das autorizações. Dos 1.173 registros emitidos nos dois anos, 1.083 (92%) foram destinados ao público masculino, enquanto 90 (8%) tiveram mulheres como titulares. Apesar da diferença expressiva, ambos os grupos apresentaram crescimento entre 2024 e 2025, acompanhando a tendência geral de aumento das emissões.

Questionada sobre possíveis gargalos que possam dar margem a casos de pessoas que têm antecedentes criminais, mas ainda mantêm registro de arma, a Polícia Federal informou que “atua estritamente em conformidade com a legislação vigente na análise, concessão, fiscalização, suspensão e cassação de autorizações relacionadas ao porte de arma de fogo”.

Confira o Estatuto do Desarmamento na íntegra

Obituario/ Sepultamentos em 22/07/2026

NOTA DE FALECIMENTO

A família de Mercedes da Costa Marques Ferigato, marido, filhos e irmãos comunicam com pesar o falecimento de nossa amada **Mercedinha**. O velório será hoje, às 14h, na Capela 9 do Campo da Esperança, Asa Sul, DF.

- » **Campo da Esperança**

Antônio Walter de Souza, 78 anos
Daniel Melquiades da Silva, 41 anos
Davi Alencar Garcia, menos de 1 ano
Eduardo de Moraes, 62 anos
Eudes Vicente da Silva, 41 anos
Gildo Simões, 69 anos
Idalino Marçal Filho, 67 anos
Jucelyn Torres, 102 anos
Lúcia Monteiro Barreto, 89 anos
Luiz Alves de Moura, 90 anos
Maria da Paz Pinheiro, 93 anos
Maria José Rodrigues, 75 anos
Narciso Domingues da Silva, 84 anos
Omília Maia Pereira, 96 anos
Oswaldo Mendes de Souza, 78 anos
Rodrigo Magalhães de Alencar, 10 anos
Rosângela Cesário de Menezes, 56 anos
- » **Taguatinga**

Antônia Maria do Nascimento Silva, 71 anos
Cláudio de Oliveira Sousa, 56 anos
Darry Manoel da Cruz, 101 anos
Edeniza Silva do Nascimento, 61 anos
Endrick Raphael Aramides Menescal, 2 anos
José do Montes Machado, 93 anos
Maria Salete Pereira de Oliveira, 81 anos
Maurício Alves de Brito, 55 anos

» **Gama**

Aloisio Peres Barros, 83 anos
Francisca Cleuma Cajão Marinho, 63 anos
José Justino da Cruz, 73 anos
Maria Adriana de Sousa Lira, 93 anos
Paulo Alexandre da Silva Santos, 37 anos
Samuel de Andrade, 94 anos
Thaigo Felix Caldas, 35 anos
- » **Planaltina**

Antônio Romualdo Nogueira, 70 anos
Elaine Novo Araújo, 34 anos

» **Brazlândia**

Ana Soares Ferreira, 61 anos
Isabel Cristina Fernandes da Silva, 57 anos

» **Sobradinho**

Luís Carlos Ines, 51 anos
Pedro Lucas Penha Pinheiro, 26 anos
Sheyla da Silva, 54 anos

» **Jardim Metropolitano**

Franisco de Jesus Santos, 56 anos
Alfa Danielle Genatte Gonçalves Rodrigues Martins de Sá, 47 anos
Mário Alexandre Lima, 55 anos (cremação)
Mirlândia Barbosa da Silva, 90 anos (cremação)

NOVIDADE / Documento lançado pelo Conselho Federal de Química lista 13 serviços, de limpeza de piscinas a caixas de gordura, que exigem, de responsáveis técnicos, cuidados com os riscos de intoxicação por produtos químicos em condomínios

Manual de alerta para síndicos

» GABRIELA CIDADE*

Água de piscina que libera gases tóxicos ao ser tratada por quem não tem preparo técnico. Reservatórios com biofilme que comprometem a potabilidade da água consumida por um prédio inteiro. E produtos de limpeza misturados sem critério. Esses são alguns dos riscos que o Conselho Federal de Química (CFQ) reuniu no *Manual do Síndico: Contratação Segura de Serviços na Área da Química*, lançado para alertar administradoras e síndicos sobre atividades corriqueiras em condomínios que, quando executadas sem responsabilidade técnica, podem resultar em intoxicações, queimaduras químicas, explosões e até morte. Segundo o documento, a contratação informal desses serviços é uma prática que expõe moradores a riscos sanitários graves, e o síndico, à responsabilização civil e criminal.

O manual mapeia 13 frentes de risco dentro dos condomínios que exigem atenção redobrada do síndico. A lista menciona o tratamento de água para consumo humano, a higienização de reservatórios, o tratamento de piscinas e de água de reúso, o controle da qualidade do ar em sistemas de refrigeração, o manejo de efluentes e caixas de gordura, a operação de caldeiras, o controle de pragas urbanas, os serviços de limpeza predial, as análises da qualidade da água, a aquisição e o armazenamento de produtos químicos, a manutenção de extintores e qualquer outra atividade que envolva substâncias químicas

Emerson Tormann, presidente da Associação de Síndicos do DF, conta que todos os administradores vinculados ao grupo recebem orientações e protocolos sobre quais profissionais devem ser contratados para cada necessidade. Ele ainda pontua que é essencial que o síndico tenha ao seu lado um consultor técnico que faça avaliações e tenha responsabilidade sobre os serviços contratados para o condomínio: “O síndico que não tem essas orientações corre o risco de contratar um serviço que esteja incorreto ou além do necessário”, afirma. Com mais de 600 filiados, o presidente acredita que o manual chega em boa hora: “Precisamos ficar atento a todos os serviços disponíveis.”

Diretor do Conselho Federal de Química, Jonas Comin destaca que o manual nasce de uma preocupação: “A sociedade nem sempre sabe como manusear os produtos químicos e avaliar os riscos envolvidos nos serviços de natureza química”. Ele explica que casos de intoxicação na manutenção de piscinas foram uma grande motivação. A partir disso, decidiram englobar outros processos no manual.

O problema, segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o CFQ, tem se agravado com a disseminação de vídeos nas redes sociais que ensinam “misturinhas caseiras” para limpar com mais eficiência e menor custo — conteúdo que omite o risco real de intoxicação e morte, tanto de pessoas quanto de animais domésticos, e sem comprovação de eficácia.

O síndico Carlos Cezar de Moura,

72, conta que sempre segue os protocolos de contrato de empresas especializadas para os serviços de limpeza, manutenção e jardinagem, além da contratação de assessoria de empresas de engenharia para obras. Para ele, “o manual é como um guia de orientação aos administradores. Orienta quais procedimentos e cuidados devem ser tomados com a guarda e manuseio de material de risco” diz. Carlos também frisa que essas direções devem ser feitas pelas empresas contratadas pelos condomínios.

Equívoco

Na avaliação do síndico profissional e representante da FCA Condomínios, Fabiano dos Santos, ainda há uma falsa sensação de segurança em relação ao uso de produtos de limpeza e manutenção: “Acredito que ainda existe uma percepção equivocada de que esses serviços são simples. Na prática, o manuseio inadequado de produtos químicos pode causar intoxicações, queimaduras, contaminação da água e até acidentes mais graves. Por isso, é fundamental que tanto síndicos quanto moradores entendam que esses serviços devem ser executados exclusivamente por empresas e profissionais capacitados.”

Um caso emblemático em 2026 aconteceu em uma academia em São Paulo, quando alunos foram intoxicados por altas doses de cloro na piscina onde eram realizadas as aulas de natação. A professora Juliana Faustino Bassetto morreu, e dois alunos foram internados pela exposição a altas doses de cloro.

Para o clínico-geral Lucas Albanaz, diretor clínico do Hospital Santa Lúcia Gama (HLSG), o perigo dessas misturas está justamente na aparente inocência dos produtos envolvidos. “A água sanitária, sozinha, usada conforme o rótulo e em local ventilado, costuma ser segura. O problema começa quando ela encontra outro produto que muda seu equilíbrio químico”, explica. Ainda segundo o médico, ao entrar em contato com ácidos — como o vinagre, ou até alguns limpadores de piso e desincrustantes — a água sanitária libera gás cloro, capaz de irritar e queimar tecidos úmidos, como olhos, garganta, brônquios e pulmões. Já em contato com amônia, presente em produtos multiuso e desengordurantes, o resultado são cloraminas, igualmente agressivas às vias respiratórias.

Diante da suspeita de vazamento de gás tóxico em área fechada, a orientação do médico é direta: ninguém deve tentar resgatar a vítima sem proteção adequada. “O primeiro socorro mais importante é não virar a segunda vítima”, diz Albanaz. Os passos recomendados são: afastar as pessoas da área, impedir a entrada de curiosos e acionar os serviços de emergência.

Se a vítima ainda conseguir se locomover, ela deve ser orientada a sair sozinha para uma área ventilada; portas e janelas podem ser abertas para dispersar o gás, mas sem que ninguém permaneça respirando o ar contaminado.

***Estagiária sob a supervisão de Tharsila Prates. Colaborou Paulo Gontijo**

Davi Pereira/CB/D.A Press



Carlos Cezar de Moura é síndico no Via Enseada, em Águas Claras

Marotinha 2026

Vem aí a Marotinha 2026!

Diversão, esporte e muita energia esperam os nossos pequenos corredores.

INSCRIÇÕES ABERTAS!

Percursos adaptados para cada faixa etária e um dia especial para toda a família.

12/10

a partir das 7h

Inscrição e maiores informações

Local: em frente ao Centro Ibero-Americano, ao lado da Torre de TV

Davi Pereira/CB/D.A Press



Manuseio inadequado dos produtos pode causar acidentes graves

Apoio:



Apoio Gráfico:



Promoção:



Bananeira filmes/ Divulgação



O longa de Anne Pinheiro Guimarães traz uma mãe, Helena (Carolina Dieckmann), com problemas existenciais

Tendo a capital dos anos 1980 como cenário, o premiado filme de estreia de Anne Pinheiro Guimarães, *Pequenas criaturas*, apresenta Carolina Dieckmann como protagonista. Também repleto de dilemas femininos, longa de Ceilândia rendeu recente prêmio internacional para Denise Vieira

O cinema de Brasília, pelas lentes femininas

» RICARDO DAEHN

Os amplos espaços, as esplanadas e os monumentos, tudo isso traz uma memória afetiva cintilante e permanente à mente da diretora Anne Pinheiro Guimarães, que, entre prêmios e constantes deslocamentos internacionais, não segreda: "Eu amo Brasília. A cidade é um espaço emocional, um lugar onde tudo é muito impregnado pelas minhas lembranças, um lugar onde o passado e o presente convivem em tudo". Impulsionada pela busca de equilíbrio entre delicadeza e rigor, Anne se empenhou no desenvolvimento do longa-metragem *Pequenas criaturas*, vencedor de melhor filme (pela *Première Brazil*, no Festival do Rio) e concorrente a prêmio de primeira realização, em segmento do Festival Internacional de Goteburgo (Suécia). O longa, que está em exibição nas salas de cinema da capital, tem como protagonista Helena (Carolina Dieckmann) e resultou de uma imersão em reflexões sobre a condição feminina e abordagens universais. "Eu nasci em Brasília, depois, voltei para a cidade com 8 anos, a idade do personagem do Dudu (na tela, Lorenzo Mello), e morei aqui até os 15 anos, idade do personagem do André (Théo Medon). Fiquei

Divulgação



Théo Medon tem papel marcante em *Pequenas criaturas*

pensando em tudo que acontece com uma criança nesse período, nos anos 1980, tão formador de quem a gente se torna mais tarde", pontua a diretora. Na trama do filme, pesa uma carga de solidão, habitualmente, atribuída à rotina da Brasília dos anos de 1980. "Trouxe para a tela a ideia de uma mulher que

toma um susto quando seu marido parte numa viagem a trabalho deixando ela ali, numa cidade nova, com dois filhos e a sala ainda cheia de caixotes de mudança; tudo por resolver. Isso desperta nela um grande questionamento sobre as escolhas e suas vontades", adianta Anne Pinheiro Guimarães.

ENTREVISTA/ Anne Pinheiro Guimarães, cineasta

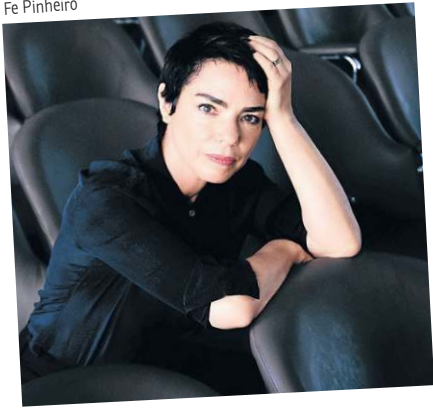
O que você fazia em Brasília, nos anos 1980? Quais eram seus programas, diversões...

Ah... eu fazia muita coisa! E muitas coisas diferentes, porque a gente muda muito entre os oito e os 15 anos. São anos realmente formadores. Eu ia pra escola, dormia muito na casa das minhas amigas, fazia muito esporte, ia ao cinema no Cine Brasília, videoclube, via muito filme em VHS, depois era muita festinha, depois passei a ir a shows de bandas locais, etc. Muita coisa.

Como foi preparar o projeto para o filme *Pequenas criaturas*?

Pequenas criaturas, um filme muito pessoal, é inspirado nas minhas memórias e que trata de assuntos que me são muito caros, de sentimentos delicados e universais. Comecei a pensar nessa história depois que tive minha primeira filha. Pensei na maternidade e na minha

Fe Pinheiro



mãe (que eu já tinha perdido). Comecei a pensar nela não só como mãe, mas também como mulher. E, tendo uma filha, comecei a pensar na minha infância, nas questões da infância e do amadurecimento.

A liberdade, que reflete no filme, foi

um bem conquistado e herdado de família? De valores cultivados, digo?

A liberdade em todos os sentidos — de pensamento, de independência (emocional e financeira), e como soberania — sempre foi tratada como um valor supremo na minha família, particularmente pelo meu pai. A liberdade, junto com a lealdade e a honestidade, pautaram a vida dele e pautaram a forma como ele educou os filhos.

Como aplica o interesse por história em seu cinema?

Eu fui estudar história (na França) querendo fazer cinema, mas sentindo que eu precisava aprender muito sobre o mundo, entender melhor o mundo. História me deu muito isso, essa compreensão mais ampla dos grandes movimentos políticos e sociais. Além de história, me interesse profundamente por literatura, que atinge a experiência profunda do que ser no mundo.

Da Ceilândia para o mundo

Com o longa-metragem *Sabes de mim*, agora esqueça, a diretora de cinema Denise Vieira colocou Ceilândia em evidência ao vencer uma categoria do Festival International de Cinéma de Marseille (França) há poucos dias. "No filme, tratamos de um lugar distópico, em tempo indefinido, e partimos de uma pesquisa que fiz sobre prostitutas no período da construção de Brasília. Usamos hibridismo na construção das personagens, com as atrizes trazendo experiências e desejos delas para as personagens, na base da fantasia", revela a cineasta, em entrevista ao *Correio*.

Doze anos depois de filmar o primeiro curta (*Meio-fio*), Denise Vieira segue trabalhando com constância em direção de arte. Na semana passada, engajou na equipe do curta *Máquina humana*, que retrata uma "epidemia de dança em uma escola" e exige da diretora de arte um tom fantástico. Diante de desafios como este, de que forma Denise encara o trabalho como cineasta na capital? "É uma luta constante, principalmente porque não sou só diretora, sou produtora. Trago o desafio de concentração de atividades, de correr para captar patrocínio e de fazer tudo, até investir na divulgação", conta.

Aos 46 anos e formada em arquitetura, a brasiliense Denise explica que não estudou especificamente cinema, mas aprendeu na prática, quando se mudou para Ceilândia, em 2012, e firmou parceria com o premiado cineasta Adirley Queirós (de *A cidade é uma só e Branco sai, preto fica*). Adirley está no time dos produtores executivos de *Sabes de mim*, agora esqueça, a premiada ficção científica em que, num lugar de resistência, as personagens das estreantes Cida Souza, Pietra Sousa e Aysha Layon têm superpoderes. "Existiu uma imagem, talvez a única de arquivo, feita das mulheres (profissionais do sexo) pioneiras na cidade. No filme, elas atravessaram tempos e chegam a uma era indefinida, em que mulheres são impedidas de estar nas ruas", adianta a diretora.

Na busca de um registro realista, o filme abre campo para falta de pudores (nas personagens). "Tratamos de nossos desejos de uma maneira aberta, sem se preocupar com o olhar do outro, num campo de fantasia e de realização", observa Denise. (RD)



A diretora Denise Vieira, de *Sabes de mim*

Corrida Films

ESPORTES

correio braziliense.com.br/esportes - Subeditor: Marcos Paulo Lima E-mail: esportes.df@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176

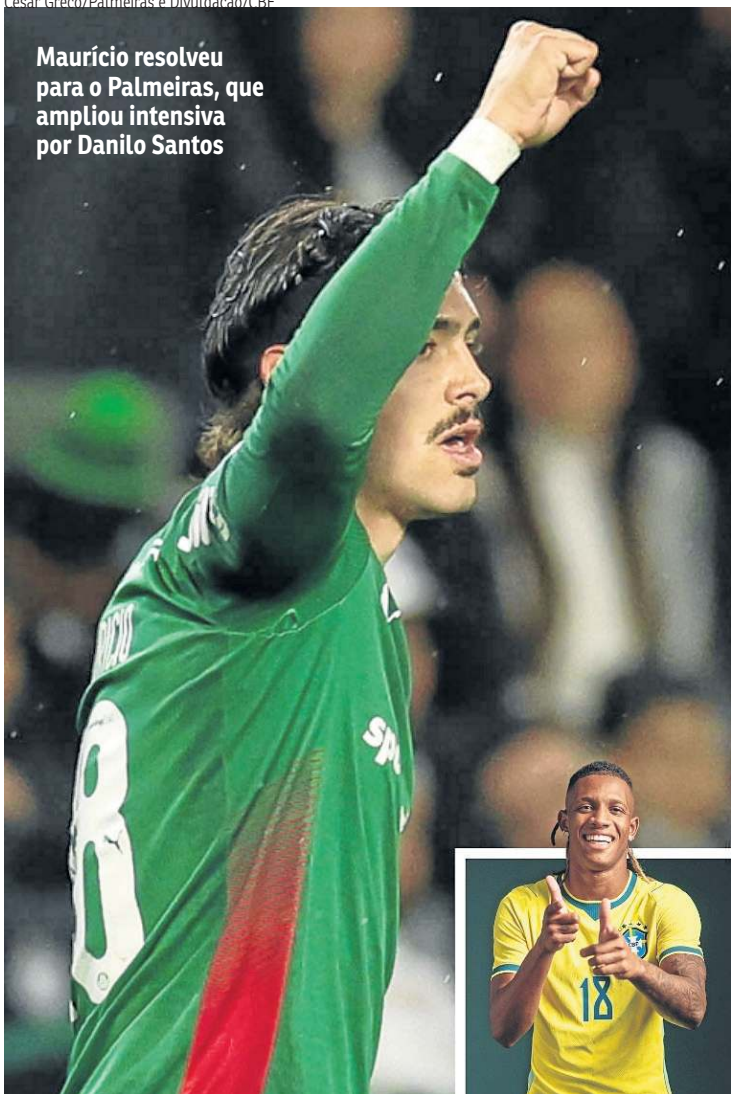
BRASILEIRÃO Protagonistas na luta pelo título nacional, Palmeiras e Flamengo ganham na rodada impulsionados por jogadores de seleções. Nos bastidores, clubes avançam para contar com outros reforços presentes no último Mundial da Fifa

Copas do passado... e do futuro!

RAFAEL LINS*

A Copa do Mundo já é passado, mas Palmeiras e Flamengo ainda vivem o efeito de edições do torneio na Série A do Campeonato Brasileiro no presente... e possivelmente no futuro. Ontem, alviverdes e rubro-negros ganharam pontos importantes na luta pelo título, com brilho de selecionáveis. No Couto Pereira, os palmeirenses bateram o Coritiba, por 3 x 1, com dois gols do brasileiro naturalizado paraguaio Maurício e um do compatriota Sosa. Na Arena Condá, os flamenguistas bateram a Chapecoense, por 4 x 0, com brilho de Pedro, presente do Mundial de 2022 e, para muitos, ausência sentida no último. Nos bastidores, os clubes avançaram para se reforçarem com atletas do Mundial da Fifa de 2026. Os resultados de ontem mantiveram a tabela do Brasileirão inalterada na ponta. O Palmeiras abriu 3 x 0 e nem o gol de Paulo Roberto, pouco depois do terceiro, atrapalhou o alviverde de manter os sete pontos de vantagem na liderança da Série A. Contra o lanterna, o Flamengo teve pouquíssima dificuldade. Pedro fez dois gols, Rafael Thyere (contra) e Lorrان mantiveram o rubro-negro na caça ao líder. Melhores elencos do país, Palmeiras e Flamengo cumpriram o protocolo em ritmo de treino na retomada pós-Copa do Mundo. Alviverdes e rubro-negros dominaram com autoridade e sequer deram chances para Coritiba e Chapecoense. Disparados nas primeiras colocações, os times indicam cada vez mais a polarização na luta pelo título nacional.

Cesar Greco/Palmeiras e Divulgação/CFE

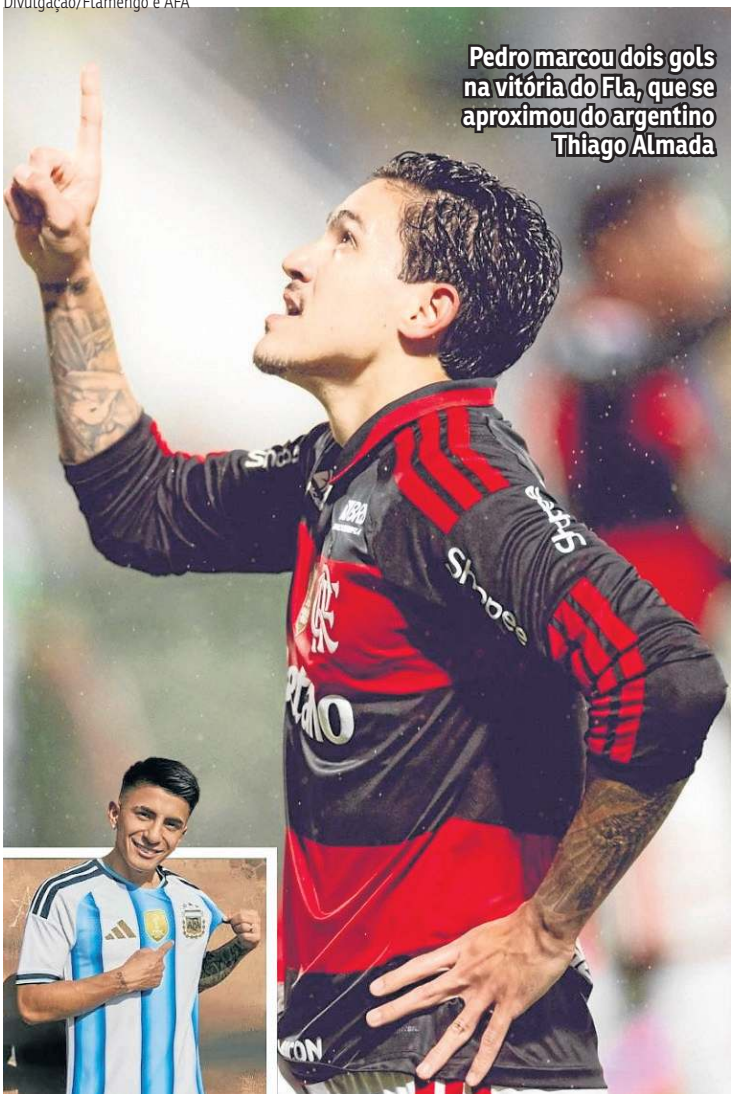


Maurício resolveu para o Palmeiras, que ampliou intensiva por Danilo Santos

Além do dia de sucesso no Brasileiro, Palmeiras e Flamengo apresentaram avanços fora do gramado, com a possibilidade de se reforçarem com jogadores de Copa. Se os paraguaios Maurício e Sosa resolveram a vitória, o alviverde segue atrás de

Danilo Santos, volante do Brasil. Ontem, o alviverde aumentou a oferta enviada ao Botafogo. Os valores chegam a 28 milhões de euros (R\$ 162 milhões). Com o atleta relacionado para o jogo de hoje contra o Vitória, o Glorioso tem a decisão nas mãos.

Divulgação/Flamengo e AFA



Pedro marcou dois gols na vitória do Fla, que se aproximou do argentino Thiago Almada

Dono de nove atletas presentes na última Copa — seis estiveram à disposição ontem em Chapecó, o Flamengo mira um argentino para ser o décimo. Vice-campeão mundial e sem propostas da Europa (permanecer no Velho Continente era o plano

A do atleta), Thiago Almada gostou do projeto apresentado pelo Flamengo e deu sinal verde para a proposta. Agora, o clube brasileiro corre para entrar em acordo com o Atlético de Madrid. A expectativa é fechar negócio por aproximadamente 20 milhões

SÉRIE A

	P	J	V	E	D	GP	GC	SG
1º Palmeiras	44	19	13	5	1	33	14	19
2º Flamengo	37	18	11	4	3	35	16	19
3º Athletico-PR	33	19	10	3	6	26	19	7
4º Fluminense	32	19	9	5	5	29	24	5
5º Bragantino	30	19	9	3	7	26	20	6
6º Bahia	30	19	8	6	5	28	24	4
7º Cruzeiro	27	19	7	6	6	26	29	-3
8º Coritiba	26	19	7	5	7	25	27	-2
9º São Paulo	25	19	7	4	8	24	22	2
10º Botafogo	25	18	7	4	7	33	32	1
11º Atlético-MG	25	19	7	4	8	23	24	-1
12º Vitória	25	18	7	4	7	22	25	-3
13º Corinthians	24	18	6	6	6	18	19	-1
14º Internacional	21	19	5	6	8	22	24	-2
15º Santos	21	19	5	6	8	27	31	-4
16º Grêmio	21	19	5	6	8	21	25	-4
17º Vasco	20	19	5	5	9	22	30	-8
18º Mirassol	19	18	5	4	9	20	25	-5
19º Remo	18	18	4	6	8	21	29	-8
20º Chapecoense	9	19	1	6	12	17	39	-22

19ª RODADA

Quinta-feira	Botafogo 2 x 1 Santos Vitória 1 x 0 Vasco
Sexta-feira	Fluminense 1 x 1 Bragantino Mirassol 2 x 1 Grêmio
Terça-feira	Atlético-MG 1 x 1 Bahia
Ontem	Coritiba 1 x 3 Palmeiras São Paulo 1 x 2 Athletico-PR Internacional 1 x 2 Cruzeiro Chapecoense 0 x 4 Flamengo
Hoje	19h30 Corinthians x Remo

de euros (R\$ 115,5 milhões).

*Estagiário sob a supervisão de Marcos Paulo Lima

Reprodução / Instagram



Casemiro assina com o Inter Miami

O mercado da bola segue agitado após a Copa do Mundo. Ontem, o Inter Miami, clube de Lionel Messi na Major League Soccer (MLS), fechou a contratação do volante brasileiro Casemiro. O jogador estava sem clube desde o término da última temporada ao encerrar o contrato com o Manchester United, da Inglaterra.

SUL-AMERICANA

Vasco empata no fim e volta vivo ao Brasil

Com um gol aos 41 minutos do segundo tempo, o Vasco evitou a derrota, mas ainda segue sem vencer em duas partidas sob a batuta do técnico Pedro Emanuel. Ontem, o cruzmaltino empatou por 2 x 2 com o Independiente Medellín, no Estádio Atanasio Girardot, pelo jogo de ida dos playoffs da Copa Sul-Americana. Como atenuante, o clube carioca voltou vivo para lutar pela classificação no Brasil. Com o resultado, a decisão da vaga fica completamente aberta. O cruzmaltino recebe os colombianos na próxima quarta-feira, às 19h, em São Januário. Quem vencer, avança às oitavas de final,

para enfrentar o Olimpia, tradicional clube paraguaio. O Vasco foi quem mais ameaçou durante a etapa inicial, mas pecou nas finalizações. Adson e Brenner desperdiçaram boas oportunidades, enquanto o Independiente Medellín apostava nos últimos lances do primeiro tempo. A resposta veio imediatamente após o intervalo. Logo no primeiro minuto da etapa final, Andrés Gómez acionou Cuiabano pela

esquerda. O lateral chegou à linha de fundo e cruzou rasteiro. Na tentativa de cortar, o zagueiro Varela mandou contra o próprio patrimônio e deixou tudo igual. O gol foi o primeiro da era Pedro Emanuel no Vasco. O empate, porém, durou pouco. Aos 26 minutos, Cuiabano saiu para pressionar no campo de ataque e abriu espaço pelo setor esquerdo. Esneider Mena arrancou pela direita, cruzou para Medina, que parou em grande intervenção de Paulo Henrique. No rebote, a bola voltou para Montaño, que finalizou. A tentativa desviou em Cuesta antes de morrer no fundo das redes, recolocando o Medellín em vantagem.

Quando a derrota parecia definida, o Vasco voltou a mostrar poder de reação. Aos 41 minutos, Robert Renan lançou com precisão do campo de defesa para Cuiabano, que invadiu a área e cruzou na medida para Spinelli. O atacante apareceu livre e bateu de primeira para decretar o empate por 2 x 2 e manter o cruzmaltino vivo na disputa por uma vaga nas oitavas da Copa Sul-Americana. Antes de jogar no torneio continental, o Vasco volta a campo no sábado, às 20h30, quando recebe o Mirassol, em São Januário, pela 20ª rodada da Série A do Campeonato Brasileiro.

NO CÍCERO SOUZA

A retomada da temporada não foi a esperada pelo São Paulo. Ontem, o tricolor recebeu o Athletico-PR e saiu na frente, com Artur cobrando falta. No entanto, tudo desandou no segundo tempo. Craque da partida, Leozinho marcou duas vezes e garantiu a vitória de virada dos paranaenses, por 2 x 1, no Estádio Cícero de Souza Marques.

NO BEIRA-RIO

O time visitante também levou a melhor na volta da Série A do Campeonato Brasileiro no Estádio Beira-Rio. Mais efetivo na visita ao Internacional, o Cruzeiro contou com gols dos protagonistas Kaio Jorge e Matheus Pereira para vencer o colorado, por 2 x 1. Depois da expulsão de Victor Gabriel, Carbonero diminuiu.

BRAGANTINO

O Red Bull Bragantino não teve uma noite ofensivamente efetiva, mas a consistência defensiva manteve o time brasileiro vivo na Sul-Americana. Ontem, o Massa Bruno visitou o Sporting Cristal, no Peru, e acabou empatando por 0 x 0. O único prejuízo foi a expulsão do atacante Fernandinho, no fim do segundo tempo.

GRÊMIO NA SULA

O Grêmio dá o pontapé inicial na caminhada no mata-mata da Copa Sul-Americana, hoje. A partir das 19h, a equipe gaúcha entra em campo no estádio Hernando Siles, na altitude de La Paz, na Bolívia, para enfrentar o Bolívar (BOL) pela partida de ida dos playoffs das oitavas. A plataforma Paramount+ transmite no streaming.

NA NEO QUÍMICA

Yuri Alberto chegou a dizer publicamente que estava aberto a propostas para deixar o Corinthians. A janela de transferências fica aberta até setembro, mas não há propostas oficiais, e o atacante entra em campo às 19h30 de hoje, na Neo Química Arena, como protagonista em duelo com o Remo. O SporTV transmite.

NO NILTON SANTOS

O Botafogo recebe o Vitória, hoje, às 19h30, no Nilton Santos, em duelo atrasado da quarta rodada. Embalado depois de bater o Santos, o time carioca busca outro triunfo diante da torcida para ganhar confiança e seguir escalando a classificação depois de um primeiro semestre marcado por oscilações. A Record exibe.

HORÓSCOPO

www.quiroga.net // astrologia@oscarquiroga.net

POR OSCAR QUIROGA

Data estelar: Mercúrio inicia afastamento da Terra. O humor é a válvula de escape para suportarmos o ridículo de sustentarmos com rigor e severidade as formas da língua, as etiquetas e protocolos da sociedade, a moral rígida que determina o bem e o mal e tantos outros constrangimentos que apequenam a glória espiritual de nossa humanidade. O humor se contrapõe de forma saudável à violência, que também é uma resposta a esses constrangimentos e opressões, mas que em vez de aliviar promove ainda mais opressão. Quando o humor seria exagerado, passando dos limites do aceitável? Essa é uma pergunta que não admite respostas fáceis, porque quem se ofende com o humor o ataca com legítima honra, enquanto quem pratica o humor possui uma maneira de ver as coisas que, também, com legítima honra, lhe serve para navegar bem por entre os constrangimentos da civilização.

**ÁRIES**
21/03 a 20/04

Continuando a ser você da forma mais espontânea e inocente possível, a magia da vida continuará também acompanhando você. É preferível sair da casinha da normalidade do que se adaptar ao que não lhe convém.

**TOURO**
21/04 a 20/05

A vontade de fazer algo para melhorar o mundo não há de ser descartada como se fosse produto de idealismo impossível de realizar. Ao contrário, leve muito a sério essa vontade, porque é o início de um caminho.

**GÊMEOS**
21/05 a 20/06

É propício você circular à vontade no meio social, porque as oportunidades irão surgindo através das pessoas com que você entrar em contato. O próximo capítulo será o de selecionar as pessoas com que se relaciona.

**CÂNCER**
21/06 a 21/07

Os assuntos delicados com que você precisa lidar nesta parte do caminho precisam ser tratados com ousadia, porque se ficar tentando saídas lógicas e pertinentes, sua alma vai ficar a cada dia mais enredada.

**LEÃO**
22/07 a 22/08

Relacionamentos não hão de servir para você se esconder da vida, ao contrário, é através desses que sua alma há de adquirir uma visão cada vez mais ampla dos acontecimentos, pois, é assim que as pessoas crescem juntas.

**VIRGEM**
23/08 a 22/09

Procure não se assustar com a complexidade do cenário com que você precisa lidar a maior parte do tempo, porque sua alma está totalmente capacitada a dar conta do recado. Encare tudo com alegria e leveza.

**LIBRA**
23/09 a 22/10

Uma boa parte das pessoas de seu círculo entrou numa espiral de desespero e será difícil elas saírem daí, porém, há outras pessoas que não apenas saíram como também adquiriram maior esclarecimento. Se aproxime delas.

**ESCORPIÃO**
23/10 a 21/11

Os grandiosos objetivos que sua alma persegue hão de ser temperados com um tratamento carinhoso e atencioso da infraestrutura cotidiana, porque se isso faltar, o grande caminho se verá comprometido. É por aí.

**SAGITÁRIO**
22/11 a 21/12

É desnecessário quebrar a cabeça tentando encontrar uma sequência lógica para tudo que acontece, porque neste momento do mundo o desvario tornou conta da realidade, e a maior parte das coisas carece de lógica.

**CAPRICÓRNIO**
22/12 a 20/01

Para sua alma e corpo se sentirem seguros e confortáveis é importante você não ficar esperando que as circunstâncias mudem e melhorem, porque assim você iria passar a maior parte do tempo esperando. Só isso.

**AQUÁRIO**
21/01 a 19/02

A diversidade de acontecimentos é tamanha que sua alma tem a sensação de se perder num labirinto cheio de possibilidades, mas que dificulta a escolha lúcida e certa. Não se preocupe, tudo isso se resolverá.

**PEIXES**
20/02 a 20/03

Continue confiando nos mistérios da vida, porque a construção do seu destino utiliza esse ingrediente com bastante frequência, apesar de que a mente lógica tenta fingir que isso não deva ser assim. Tudo é como é.

MÚSICA



João Cavalcanti, do Casuarina, homenageia Wilson Moreira no Clube do Choro

Sofisticação do samba

» JOÃO PEDRO ALVES

O bairro da Lapa, no Rio de Janeiro, viveu um processo de reocupação cultural no começo dos anos 2000, impulsionado por figuras do samba. Naquele contexto, João Cavalcanti, jovem de 20 anos que acabara de fundar o grupo Casuarina, conheceu o compositor Wilson Moreira, a quem presta homenagem amanhã, às 20h30, no Clube do Choro. O show faz parte do projeto Tributo ao Mestre.

O intercâmbio intergeracional permitiu que Cavalcanti e Moreira se encontrassem diversas vezes no palco. A afinidade, no entanto, foi além da música. “Ele era um senhor muito generoso, com muita sede de vida e que não tinha nenhum problema em passar adiante os ensinamentos dele”, relembra Cavalcanti. “A minha relação com a obra de Wilson Moreira foi construída ao mesmo tempo da relação pessoal com ele, que veio a ser muito meu amigo.”

Para a apresentação, Cavalcanti preparou repertório composto de clássicos do samba, entre eles *Senhora liberdade*, *Gostoso veneno* e *Oloan*, todos de autoria de Moreira. Cavalcanti também inseriu parcerias com o pai, Lenine, e com nomes como Joyce Moreno e Pedro Luís no espetáculo. O vocalista é acompanhado por Alaam Monteiro, no bândolim, e Gabriel de Aquino, no violão.

O show contribui para a popularização de um legado que, segundo Cavalcanti, é pouco reconhecido pelo grande

CLUBE DO CHORO

Show de João Cavalcanti em tributo a Wilson Moreira, nesta sexta-feira (24/7), às 20h30, no Clube do Choro. Ingressos: R\$ 50.

público. Ele argumenta que as pessoas não associam o tamanho da obra à figura de Wilson Moreira, que, por vezes, ficava longe do microfone. “A carreira dele de compositor acaba sendo mais robusta do que a de artista.”

Uma característica que distingue Wilson Moreira, diz Cavalcanti, é a forma única de compor melodias. Como prova disso, ele cita o funcionamento das rodas de samba. Quando alguém vai fazer uma canja, isto é, improvisar ao lado dos instrumentistas principais, é comum manter bases para nada escapar do ritmo. “Nas músicas do Wilson Moreira, todo mundo tira a mão, porque as harmonias são muito pouco óbvias.”

Histórias que o próprio Cavalcanti viveu ao lado de Moreira estão no roteiro do show. O músico carioca acredita na importância da iniciativa do Clube do Choro para lançar luz em figuras menos conhecidas da música brasileira. “É uma obra muito impressionante pelo caráter inédito que ela suscita. Você ouve as canções do Wilson Moreira e aquilo parece uma grande novidade.”

***Estagiário sob supervisão de Nahima Maciel**

TANTAS Palavras

POR JOSÉ CARLOS VIEIRA

Noite

As montanhas se desfazem,
e o gado está perdido;
o sol regressa à fornaça:
todo o mundo está fugido.
Vai-se apagando o pomar,
a granja está submersa,
minha cordilheira esconde
a crista e o grito de alerta.
As criaturas deslizam
de soslaio até o limbo,
e nós dois também roamos
rumo à noite, meu filho.

Gabriela Mistral

ESTA SEÇÃO CIRCULA DE TERÇA A SÁBADO/ CARTAS: SIG, QUADRA 2, LOTE 340 / CEP 70.610-901

SUDOKU

7	6							
				9				
	1		2				6	5
5				4	7			
						4	7	
								2
	5							8
		1	3		2	9		
		2	9	6		3	4	

Grau de dificuldade: médio www.cruzadas.net

CRUZADAS

Marca de presídios como Bangu I		Ingrediente da pizza	Processo de entrada de água na célula Antigo navegador da Microsoft (abrev.)		O gás não reativo, como o argônio	Ford (?), o primeiro carro popular	Fruto amazônico apreciado por atletas	Livro de Sérgio Buarque de Holanda
Pedir			"Máximo", em MDC (Mat.)			Inscrição de lápides Banco do Brics		
Dígrafo de "gueto"								
				Está ligado à CNI (sigla)				
				Portanto				
Que pessoa?			Codornacomum Cede; oferece					
Vara de pastores								
					Radiação que pode cortar o aço		Errado (abrev.) (?) abaixo: desabar	
			Terreiro (iorubá) (?) -delta, aparelho			"O (?)", antigo reality show		
Sufixo de "londrino"		Samambaia em risco de extinção			Live (?), festival de rock de 1985			
Raul Gazzolla, ator								
				Instrumento de (?), categoria da flauta				
Produto para limpeza de sapatos			Iguaria baiana Fazer a refeição				O segundo caderno de certos jornais	
						(?) cuff, modelo de brinco (ing.)		
Deslizar na pista (o avião)			"Peppa (?)", desenho animado		Anseio do ator desconhecido		Órgão que coordena o cálculo do IDH	
11, em romanos								
Tornados sem efeito (jur.)								
Nobreza; fidalguia (fig.)		"Nacional", em PNBL (Inform.)			Tamanho de alguns smart-phones			

BANCO 3/aid — ear — ilé — ndb — pig. 5/laser.6/osmose 52

© Ediouro Publicações — Licenciado ao Correio Brasileiro para esta edição

DIRETAS DE ONTEM

Z			A		V
G	O	V	E	R	N
N	T	R	A	M	I
A	P	I	N	O	Z
I	D	O	L	A	T
E	I	D	E	S	M
I	N	D	O	B	O
I	N	T	E	S	T
T	S	R	O	S	L
E	P	I	C	A	A
B	R	A	G	H	I
E	T	N	A	L	D
S	O	N	O	I	V
E	S	T	R	E	S
E	A	G	L	E	N

SUDOKU DE ONTEM

7	9	5	4	2	8	6	1	3
2	1	8	6	7	3	9	5	4
3	6	4	9	1	5	8	7	2
6	4	3	8	9	1	7	2	5
1	8	7	2	5	6	4	3	9
9	5	2	3	4	7	1	8	6
5	7	6	1	3	9	2	4	8
8	2	1	5	6	4	3	9	7
4	3	9	7	8	2	5	6	1

ASSINE COQUETEL

E SE DIVIRTA ONDE ESTIVER!

Receba suas revistas favoritas no conforto da sua casa.

Desafio

Fácil

PARA PALAVRA

Criptão

Palavras

www.assinecoquetel.com.br

Siga a gente nas redes sociais: coquetel editoracoquetel

Diversão & Arte

» RICARDO DAEHN

Dentre mais de seis décadas de atuação no cinema nacional, com impacto dimensionado por filmes como *A dama do lotação* (1978), *O quatrilho* (1995), *Vidas secas* (fita em que, com a adoção de cruaz, como fotógrafo, quebrou paradigmas, em 1963) e *Dona Flor e seus dois maridos* (1976), o produtor Luiz Carlos Barreto, morto aos 98 anos, sabia do seu papel. “Sou quase um testemunho da história”, destacou com a vivacidade e o bom humor recorrentes, em entrevista ao **Correio**. Há uma década, ele pontuou ao jornal a percepção de cearense sábio e privilegiado: “Nossos avanços e fracassos acontecem sempre em grandes proporções. Ganhamos cinco Copas e perdemos uma de 7x1: isso é o Brasil! O povo é produtivo, corajoso e tem uma elite colonizada: os pensamentos estão permanentemente fora”.

Conhecido pela quebra de estigmas, Barretão, como era tratado, filtrava tudo pelo viés da sétima arte, a primeira e “mais completa”, segundo defendia. “O cinema traz a linguagem mais perfeita de comunicação. Está presente em todas as plataformas. Até as novelas e seriados têm assimilado essa linguagem”, observou.

A partida do colega cineasta, a ser cremado hoje no Memorial do Caju, após cerimônia no Palácio da Cidade carioca, na visão de Helvécio Rattón encerra um ciclo na história do cinema nacional. “Ele foi um personagem fundamental na construção do Cinema Brasileiro. Barretão era muito querido por nós que fazemos cinema no Brasil e respeitado pelas autoridades públicas”, comentou. Luiz Carlos Barreto morreu depois de breve internação no Hospital Copa Star, no Rio, em decorrência de infecção pulmonar associada à pneumonia. A morte veio dois anos depois de uma séria queda, ocorrida no Ceará.

Atento à amplitude do cinema, “uma atividade de pensamento largo”, Barretão citava a máxima de Roberto Rossellini — “o cinema é a alma de cada país”, e, sendo assim, se tornou um viciado em vir para a capital, a fim de sustentar discussões. “Acho Brasília a maior invenção urbana do mundo: a cidade é rural e urbana”, es-pantava-se, que se dizia um porta-voz da classe do cinema. “Trago temas discutidos em grupos. O projeto idealizado sempre foi coletivo”, avaliava. Há três anos, ele destacou a suposta frustração do ex-presidente Jair Bolsonaro por “não poder fazer as tantas maldades que ele tinha na cabeça dele com o cinema”. Nisso, defendeu o vigor da classe de cinema, que, “num amálgama forte, levou adiante o cinema nacional contra todas adversidades”.

Inconformado com a entrega de mercado do entretenimento para a indústria mundial, Barretão sabia esbravejar. “Polêmico, apaixonado e atrevido. Morreu a um ano e dez meses de seu centenário, deixando poderosa herança como diretor de fotografia (de *Vidas Secas* e *Terra em transe*), um longa documental como diretor (*Isto é Pelé*), em parceria com Eduardo Escorel) e 60 filmes como produtor. Um personagem incontornável do nosso audiovisual. Como ele mesmo dizia, Barreto um “militante do PCB” (Partido do Cinema Brasileiro)”, comentou a repórter e pesquisadora Maria do Rosário Caetano, em depoimento ao **Correio**. Atuante comunista nos idos de 1940, Barretão foi liderança fundamental na criação da Lei do Audiovisual e na estruturação do Canal Brasil.

No jornalismo, Barretão esteve na revista *A Cigarra* (do *Diários Associados*) e, na Copa do Mundo de 1950, passou para a reportagem de O Cruzeiro (lançada por Assis Chateaubriand), vista por ele como “a TV Globo de papel”. “Sou um autodidata, só fui até o 3º ano ginasial, mas tive a escola de vida. A grande universidade minha foi o jornalismo. Nele conheci de bandidos a príncipes, reis, ídolos, e de tudo da vida”, sentenciou em antiga entrevista.

Visto como “a força motriz de muitas das políticas públicas para o audiovisual brasileiro, entre os anos 1970 e começo dos 2000”, Barretão, na memória do realizador e distribuidor de cinema André Sturm, se p’rojeta

por empenhos na Lei do Audiovisual e na elaboração da Ancine. “Muitas outras conquistas tiveram a participação dele: todos os cineastas e produtores foram beneficiados por suas ações”, avaliou Sturm. Barretão participou do projeto do Grupo Executivo da Indústria do Cinema, definitivo para o desenvolvimento da atividade, por 20 anos.

Cidadão politizado, uma das facetas foi exposta quando da exibição, em novembro 2009, do longa *Lula, o filho do Brasil* (que produziu com o filho Fábio, morto em 2019). “Este filme não é político nem eleitoreiro. Ele é didático. Estou muito feliz por estar vivo e ter podido realizá-lo”, disse o produtor, que se via outro nordestino vitorioso. Em novembro de 2024, o Festival de Brasília do Cinema Brasileiro incorporou, num documentário da programação (Barreto, fotógrafo das lentes nuas) a grandeza quase centenária. A empresa LCBBarreto trouxe na cartela de produtos títulos como *O que é isso, companheiro?* e *O quatrilho*, ambos finalistas ao Oscar. Em 2024, houve comemorações que contemplaram retrospectivas no Lincoln Center (Nova York), no Festival de Cannes e na cinemateca de Portugal, sem contar de celebrações no Festival de Berlim. Impulsionador do Cinema Novo, Barreto estendeu a produtividade em obras apoiadas pela Embrafilme que estimularam o mercado consumidor. “Filmamos o Brasil do extremo Norte ao extremo Sul. Foram 30 adaptações literárias, num universo de 150 títulos”, gabava-se Barretão.

Deus ainda é brasileiro (filme póstumo de Cacá Diegues), inédito, é dos títulos da LCBBarreto, associada a quatro filmes com Glória Pires, entre os quais *Flores raras* (2013) e *Índia, a filha do sol* (1982). Outro amuleto inseparável de Barreto foi Fernanda Torres. Quando da indicação ao Oscar, em janeiro de 2025, o casal Lucy e Luiz Carlos celebrou a conquista da mesma estrela de *A casa de areia* (2005) e *Inocência* (1983): “É uma vitória do cinema brasileiro, do cinema latino-americano, dentro do país que tem a maior indústria do mundo (os EUA). Viva a Fernanda! Viva o cinema brasileiro!”.

Agente ativo na ruptura de padrões narrativos e estéticos alcançados pelo Cinema Novo, Barretão foi parceiro artístico de Glauber Rocha (morto em 1981) e de Nelson Pereira dos Santos (falecido em 2018). “*Terra em transe* (que produziu e do qual foi diretor de fotografia, em 1967) será um filme atual, ainda nos próximos 100 anos”, apostou, em torno do título que bebeu do tropicalismo em marcha. “Olhando para trás, vejo que *Terra em transe* (vencedor do Fipresci, no Festival de Cannes de 1967) foi uma prova de que não se faz cinema apenas com dinheiro. Houve vontade de fazer e empenho. Além disso, Glauber não queria ser cult; tratava o cinema com uma linguagem revolucionária, sem dispensar a narrativa: tratou de um cinema útil e não fútil”, comentou Barretão, à época de reprise, em Brasília, feita em 2017.

Filha de Glauber, Paloma Rocha foi pega de surpresa pela notícia da morte de Barretão. “A minha relação com Barreto é algo de muito afeto. Eu fui criada praticamente junto de Paula, de Bruno e de Fábio (filhos do clã Barreto), e depois que meu pai morreu, Barreto sempre teve ao nosso lado. Ele foi uma das pessoas mais importantes do cinema brasileiro de todos os tempos, pela sua coragem, ao lado de dona Lucy e dos filhos, e por sempre continuar acreditando no cinema brasileiro. Estou emocionada agora: desejo muito carinho para a família”, destacou a filha da atriz icônica do Cinema Novo, Helena Ignez (que Barretão fotografou para capa da revista *O Cruzeiro*).

UM PILAR DO MODERNO ...

REFLEXÕES DE BARRETÃO

COMPROMISSO

“Ouvia Assis Chateaubriand dizer que ficaria pobre (risos) por apostar e insistir na defesa do intuito (no século 19) de Hipólito José da Costa, entusiasta do consumo de informações geradas pelo (e no centro) político do país”

CRAQUES

“Pelé será eternamente o rei do futebol. Jogador igual a ele e ao Garrincha, quem viu, viu, quem não viu não verá mais. Acompanhei a vida do Pelé desde os 16 anos”

ETERNO TORCEDOR

“Este futebol que estamos jogando, todo mundo joga. Temos que recuperar a maneira de o brasileiro jogar. Brasileiro gosta de driblar, se livrar, criar situações. É um futebol criativo, longe do automático”

FOGO-CERRADO

“O setor da cultura foi o mais atacado pelo bolsonarismo, que se mostrou competente nisso. Na análise deles, era o segmento mais importante”

ARTISTAS ANTROPOFÁGICOS

“O Cinema Novo nacional se apropriou de neorrealismo e da nouvelle vague. Como diz o Fernando Henrique Cardoso, o Brasil copia tudo, mas com originalidade (risos)”

REPERCUSSÃO

Divulgação



A produtora Paula, ao lado dos pais Lucy e Luiz Carlos Barreto

“Dos diversos legados do papai, acho que o principal não é o político, nem tudo o que ele fez pelas políticas públicas que se afirmaram na plataforma do cinema. Ele foi um articulador de todo esse arcabouço. Não haveria Embrafilme, não haveria Ancine, não haveria Lei do Audiovisual, não haveria a Lei da TV, não haveria muito, se não fosse por ele. Para mim, o exemplo de pessoa foi o que pesou. Ao longo dos 67 anos desses 98 anos dele, eu, nova, acompanhei e fui sombra do meu pai. Aos sábados e domingos, ia em peladas e nos jogos no Maracanã. Ficávamos na tribuna de imprensa. Depois comecei a ser sombra dele no cinema, na produção, nas viagens a Brasília, na Câmara dos Deputados, no Senado. Ascensoristas, faxineiros e lobistas achavam que ele fosse deputado ou senador. E ele dizia: ‘Eu não tenho partido, meu partido é o partido do cinema brasileiro’. Trago o legado melhor do meu pai: um ser humano que sempre conversou com todo mundo, desde o guardador de carro até o presidente da República. Não fazia distinção, foi um humanista”

PAULA BARRETO, produtora e filha de Luiz Carlos Barreto e Lucy Barreto

“Adeus Barretão, quase um século de Brasil e de cinema brasileiro. O maior dos produtores, grande fotógrafo, agitador cultural, único, insubstituível. Relaciono 15 grandes filmes, os meus preferidos do Barretão. Nenhum outro cineasta brasileiro tem uma lista como esta: Romance da empregada (1988), Memórias do cárcere (1984); beijo no asfalto (1981); Bye Bye Brasil (1980); Dona Flor e seus dois maridos (1976); O casal (1975); Guerra conjugal (1974); Isto É Pelé (1974); Como era gostoso o meu francês (1971); Terra em transe (1967); A grande cidade (1966); O padre e a moça (1966); A hora e vez de Augusto Matraga (1965); Vidas secas (1963) e Garrincha — Alegria do Povo (1962)”

JORGE FURTADO, cineasta



CINEMA

Direito & Justiça



Editora
Ana Maria Campos
anacampos.df@adabr.com.br
Tel. 3214-1344

Brasil tem 158,7 milhões de eleitores e eleitoras. São 2,3 milhões a mais que em 2022

Levantamento do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aponta que 158.745.463 eleitores e eleitoras estão aptos a votar em 4 de outubro, quando ocorrerá o primeiro turno das eleições para presidente da República, governador, dois senadores, deputados federais, deputados estaduais e deputados distritais.

Em relação à última eleição, em 2022, houve um crescimento de 2.291.452 de pessoas, o que representa um percentual de 1,46%. O avanço no número de eleitores é maior do que a diferença de votos entre o presidente Lula (PT) e o adversário, Jair Bolsonaro (PL), registrados no segundo turno da última eleição.

Lula teve 60.345.999 votos e Bolsonaro, 58.206.354, uma diferença de 2.139.645. O petista venceu em todos os estados do Nordeste, no Pará, Amazonas e Minas Gerais. Bolsonaro teve mais votos no Sul, Centro-Oeste, no Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Acre, Rondônia, Roraima e Amapá.

Nos últimos quatro anos, o eleitorado do Norte, onde Bolsonaro teve vantagem, foi o que mais cresceu proporcionalmente, passando de 12.560.410 pessoas em 2022 para 13.109.354 em 2026. O acréscimo foi de 548.944 eleitores e eleitoras, alta de 4,37%.

Com isso, a região Norte passou a concentrar 8,26% do eleitorado nacional. Outro destaque foi o crescimento do eleitorado no exterior. Agora são 918.876 eleitores fora do país, um aumento de 221.798 eleitores, o que corresponde a 31,82% do contingente que poderá ir às urnas em outubro.

Proporcionalmente, os maiores aumentos no número de eleitores ocorreram nos estados de Roraima (9,63%), Tocantins (8,07%) e Mato Grosso (6,84%). O Rio de Janeiro alcançou o número de 12.857.000 eleitores. Foi o menor crescimento entre todos os estados do país. São 29.704 novos eleitores, um crescimento de apenas 0,23%.

O Centro-Oeste também cresceu acima da média nacional. Eram 11.539.323 eleitores e hoje são 11.997.001, com acréscimo de 457.678 pessoas, ou 3,97%, e chegou a 7,56% do total do país.

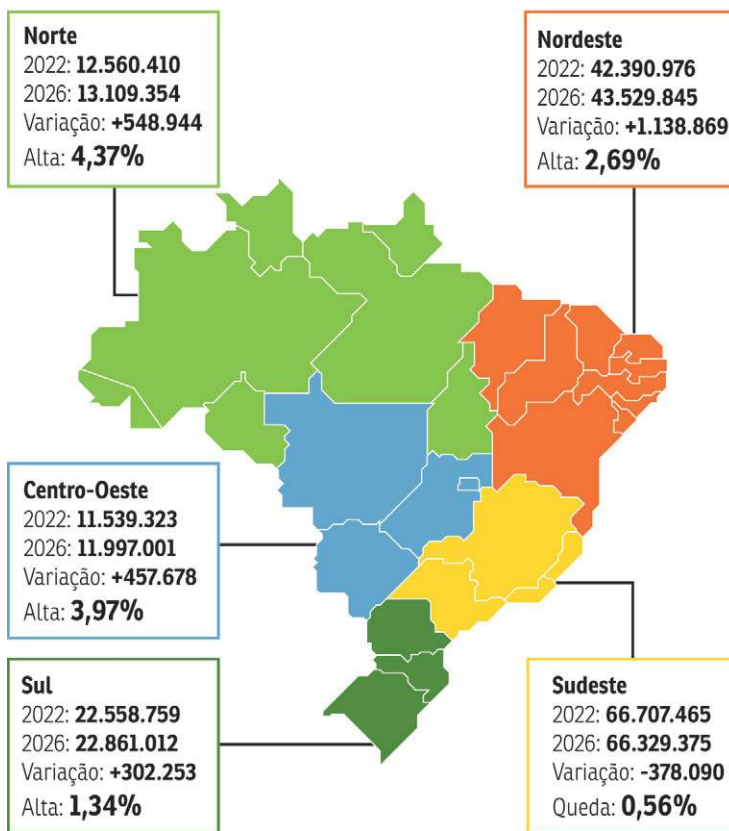
No Distrito Federal, o levantamento do TSE indica que atualmente são 2.253.132 eleitores. Desses, 2.021.133 com voto obrigatório e 231.999, facultativo, ou seja, são pessoas analfabetas, jovens de 16 e 17 anos ou idosos com 70 anos ou mais. Em comparação com 2022, o aumento de eleitores foi de 50.087 pessoas, correspondente a 2,2%, percentual abaixo da média nacional.

O Nordeste — onde o presidente Lula venceu em todos os estados nas eleições de 2022 — chegou a 43.529.845, um crescimento de 1.138.869 eleitores e eleitoras, com aumento proporcional de 2,69% em relação a 2022 (42.390.976). A região tem 27,42% do eleitorado nacional.

No Sul, o eleitorado passou de 22.558.759 eleitores para 28.861.012, com aumento de 302.253 eleitores, correspondente a 1,34%. A região representa 14,40% do eleitorado nacional neste ano.

O Sudeste, apesar de continuar concentrando a maior parcela do

Crescimento do eleitorado entre 2022 e 2026



eleitorado brasileiro, teve uma queda no período, de 66.707.465 para 66.329.375 pessoas aptas a votar, uma diferença de 378.090 eleitores. A participação no eleitorado nacional caiu de 42,64% para 41,78%.

Maiores colégios eleitorais

Entre as unidades da Federação, São Paulo segue como o maior

colégio eleitoral do país, com 34.104.226 eleitores e eleitoras, ou 21,48% do total. Em seguida, Minas Gerais, com 16.377.659 pessoas aptas a votar (10,32%); Rio de Janeiro, com 12.857.000 (8,10%); Bahia, com 11.321.005 (7,13%); e Paraná, com 8.609.026 (5,42%). Juntos, os cinco maiores colégios eleitorais reúnem 83.268.916 eleitores e eleitoras, o equivalente a 52,45% do eleitorado brasileiro.

Diversidade

Uma novidade é que as eleições de 2026 terão aumento da representatividade de eleitores e eleitoras indígenas e quilombolas. Em comparação com as eleições municipais de 2024, os dois grupos registraram crescimento expressivo no número de pessoas aptas a votar.

Segundo as estatísticas do TSE, o eleitorado indígena passou de 155.661 pessoas em 2024 para 287.157 em 2026. O aumento foi de 131.496 eleitores e eleitoras, alta de 84%. Já o eleitorado quilombola praticamente dobrou: passou de 95.409 pessoas em 2024 para 188.371 em 2026, crescimento de 92.962 eleitores, ou 97%.

Os dados biográficos sobre identidade de gênero, raça, etnia indígena, pertencimento a comunidades quilombolas ou tradicionais, língua falada exclusivamente ou concomitante ao português e indicação de ser intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras) são autodeclaratórios e começaram a ser coletados pela Justiça Eleitoral em 8 de novembro de 2022.

Entre os eleitores e as eleitoras indígenas, o maior crescimento absoluto ocorreu no Norte, região que passou de 74.506 registros em 2024 para 136.978 em 2026. O acréscimo foi de 62.472 pessoas, alta de 83%, e respondeu por quase metade do aumento nacional desse grupo. O Norte também concentra a maior parcela do eleitorado indígena em 2026, com cerca de 47% do total.

Com informações do TSE

Data Venia



Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com



G O M E Z

Homicídio que deixa órfãos menores de idade pode ter pena aumentada

A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu que é válido o aumento da pena-base, em razão de condenação criminal, quando a vítima de homicídio tiver deixado filho menor de idade. “Trata-se de consequência que pode e deve ser devidamente valorada pelas instâncias ordinárias, de forma devidamente fundamentada, uma vez que o fato de a vítima do crime contra a vida deixar filhos menores órfãos pode repercutir não apenas sobre o aspecto material, mas igualmente sobre o aspecto emocional de pessoa em formação”, ressaltou o relator do caso, ministro Reynaldo Soares da Fonseca. No caso em concreto, as consequências do crime de homicídio foram valoradas levando em conta que os pais da vítima ficaram com depressão e faleceram de infarto e ela deixou duas filhas órfãs, com 10 anos e 15 anos. Vale pelo rito dos recursos repetitivos.

STJ vai julgar ministro

Será em 6 de agosto o julgamento do processo administrativo contra o ministro Marco Buzzi, acusado de assediar e importunar sexualmente duas mulheres, sendo uma funcionária de seu gabinete e uma jovem de 18 anos, filha de uma advogada, amiga do magistrado durante uma viagem à praia. Buzzi, que nega as acusações, está afastado da toga desde fevereiro e pode ser punido com advertência, censura, remoção compulsória, disponibilidade, aposentadoria compulsória ou perda do cargo. A sessão será fechada e presencial. Independentemente do que aconteça, ministros não acreditam que o colega voltará a atuar no STJ como magistrado.

Gustavo Lima/STJ



Amizade e parceria

No exercício da Presidência do Supremo Tribunal Federal (STF), o vice-presidente da Corte, Alexandre de Moraes, recebeu nesta terça-feira (22), o presidente eleito do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Luis Felipe Salomão. Foi uma visita para entregar pessoalmente o convite da nova gestão do STJ para o biênio 2026-2028, que será realizada em 19 de agosto. Salomão terá como vice-presidente o ministro Mauro Campbell Marques.

Luiz Silveira/STF



Arquivo pessoal

Entrelinhas: clube de leitura em presídios

Três advogadas que gostam de direito penal, justiça social e livros criaram um projeto que une tudo isso. É o Entrelinhas, um clube de leitura dentro de presídios. As amigas Juliana Malafaia, Luma de Paula e Rita Machado já tinham o hábito de discutir as impressões pessoais sobre obras literárias e, há três anos, surgiu a ideia de dividir o gosto com quem cumpre pena. Começou na penitenciária de Formosa (GO). Elas escolhem um livro, arrecadam dinheiro para comprar uma obra para cada interna, entregam no presídio e depois voltam para debater com elas. As mulheres escrevem uma redação e as advogadas corrigem e enviam para a Vara de Execuções. Cada livro diminui três dias de pena. O projeto foi tão bem-sucedido que elas foram chamadas para levar o clube também para o presídio masculino da cidade. A ideia é estender também para Posse e Simolândia.

Pesquisa mostrará papel dos pareceres nos grandes julgamentos do STF

Um grupo de tributaristas acaba de criar o projeto “O peso do parecer”, que vai desenvolver uma pesquisa com análises, caso a caso, da influência dos pareceres de professores e especialistas nos julgamentos tributários paradigmáticos do Supremo Tribunal Federal. O projeto, desenvolvido pela Associação Brasileira de Direito Tributário (Abradt) em conjunto com o Grupo de Estudos e Análises Tributárias (Gepat), tem a coordenação de quatro renomados professores de direito tributário que possuem domínio de técnica metodológica de pesquisa e forte atuação perante o STF: Ariane Costa Guimarães, Ivan Allegretti, Lana Borges e Tiago Conde.



Antonio Augusto/STF

Fundamentação dos acórdãos

A pesquisa vai investigar de que forma o conhecimento produzido fora do STF se traduz ou não na fundamentação dos acórdãos. Na sequência, os pesquisadores vão transformar esse acervo técnico em linguagem acessível. Para os idealizadores do projeto, até mesmo a rejeição fundamentada do parecer revela uma Corte que enfrenta o argumento técnico em vez de contorná-lo.

Governança territorial em debate

O ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União (TCU), participa, na próxima segunda-feira (27) do encontro “Inteligência e Governança Territorial”. Promovido por um grupo de instituições formado por Codevasf, TCU, Embrapa, Terra Analytics, IGCP, Rede Governança Brasil e Rota das Frutas (DF/GO/MG), o evento reunirá autoridades e especialistas para discutir como o uso de dados e inteligência territorial podem tornar a gestão pública mais eficiente e transparente. A programação inclui a apresentação da plataforma da Terra Analytics, que integra informações fundiárias, ambientais, produtivas e socioeconômicas para apoiar governos e instituições na formulação de políticas públicas e na tomada de decisões estratégicas.

Samuel Figueira/TCU



“Se a democracia repousa sobre a soberania popular, como justificar que magistradas e magistrados não eleitos diretamente pelo povo possam invalidar decisões tomadas por representantes democraticamente eleitos?”

Pedro França/CNJ



Ministro Edson Fachin, presidente do STF

Entrevista — Gabriela Rollemberg / advogada eleitoralista

“Os partidos querem mulheres candidatas. Elas querem ser eleitas”

Ana Maria Campos

Três décadas após a adoção das cotas de gênero nas eleições brasileiras, a participação feminina na política ainda enfrenta barreiras estruturais que limitam a presença das mulheres nos cargos eletivos. Para a advogada eleitoralista Gabriela Rollemberg, embora a política de ação afirmativa tenha ampliado o número de candidatas, ela se tornou insuficiente para garantir uma representação efetiva. Nesta entrevista ao *Correio*, Gabriela — que também é cientista política, fundadora da Quero Você Eleita e idealizadora do projeto *Mulheres que pensam o Brasil* — defende a reserva de cadeiras para mulheres nos parlamentos, critica a falta de punição aos dirigentes responsáveis por fraudes às cotas e afirma que a igualdade de oportunidades depende de mudanças na legislação, no financiamento eleitoral e na cultura interna dos partidos.

As cotas de candidaturas femininas têm contribuído para aumentar a representação das mulheres nos cargos eletivos?

Sim, as cotas foram um divisor de águas indispensável, mas funcionam hoje como um teto e um cumprimento formal de tabela, e não como uma alavanca de paridade real. Elas garantiram a presença das mulheres na nominata, mas não a igualdade de condições para que cheguem aos mandatos. Os partidos querem apenas mulheres candidatas, mas as mulheres não querem ser apenas candidatas, elas querem ser eleitas. O avanço numérico existe — saímos de percentuais residuais para quase 18% da Câmara dos Deputados —, contudo, após 30 anos de ação afirmativa, a cota de 30% de candidaturas é constantemente neutralizada por gargalos partidários. É por isso que precisamos dar um passo além: a transição urgente da cota de candidaturas para a cota de assentos, ou seja, a reserva de cadeiras de no mínimo 30%, até alcançarmos a paridade real no Legislativo. Enquanto a cota for apenas uma lista de candidaturas e não o resultado final das urnas, a estrutura partidária continuará usando as mulheres para preencher requisitos legais, enquanto reserva as cadeiras viáveis para os homens.

Quais são as consequências jurídicas para partidos, candidatos e candidatas quando é comprovada uma fraude à cota de gênero?

Historicamente, a consolidação da Súmula

73 do TSE determinava a cassação de todo o DRAP (demonstrativo de regularidade de atos partidários) do partido, derrubando a chapa inteira e anulando os votos da legenda. Contudo, vivenciávamos um paradoxo cruel: para punir a fraude praticada pelos dirigentes homens, cassavam-se também as poucas mulheres legitimamente eleitas por aquela sigla. O TSE vem construindo um novo e sensível entendimento para tentar preservar os mandatos das mulheres legitimamente eleitas. O tribunal está sinalizando uma mudança para compreender que a mulher que disputou a eleição de forma real, obteve densidade eleitoral e conquistou sua vaga não pode ser duplamente vitimada — primeiro pela estrutura partidária que fraudou a cota nos bastidores e, depois, pela Justiça Eleitoral com a perda do seu mandato. No entanto, precisamos de um maior avanço jurisprudencial que assegure que a punição recaia rigorosamente sobre os dirigentes partidários fraudadores, que atualmente não estão sendo punidos.

Na sua avaliação, a legislação atual é suficiente para garantir igualdade de oportunidades entre homens e mulheres nas eleições ou ainda são necessárias mudanças?

Primeiro, apesar de termos ações afirmativas, elas são descumpridas de forma reiterada. Toda anistia aprovada pelo Congresso para salvar o caixa das legendas que descumprem cotas de recursos empurra a igualdade entre mulheres e homens na política para o próximo século. O recente julgamento do STF não perdoou apenas o passado; ele atrasou o futuro por gerações. Para construir caminhos concretos de transformação, a Quero Você Eleita e diversas instituições parceiras, tais como o Instituto Global ESG, Elas Pedem Vista, Elas no Poder, dentre outros, lançaram o projeto *Mulheres que Pensam o Brasil* e a *Carta das Mulheres para a Política*. Essas iniciativas reúnem diagnósticos profundos e propostas legislativas estruturantes que vamos entregar aos candidatos presidenciais, para trazer as demandas das mulheres para o plano de governo. Defendemos medidas urgentes.

Que medidas?

Medidas como 50% de mulheres compondo os ministérios e compromisso de indicação de mulheres para as próximas vagas do STF, dando preferência a mulheres negras; cotas de assentos: reserva obrigatória de pelo menos 30% das cadeiras parlamentares para mulheres, em um cronograma progressivo até a paridade de 50%;

Arquivo pessoal



“As cotas foram um divisor de águas indispensável, mas funcionam hoje como um teto e um cumprimento formal de tabela, e não como uma alavanca de paridade real”

cronograma financeiro rígido e pré-campanha com automação bancária do repasse de recursos no início da jornada e permissão/obrigatoriedade de investimento de verbas na pré-campanha de mulheres; reserva para majoritárias: teto “carimbado” de no mínimo 10% dos recursos voltado especificamente a candidaturas femininas ao Executivo e ao Senado, para além dos 30% das candidaturas proporcionais; paridade na governança partidária: obrigatoriedade de 30% de mulheres nos diretórios e comissões executivas dos partidos políticos.

Que medidas os partidos políticos podem adotar para incentivar a participação feminina de forma efetiva, além do cumprimento das exigências legais?

Os partidos políticos precisam assumir um compromisso ético e republicano com o

cumprimento rigoroso e substancial das ações afirmativas. Não basta preencher percentuais no papel de forma burocrática; é preciso distribuir os recursos financeiros e o tempo de rádio e TV com a finalidade real e intencional de eleger mulheres. Na Quero Você Eleita, demonstramos que equidade não é custo, é estratégia de potência. Na nossa *Carta das Mulheres para a Política*, apontamos caminhos concretos que as legendas devem adotar para ir além da obrigação formal: alocação estratégica de recursos para a vitória: o financiamento público (FEFC e Fundo Partidário) não pode ser tratado como um “cumprimento de tabela” liberado na reta final para candidaturas inviáveis. Os recursos das mulheres devem ser liberados no início do calendário eleitoral e concentrados em candidaturas com projeto real de poder, inclusive com financiamento garantido na pré-campanha e reserva específica para disputas majoritárias. Capitalizar o “voto em dobro”. Sensibilizar os dirigentes partidários de que investir no eleitorado e nas candidatas femininas é altamente lucrativo para a própria legenda. Pela EC 111/2021, cada voto depositado em uma candidata mulher para a Câmara dos Deputados conta em dobro para o cálculo de distribuição dos Fundos Partidário e Eleitoral das eleições seguintes, ou seja, eleger mulheres multiplica o caixa futuro do partido. Aceleração e formação permanente: Utilizar a metodologia e as diretrizes do nosso projeto Mulheres que Pensam o Brasil para investir de fato os recursos do Fundo Partidário em formação técnica contínua, inteligência digital, letramento político e formulação de políticas públicas. Esse trabalho deve ocorrer ao longo de todos os anos não eleitorais, sob a gestão direta e autônoma das secretarias de mulheres dos partidos. Mecanismos internos de proteção e tolerância zero à violência: criar protocolos institucionais de acolhimento, suporte jurídico e suporte psicológico imediato para proteger as candidatas contra a violência política de gênero, o assédio moral nos bastidores e os ataques digitais dirigidos.

Quais são os principais desafios para consolidar uma maior representatividade feminina na política brasileira nos próximos anos?

O eleitorado feminino é a chave das eleições 2026. Somos mais de 52% dos eleitores e chefiamos quase metade dos lares brasileiros. O grande desafio dos próximos anos é transformar essa maioria nas urnas em maioria nas mesas onde os rumos do país são decididos.

Visão do Direito



Ulisses Rabaneda
Conselheiro do Conselho
Nacional de Justiça (CNJ)



Luís Geraldo Lanfredi
Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo e
coordenador do Departamento de Monitoramento e
Fiscalização do Sistema Carcerário no CNJ

Quem paga e quem presta contas por um novo sistema prisional

Dados do Conselho Nacional de Justiça mostraram que 66,7% dos estabelecimentos prisionais têm ocupação superior à capacidade e apresentam problemas estruturais em mais de 50 indicadores. As deficiências alcançam questões elementares, como o fornecimento de água e alimentação, a adequação das celas e até a inexistência de alvarás de funcionamento. Esses dados revelam algo que deve preceder qualquer discussão sobre a construção de novas prisões: o Estado precisa assegurar que as cerca de 505 mil vagas já existentes atendam aos padrões mínimos exigidos pela Constituição brasileira.

Antes de erguer novos muros, é preciso fazer com que os atuais estabelecimentos cumpram a lei. A superlotação é apenas a face mais visível de um problema que envolve infraestrutura, atendimento de saúde, educação, trabalho, segurança, assistência social, qualificação dos profissionais, controle da entrada no sistema e preparação para a saída. Um novo sistema prisional, portanto, não é, necessariamente, um sistema com mais prisões. É, antes de tudo, um sistema que funcione dentro da Constituição.

Foi justamente a persistente ausência desses padrões mínimos que levou o STF a reconhecer que o sistema prisional brasileiro vive um estado de coisas inconstitucional. Em 2023, a Corte determinou que o Poder Judiciário e a União, assim como as 27 unidades da Federação, elaborassem e executassem um plano destinado à superação desse quadro. Nasceu, assim, o Pena Justa, que, desde 2025, orienta a atuação dos entes federados por meio de reformas estruturantes que abrangem todo o ciclo penal: da entrada no sistema ao cumprimento da pena.

Tudo isso demanda investimento. Os monitoramentos realizados pelo CNJ e reportados regularmente ao STF vêm demonstrando que um dos principais obstáculos à plena execução do Pena Justa é a insuficiência de provisão orçamentária. A dificuldade atinge os Estados, o DF e a União.

Ciente de que todos têm papel ativo na garantia de recursos, o CNJ levantou, junto aos tribunais de justiça e aos tribunais regionais federais, cerca de R\$ 700 milhões mantidos em contas relacionadas a prestações pecuniárias. São valores decorrentes de penas e medidas alternativas,

inclusive aquelas fixadas em condenações ou resultantes de instrumentos consensuais, como acordos de não persecução penal, transações penais e suspensões condicionais do processo.

A partir desse quadro, o Plenário do CNJ alterou a Resolução 558, de 2024, para incluir esses instrumentos no regime nacional de governança, transparência, rastreabilidade, controle judicial e prestação de contas. Também autorizou que os recursos oriundos de prestações pecuniárias, quando não destinados às vítimas ou aos seus dependentes, possam financiar medidas previstas no Pena Justa ou nos planos estaduais e distrital.

Trata-se de significativo avanço para que a destinação de verbas ao Pena Justa possa ser juridicamente mais segura e administrativamente mais sustentável. Isso porque o modelo exige conta judicial vinculada, movimentação somente por determinação judicial, critérios públicos, fiscalização institucional e prestação de contas. Não se trata de criar um orçamento paralelo, mas de permitir financiamento complementar.

O zelo sobre a gestão de recursos parte do princípio de que, quando falamos em financiamento público, não se pode limitar à pergunta sobre quanto dinheiro existe. É necessário perguntar como os recursos são administrados. Não basta financiar. É preciso governar, controlar e prestar contas.

Nesse aspecto, os dados levantados pelo CNJ são preocupantes. Auditoria nacional sobre a gestão e a destinação de valores oriundos de prestações pecuniárias identificou nível geral de conformidade de apenas 38%. Em todo o país, 137 entidades foram credenciadas sem a realização de editais públicos, enquanto 201 projetos receberam repasses sem qualquer credenciamento prévio. Outras 79 entidades beneficiadas não se enquadravam nos critérios legais de prioridade.

O diagnóstico torna-se ainda mais grave quando se examinam a motivação e a transparência dos repasses. Em 71% dos processos avaliados, o critério de prioridade para a concessão dos recursos sequer foi indicado. Apenas 4% dos tribunais cadastravam esses valores em sistemas de gestão com o nível de detalhamento necessário à sua rastreabilidade. E somente 7% mantinham, em seus portais, publicação atualizada e detalhada das destinações realizadas.

"O Estado precisa assegurar que as cerca de 505 mil vagas já existentes atendam aos padrões mínimos exigidos pela Constituição brasileira"

Esses números demonstram que dinheiro público sem governança não resolve um problema estrutural; pode apenas criar outro. Recursos dessa natureza devem observar os princípios da administração pública. A ausência desses mecanismos favorece a pulverização dos valores, a falta de critérios objetivos, a opacidade e o risco de aplicação desigual ou inadequada. Mas um caso concreto examinado pelo CNJ mostrou que é possível construir um modelo mais seguro.

A regulamentação adotada pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais foi destacada pela auditoria nacional como boa prática por combinar editais públicos, contas judiciais vinculadas, prestação de contas detalhada, homologação judicial precedida de manifestação do Ministério Público, sanções às entidades inadimplentes e ampla publicidade dos atos. O relatório reconheceu nesse arranjo um modelo de governança avançado e maturidade institucional no tratamento contábil dos recursos.

A governança, nesse campo, também deve ser cooperativa. A atuação do Poder Judiciário não elimina a participação do Ministério Público, assim como a participação ministerial não se confunde com gestão direta dos valores ou com a indicação impositiva de beneficiários. O modelo aprovado pelo CNJ assegura ao MP participação institucional e colaborativa na definição de diretrizes e prioridades, preservando sua atuação fiscalizatória e sua relevância nos instrumentos de justiça penal consensual. Ao mesmo tempo, mantém com o Judiciário as competências de destinação, controle de legalidade, fiscalização e aprovação das prestações de contas.

Esse equilíbrio é indispensável. Os recursos oriundos de prestações pecuniárias não são valores de livre disposição de qualquer instituição. São recursos de natureza

pública ou de interesse público, submetidos a finalidades legais e a um sistema de freios e contrapesos. É certo que o financiamento sustentável da política penal depende, primordialmente, do aporte adequado e regular de recursos orçamentários às pastas responsáveis pela administração penitenciária. Recursos oriundos de prestações pecuniárias não substituem o orçamento público ordinário nem desoneram os Poderes Executivos de suas responsabilidades constitucionais. São uma fonte complementar.

A transformação do sistema prisional exige, igualmente, esforço financeiro dos órgãos responsáveis. A prisão não pode ser tratada como uma ilha administrativa. Quase todos os problemas encontrados dentro dos estabelecimentos penais dependem, em algum grau, da presença ou da ausência de políticas públicas que já existem fora deles.

Também é importante destacar que o Pena Justa não representa uma política pública meramente discricionária. Trata-se do cumprimento de obrigações constitucionais inadiáveis, expressamente reconhecidas pelo STF. Ao viabilizar o emprego complementar desses recursos, o Poder Judiciário assume sua parcela de responsabilidade para além da formulação, da coordenação e do monitoramento do plano. Passa, também, a contribuir materialmente para a execução de ações.

A pergunta sobre quem paga a conta de um novo sistema prisional tem, assim, uma resposta necessariamente compartilhada. A União, os Estados, o DF, os diferentes setores das políticas sociais e o próprio Poder Judiciário possuem responsabilidades próprias e complementares. Mas existe uma segunda pergunta, igualmente decisiva: quem presta contas? A relação entre financiamento e governança é, portanto, inseparável.

Um sistema prisional constitucional não será construído apenas com mais dinheiro ou mais vagas. Será construído com planejamento, cooperação federativa, critérios objetivos, transparência, controle e responsabilidade institucional. Esse é o caminho para que os estabelecimentos penais efetivamente cumpram a lei, protejam direitos, favoreçam a reintegração social e contribuam, de maneira concreta, para a segurança da sociedade e para a redução da violência e da criminalidade organizada que se projeta para muito além dos muros das prisões.

Visão do Direito



Samantha Teresa Berard Jorge

Head da área de Family Office do Briganti Advogados, especialista em direito de família e sucessões, planejamento patrimonial e sucessório

Avós e netos: o direito à convivência

Em 26 de julho, quando se comemora o Dia dos Avós, é comum que a data seja tratada como celebração afetiva — cartões, fotografias, encontros de família. Mas, para o direito de família e sucessões, a celebração oferece a oportunidade para refletir o direito dos netos de conviver com seus avós.

Não se trata de sentimentalismo. É previsão legal expressa, construída para proteger algo que a jurisprudência brasileira reconhece há mais de uma década como determinante para o desenvolvimento psicológico infantil. Até 2011, o Código Civil silenciava sobre a posição dos avós nos processos de guarda e regulamentação de convivência. Os tribunais já vinham reconhecendo esse direito, mas a ausência de previsão legal gerava insegurança e, não raro, negativas em primeira instância.

A Lei 12.398/2011 encerrou essa lacuna ao acrescentar o parágrafo único ao artigo 1.589 do Código Civil, pelo qual “o direito de visita estende-se a qualquer dos avós, a critério do juiz, observados os interesses da criança ou do adolescente”. A mesma lei alterou o inciso VII do então vigente Código de Processo Civil de 1973, tornando explícita a possibilidade de os avós pleitearem, com autonomia processual própria, a regulamentação de sua convivência com os netos, independentemente da vontade ou do litígio entre os genitores.

Esse detalhe técnico importa, pois passou a prever-se expressamente na lei do direito autônomo dos avós, e não de mera extensão do

direito de visita parental. Isso significa que, mesmo quando um dos genitores detém a guarda unilateral e mantém convivência regular com o filho, os avós — paternos ou maternos — podem ajuizar ação própria caso se vejam alijados do convívio, situação frequentemente observada após separações conturbadas, quando um dos pais, de forma unilateral, interrompe o contato dos filhos com a família extensa do outro.

Nenhuma discussão sobre visitas avoengas se sustenta fora do princípio constitucional do melhor interesse da criança e do adolescente. A jurisprudência dos tribunais estaduais é consistente nesse ponto em prever que a convivência com os avós não é automática nem incondicional. Ela é reconhecida quando — e na medida em que — beneficia a criança, e pode ser limitada, condicionada a acompanhamento (visitas assistidas) ou mesmo negada quando o contexto familiar demonstrar risco concreto ao bem-estar do menor, como em casos de alienação parental cruzada ou de conflito estrutural entre os núcleos familiares que exponha a criança a tensão emocional desnecessária.

Essa ponderação caso a caso é o que diferencia o direito de família contemporâneo de uma aplicação mecânica da norma. O juiz não está adjudicando um direito de propriedade sobre o tempo da criança; está arbitrando, com apoio técnico o arranjo que melhor preserva a integridade emocional do neto, ainda que isso signifique, em situações excepcionais, restringir ou postergar o convívio avoengo.

Do ponto de vista do desenvolvimento infantil, a literatura especializada em psicologia familiar converge com o que a intuição popular já formulava: avós não são apenas figuras de afeto complementar, são âncoras de identidade e continuidade histórica.

Crianças que mantêm vínculo estável com os avós tendem a desenvolver maior senso de pertencimento, referências mais amplas de resolução de conflito e uma percepção menos fragmentada da própria história familiar — especialmente relevante em arranjos pós-divórcio, em que a ruptura do casal frequentemente ameaça, por efeito colateral, toda a rede de apoio construída ao redor da criança.

Há, também, uma dimensão recíproca, menos discutida juridicamente, mas igualmente relevante: a saúde emocional dos próprios avós. Estudos gerontológicos associam o convívio intergeracional ativo a menores índices de isolamento social, depressão e declínio cognitivo na terceira idade. Nesse sentido, o artigo 1.589, parágrafo único, cumpre uma função dupla — protege o desenvolvimento do neto e resguarda o bem-estar psicológico do avô ou avó, reconhecendo que o vínculo familiar ampliado é, em si, um bem jurídico digno de tutela, e não apenas um subproduto afetivo de relações já reguladas.

Na prática do direito de família é comum famílias confundirem institutos distintos de guarda com regime de convivência (ou de visitas). A guarda regula com quem a criança reside

e quem exerce as decisões cotidianas sobre sua vida. Já a convivência — tecnicamente mais precisa que o termo “visita”, hoje preferido pela doutrina por evitar a ideia de que a criança é mero objeto de deslocamento — regula o tempo de contato efetivo, incluindo pernoites, datas comemorativas e períodos de férias.

Os avós não pleiteiam guarda, salvo em hipóteses excepcionais de risco ou impossibilidade dos genitores; pleiteiam o direito de convivência, o que deve ser compreendido pelas famílias como algo qualitativamente distinto — e, por isso mesmo, mais simples de formalizar amigavelmente.

Neste mês em que celebramos os avós, cabe ao direito de família cumprir seu papel mais silencioso: o de prevenção. Grande parte dos litígios envolvendo convivência avoenga nasce não da má-fé, mas do desconhecimento de famílias que não sabem que esse direito existe, avós que se calam por receio de conflito, genitores que, em meio à dor de uma separação, não percebem que estão privando os filhos de uma rede afetiva insubstituível.

Orientação jurídica, mediação familiar e, sobretudo, diálogo entre gerações são instrumentos mais eficazes do que qualquer sentença judicial para preservar o que a lei, afinal, apenas reconhece: que o elo entre avós e netos é parte estrutural — e não decorativa — da arquitetura emocional de uma família a fim de perpetuar um legado histórico familiar.

Visão do Direito



Paulo Klein

Advogado criminalista

Violência psicológica contra a mulher: o crime invisível que cresce nas redes

Os números mais recentes do Instituto de Segurança Pública (ISP) acendem um alerta que não pode mais ser ignorado. Em dez anos, os registros de violência psicológica contra mulheres no Rio de Janeiro cresceram mais de 1.300%. Apenas em 2025, foram contabilizadas 5.970 vítimas de violência psicológica e moral praticada no ambiente virtual, o equivalente a 16 mulheres atingidas por dia.

É natural que parte desse crescimento seja consequência de um maior número de denúncias, impulsionado pelo avanço da legislação, pela ampliação da rede de proteção e pelo maior conhecimento das vítimas sobre seus direitos. No entanto, atribuir esse aumento apenas à maior conscientização seria um erro. Os dados também revelam que a violência de gênero

encontrou nas redes sociais um ambiente fértil para se reinventar.

A internet ampliou o alcance dos agressores. Ameaças, humilhações públicas, perseguição virtual, divulgação de conteúdo íntimo sem consentimento, perfis falsos para difamação e o monitoramento constante da vítima passaram a integrar a rotina de muitas mulheres. O anonimato, a rapidez da disseminação das informações e a falsa sensação de impunidade tornam esses crimes ainda mais graves.

Do ponto de vista jurídico, a violência psicológica é reconhecida pela Lei Maria da Penha e pode ensejar medidas protetivas, responsabilização criminal e reparação civil. Além disso, condutas como perseguição (stalking), invasão de dispositivos eletrônicos e descumprimento de medidas

protetivas por meios digitais também encontram previsão na legislação brasileira.

O grande desafio, porém, continua sendo a identificação precoce desse tipo de violência. Diferentemente da agressão física, a violência psicológica deixa marcas invisíveis, o que faz com que muitas vítimas demorem a perceber que estão diante de um crime. É comum que comportamentos abusivos sejam naturalizados como demonstrações de ciúmes, controle ou simples conflitos de relacionamento.

Por isso, é fundamental que a vítima preserve provas, como mensagens, e-mails, registros de ligações, capturas e gravações de tela, além de procurar imediatamente uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher ou outro órgão de proteção para registrar a ocorrência e solicitar as medidas cabíveis.

Embora a legislação brasileira tenha avançado significativamente, o enfrentamento desse problema exige uma atuação conjunta. É indispensável que o Poder Público invista em educação digital, que as plataformas fortaleçam seus mecanismos de combate à violência online e que a sociedade deixe de tratar agressões psicológicas como episódios de menor importância.

A violência psicológica costuma ser a primeira etapa de um ciclo que pode evoluir para agressões físicas e, em casos extremos, para o feminicídio. Combater esse crime desde os primeiros sinais significa proteger vidas. Mais do que punir agressores, é preciso construir uma cultura que não normalize o controle, a humilhação e a intimidação como formas de relacionamento.

Visão do Direito



Eulice Jaqueline da Costa Silva Cherulli

Juíza de direito, presidente da Associação Mato-grossense de Magistrados (AMAM) e subcoordenadora da Justiça Estadual da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)

A floresta que cresce em silêncio

Quando estive no Brasil, em 2013, o papa Francisco foi questionado sobre as dificuldades enfrentadas pela Igreja. Em resposta, deixou uma reflexão que permanece atual: “Uma árvore que cai faz mais barulho do que uma floresta que cresce.” Poucas imagens traduzem tão bem a realidade da magistratura brasileira.

Vivemos um tempo em que fatos isolados, pela própria natureza da notícia, recebem grande repercussão. É natural que assim seja. Entretanto, nenhuma instituição pode ser compreendida apenas pelas suas exceções. A parte jamais poderá representar o todo. Enquanto uma árvore que cai desperta atenção imediata, uma floresta inteira continua crescendo silenciosamente, produzindo frutos, preservando vidas e cumprindo sua função. A magistratura brasileira é essa floresta!

Em Mato Grosso, apenas no último ano, dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) revelam que o Poder Judiciário recebeu mais de 645 mil novos processos e julgou mais de 709 mil. Cada magistrado foi responsável, em média, por mais de dois mil processos em 2025. São números que revelam o compromisso da magistratura com a sociedade. Esse esforço cotidiano raramente ocupa as manchetes. Mas é ele que sustenta a confiança da sociedade no Poder Judiciário.

Enquanto os holofotes se voltam para uma árvore que vai, a floresta que cresce continua sendo sustentáculo do ecossistema social, pulsando essencialidade, garantindo direitos, ouvindo de forma ativa e relevando frutos colhidos pelo coletivo.

Nesse contexto, cabe frisar que a magistratura brasileira talvez seja uma das carreiras mais fiscalizadas da República. Isso se comprova com os fatos. Sempre que há

indícios de irregularidades, o ordenamento jurídico oferece instrumentos próprios para apuração rigorosa dos fatos.

Nos estados, essa atribuição cabe às Corregedorias-Gerais da Justiça; nacionalmente, à Corregedoria Nacional de Justiça. São instituições técnicas, independentes e vocacionadas à preservação da integridade do sistema, assegurando tanto a responsabilização, quando necessária, quanto o respeito ao devido processo legal e às garantias fundamentais.

É justamente essa estrutura de controle que fortalece a credibilidade do Poder Judiciário. A Justiça não se constrói pela condenação antecipada nem pelo julgamento da opinião pública. Constrói-se pela observância da legalidade, pela apuração responsável dos fatos e pela confiança nas instituições.

Como presidente da Associação Mato-Grossense de Magistrados (AMAM) e

Subcoordenadora da Justiça Estadual da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), compreendo que nosso dever é defender a magistratura sem jamais renunciar aos princípios que sustentam o Estado Democrático de Direito. Defender a magistratura não significa negar problemas. Significa impedir que episódios isolados obscureçam o trabalho sério, silencioso e comprometido realizado diariamente pelos magistrados brasileiros.

A floresta continua crescendo. Ela cresce cada vez que uma sentença protege uma criança, assegura um tratamento de saúde, garante um direito previdenciário, resolve um conflito familiar, enfrenta a criminalidade ou oferece segurança jurídica para quem empreende e gera empregos. É essa floresta que merece ser vista. Porque, onde a magistratura é respeitada, a democracia também floresce.

Visão do Direito



Rafael Braga,

Advogado, mestre em direito, sócio da MSL Advocacia de Negócios, membro da Abradep e da Abradt

Empresas podem estar pagando mais tributos do que deveriam sem perceber

Em um ambiente de margens comprimidas, crédito mais caro e forte pressão por eficiência, muitas empresas seguem buscando crescimento por meio de expansão comercial, corte de despesas e renegociação com fornecedores. Esse movimento é natural, mas nem sempre suficiente. Em diversos casos, existe uma fonte relevante de ganho financeiro que passa despercebida pela gestão: o pagamento de tributos em valor superior ao efetivamente devido.

A pauta ganha espaço porque a revisão da carga tributária, quando feita com critério técnico, pode representar recuperação de caixa e correção de distorções sem que a empresa precise vender mais ou assumir riscos operacionais adicionais.

Na prática, o problema costuma surgir de forma silenciosa. Mudanças na operação, abertura de novas unidades, alteração do mix de produtos e serviços, enquadramentos inadequados, erros de parametrização em sistemas e falhas na leitura da legislação

podem levar a recolhimentos indevidos ou a perda de créditos tributários. Como esses erros muitas vezes se diluem na rotina contábil e fiscal, a empresa passa meses ou anos absorvendo um custo desnecessário, tratando como inevitável uma despesa que, em alguns casos, poderia ser reduzida ou recuperada.

A revisão tributária precisa ser encarada como ferramenta de gestão e não apenas como medida defensiva. Muitas empresas concentram sua atenção em aumentar receita, mas deixam de observar que parte do ganho pode estar justamente na revisão técnica da carga tributária. Quando a estrutura fiscal é avaliada com profundidade, é possível identificar pagamentos indevidos, créditos não aproveitados e rotinas que precisam ser ajustadas para preservar caixa e competitividade.

O tema se torna ainda mais relevante porque eficiência tributária não significa adotar soluções artificiais ou agressivas. O foco está em conferir se o negócio está

enquadrado corretamente, se os créditos estão sendo aproveitados nos limites legais, se as obrigações acessórias refletem a realidade da operação e se a tributação incidente é compatível com a atividade efetivamente exercida. Em outras palavras, trata-se de eliminar desperdícios fiscais e de dar mais racionalidade à gestão financeira.

Um exemplo ajuda a ilustrar a questão. Imagine uma indústria que compra insumos, contrata frete e mantém despesas acessórias ligadas à produção, mas deixa de aproveitar créditos permitidos por falha de parametrização do sistema ou por interpretação conservadora adotada no passado. Ao revisar esse fluxo, a empresa pode descobrir que recolheu mais do que deveria durante longo período.

Outro ponto importante é que o pagamento indevido de tributos nem sempre aparece como erro evidente. Às vezes, ele decorre de processos internos pouco integrados. O comercial negocia de uma forma, o fiscal interpreta de outra, o sistema

cadastra operações com parâmetros genéricos e a diretoria só percebe o impacto no resultado final. Por isso, o diagnóstico tributário costuma exigir leitura multidisciplinar, com análise jurídica, contábil e operacional.

Quanto mais complexa a empresa, maior a necessidade de revisar fluxos, documentos e critérios adotados ao longo do tempo.

A revisão não deve acontecer apenas quando a empresa já enfrenta autuação, queda de caixa ou disputa administrativa. O caminho mais eficiente é atuar antes, com auditoria das rotinas e verificação da aderência entre a prática operacional e a regra tributária aplicável.

Além do potencial de recuperação financeira, a revisão periódica contribui para melhorar previsibilidade e governança. Uma empresa que entende com mais clareza sua carga tributária real consegue precificar melhor, projetar investimentos com mais segurança e reduzir o risco de passivos futuros.

Visão do Direito



Cristiano Lustosa,

Advogado especialista em direito da saúde.
Atua na área da saúde suplementar

Judicialização da saúde suplementar: entre o direito do paciente e o equilíbrio do sistema

A judicialização da saúde suplementar no Brasil tem se consolidado como um dos fenômenos mais relevantes e preocupantes do sistema de saúde nas últimas décadas. O crescente número de ações judiciais movidas por beneficiários de planos de saúde revela não apenas a insatisfação dos consumidores, mas também fragilidades estruturais na regulação, na prestação dos serviços e no equilíbrio econômico do setor.

Em essência, a judicialização ocorre quando o cidadão recorre ao Poder Judiciário para garantir o acesso a tratamentos, medicamentos, exames ou procedimentos negados pelas operadoras. Embora esse movimento represente o exercício legítimo de um direito fundamental o direito à saúde, ele também evidencia um descompasso entre as expectativas dos usuários e as regras

estabelecidas pelos contratos e pela regulação da saúde suplementar.

Um dos principais fatores que impulsionam esse cenário é a negativa de cobertura baseada no rol de procedimentos da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Ainda que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) tenha consolidado o entendimento de que o rol é, em regra, taxativo, as exceções previstas especialmente em casos de recomendação médica fundamentada continuam abrindo espaço para interpretações divergentes e decisões judiciais favoráveis aos pacientes. Isso gera insegurança jurídica tanto para consumidores quanto para operadoras.

Além disso, observa-se um aumento significativo de demandas relacionadas a tratamentos de alto custo, como terapias oncológicas, medicamentos inovadores e procedimentos não incorporados ao rol da

ANS. Nesses casos, o Judiciário, frequentemente, atua como instância de última garantia, determinando a cobertura com base em princípios constitucionais, como a dignidade da pessoa humana e a proteção à vida.

Por outro lado, é preciso reconhecer que a judicialização também produz efeitos sistêmicos. Decisões judiciais que determinam coberturas fora das previsões contratuais podem impactar o equilíbrio financeiro das operadoras, refletindo no aumento das mensalidades e, conseqüentemente, no acesso ao próprio sistema. Trata-se, portanto, de um fenômeno que exige análise cuidadosa, sob pena de comprometer a sustentabilidade da saúde suplementar.

Nesse contexto, o papel do advogado especializado em Direito da Saúde torna-se essencial. Cabe a esse profissional não apenas atuar na defesa dos interesses de seus clientes,

mas também contribuir para a construção de soluções mais equilibradas, seja por meio da mediação, da orientação preventiva ou da atuação estratégica em demandas judiciais. A busca por alternativas extrajudiciais, como câmaras de mediação e negociação direta com operadoras, pode reduzir conflitos e promover respostas mais céleres e eficientes.

Por fim, é fundamental que haja um esforço conjunto entre reguladores, operadoras, profissionais de saúde e o próprio Judiciário para aprimorar a comunicação, atualizar protocolos e garantir maior transparência nas decisões. A judicialização não deve ser vista apenas como um problema, mas como um sintoma de falhas que precisam ser corrigidas. Enfrentar esse desafio é essencial para assegurar um sistema de saúde suplementar mais justo, eficiente e sustentável para todos os brasileiros.

Visão do Direito



Graciela Marins,

Advogada e vice-presidente da OAB Paraná

Proximidade e cooperação: chaves para enfrentar a violência contra as mulheres

A recente aprovação, pela Câmara dos Deputados, do projeto que cria o Sistema Nacional de Enfrentamento da Violência contra Meninas e Mulheres representa um importante avanço na consolidação de políticas públicas voltadas à prevenção e ao combate de uma das mais graves violações de direitos humanos do país. Mais do que instituir uma nova estrutura administrativa, a proposta fortalece um princípio essencial: as melhores políticas públicas são aquelas construídas em diálogo permanente com a sociedade.

A violência contra meninas e mulheres é um fenômeno complexo, que exige atuação integrada dos Poderes Públicos, do sistema de Justiça, das forças de segurança, das instituições de ensino e das entidades da sociedade civil. Aproximar a esfera decisória daqueles que vivenciam diariamente essa realidade torna as ações mais eficazes, mais sensíveis às necessidades locais e mais capazes de produzir resultados concretos.

Os números evidenciam a urgência dessa agenda. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025 revela que o Brasil

registrou 1.459 vítimas de feminicídio em 2024, o equivalente a cerca de quatro mulheres assassinadas por dia em razão de sua condição de gênero. O país também contabilizou centenas de milhares de ocorrências de violência doméstica e familiar contra a mulher, demonstrando que esse tipo de violência permanece como um dos maiores desafios à efetivação dos direitos humanos e da igualdade de gênero.

Nesse contexto, a advocacia exerce papel estratégico. A Ordem dos Advogados do Brasil não atua apenas na defesa das prerrogativas profissionais, mas também na promoção dos direitos humanos, do acesso à Justiça e da cidadania. A OAB Paraná tem reafirmado esse compromisso por meio de iniciativas permanentes voltadas à proteção das mulheres e ao fortalecimento das políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero.

Entre as iniciativas, destaca-se a atuação da Comissão de Estudos sobre Violência de Gênero, espaço dedicado à produção de conhecimento, à discussão de propostas legislativas, à capacitação da advocacia e ao diálogo com instituições públicas e organizações

da sociedade civil. O trabalho desenvolvido pela Comissão demonstra que a prevenção da violência exige não apenas repressão aos agressores, mas também educação, conscientização e construção de redes de proteção.

Também nessa esteira, foi criado o programa OAB Acolhe, efetivado pela Comissão das Mulheres Advogadas da OAB/PR, com o objetivo de acolher as advogadas vítimas de violência doméstica, prestando a devida solidariedade, as respectivas orientações e acompanhamento das providências necessárias. Há um número próprio para a comunicação do fato pela advogada denunciante, com plantão 24h para atendimento.

Parece ser essa a lógica que inspira o Sistema Nacional aprovado pela Câmara dos Deputados: integrar informações, compartilhar responsabilidades e permitir que estados, municípios e entidades da sociedade civil contribuam para a formulação, execução e avaliação das políticas públicas. Trata-se de um modelo de governança que reconhece que nenhum órgão, isoladamente, será capaz de enfrentar um problema tão amplo e multifacetado.

O Paraná possui tradição de cooperação institucional e demonstra, em diversas áreas, que o diálogo entre poder público e sociedade organizada produz soluções mais qualificadas. O enfrentamento da violência contra mulheres deve seguir esse mesmo caminho, valorizando a participação de instituições que acumulam conhecimento técnico, experiência prática e compromisso permanente com a defesa dos direitos fundamentais.

A aprovação de um novo sistema é boa notícia, pois é preciso assegurar que ele se traduza em ações efetivas, recursos adequados, integração entre os órgãos públicos e participação social qualificada. A violência de gênero não será superada apenas por leis mais rigorosas, mas por uma atuação coordenada, baseada em evidências, prevenção, educação, desenvolvimento cultural e acolhimento às vítimas.

Essa é uma construção coletiva, da qual a advocacia paranaense continuará participando com responsabilidade, conhecimento técnico e compromisso com uma sociedade mais justa, segura e igualitária.

Visão do Direito



Debora Visconte

Presidente do Comitê Brasileiro de Arbitragem

Arbitragem: o Brasil assiste à consolidação de uma resolução de disputas empresariais

Está se tornando cada vez mais comum acompanhar notícias sobre conflitos empresariais de grande relevância cuja solução deixou de ser imediatamente levada ao Poder Judiciário e passou a ser discutida no ambiente arbitral. Disputas societárias, controvérsias decorrentes de operações de fusões e aquisições, contratos de infraestrutura, energia, construção, mercado financeiro e tecnologia passaram a ter um elemento em comum: a arbitragem como principal mecanismo de resolução de controvérsias.

Esse movimento representa a consolidação de um processo de amadurecimento institucional iniciado há quase três décadas, com a promulgação da Lei de Arbitragem brasileira, em 1996. De lá para cá, o país construiu um dos ambientes arbitrais mais sólidos e sofisticados do mundo, reconhecido internacionalmente pela qualidade técnica de seus profissionais, pela segurança jurídica e por uma jurisprudência amplamente favorável ao instituto.

A arbitragem, que já era conhecida no ambiente empresarial, consolidou-se como mecanismo central de resolução de disputas complexas. Hoje, ela ocupa posição estratégica no ambiente de negócios. Em operações empresariais sofisticadas, a cláusula arbitral tornou-se

praticamente um elemento padrão.

Isso ocorre porque a dinâmica econômica contemporânea exige mecanismos de resolução de disputas compatíveis com a complexidade das estruturas contratuais, o elevado grau de especialização técnica envolvido e a necessidade de decisões em prazo compatível com a dinâmica empresarial. Litígios envolvendo grandes companhias frequentemente demandam conhecimento altamente especializado, análise de estruturas negociais sofisticadas e soluções capazes de reduzir impactos econômicos, operacionais e reputacionais.

Nesse contexto, a arbitragem oferece atributos que se tornaram especialmente relevantes para o mercado. O primeiro é a especialização, aliada à autonomia das partes para escolher quem decidirá a controvérsia. Diferentemente do Judiciário, na arbitragem as partes podem indicar árbitros com profundo conhecimento nos setores envolvidos na disputa, permitindo decisões mais aderentes às especificidades econômicas e técnicas do caso concreto.

Outro aspecto central é a flexibilidade procedimental. As partes podem definir regras do procedimento, idioma, sede, cronograma processual e mecanismos probatórios adequados às particularidades da controvérsia. Isso permite

maior adaptação do procedimento às necessidades do caso concreto, especialmente em disputas empresariais de alta complexidade.

Há ainda a confidencialidade, que pode ser convencionalizada entre as partes, salvo hipóteses envolvendo a administração pública, entre outros casos previstos em lei ou decorrentes da natureza da controvérsia. Embora casos emblemáticos envolvendo grandes grupos empresariais frequentemente ganhem espaço na imprensa — em razão da relevância econômica e do interesse público —, centenas de disputas empresariais são resolvidas diariamente em arbitragem sem exposição pública, algo particularmente relevante para companhias que buscam preservar informações estratégicas, reputação ou segredos comerciais.

Mas, talvez, o principal fator que explique o fortalecimento da arbitragem seja a confiança institucional construída pelo Brasil ao longo dos anos. O país conta, hoje, com câmaras arbitrais respeitadas internacionalmente, presença expressiva de profissionais brasileiros em fóruns globais, além de um Poder Judiciário que, de forma geral, compreende e prestigia o sistema arbitral, intervindo apenas nos limites previstos pela legislação.

Esse ponto merece destaque. O

fortalecimento da arbitragem não representa enfraquecimento do Poder Judiciário. Ao contrário. O sucesso do sistema arbitral brasileiro decorre justamente da relação de complementaridade construída entre ambos. O Judiciário segue sendo peça essencial para assegurar a validade e a execução das sentenças arbitrais, conferir segurança jurídica ao sistema e preservar seus limites institucionais. Essa interação contribui para um ambiente de maior previsibilidade, estabilidade regulatória e atração de investimentos.

Além disso, a expansão da arbitragem reflete o próprio amadurecimento do ambiente empresarial brasileiro. À medida que empresas e operações se tornam mais sofisticadas, cresce também a busca por mecanismos de resolução de controvérsias capazes de acompanhar a complexidade das relações econômicas contemporâneas.

A arbitragem brasileira atingiu um elevado grau de maturidade. E os casos que hoje ganham espaço na imprensa mostram justamente isso: o mercado passou a enxergar a arbitragem não apenas como alternativa ao Judiciário, mas como instrumento central de governança, previsibilidade e estabilidade nas relações empresariais do século 21.

Visão do Direito



Luiz Carlos Junqueira Franco Filho

Advogado tributarista. Concentra atuação em consultoria e contencioso tributário

Imposto Seletivo e IPI: diferenças que desafiam a transição tributária

As dificuldades para definição das alíquotas do novo Imposto Seletivo (IS) põem em cheque o cronograma de implementação gradual da reforma tributária e suscita dúvidas se a estrutura definida para esse tributo é o mais adequado para um tributo fortemente extrafiscal, ou seja, concebido não propriamente para arrecadar recursos públicos, mas induzir comportamentos de consumo.

Conhecido como “imposto do pecado”, o IS foi concebido para incidir sobre bens e serviços nocivos à saúde e ao meio ambiente.

A tributação de produtos prejudiciais não é novidade no sistema brasileiro. O IPI já cumpre essa função ao sobretaxar itens como cigarros e bebidas alcoólicas. Contudo, sua lógica de incidência está atrelada à essencialidade dos

produtos, e não necessariamente ao grau de nocividade. Isso significa que bens supérfluos podem ser mais tributados mesmo sem causar danos à saúde ou ao meio ambiente, enquanto produtos essenciais, ainda que poluentes, podem ter carga tributária reduzida.

Diferentemente do IPI, o IS pode alcançar não apenas produtos industrializados, mas também serviços e bens in natura. Setores como mineração e apostas, por exemplo, poderão ser tributados pelo IS.

No entanto, os ganhos que o novo imposto traz ao governo em termo de alcance são contrabalanceados por perdas de agilidade para o governo implementar políticas tributárias. A Constituição exige que a instituição do IS observe

uma estrutura normativa mais complexa, com necessidade de lei complementar para definir os bens e serviços sujeitos à incidência, além de lei ordinária ou medida provisória para fixação das alíquotas. Ademais, a cobrança deve respeitar os princípios da anterioridade anual e nonagesimal, o que impede sua aplicação imediata.

Esse modelo contrasta com a flexibilidade do IPI, cujas alíquotas podem ser alteradas por decreto e entrar em vigor de forma praticamente instantânea. Na prática, isso permite ao Poder Executivo reagir rapidamente a evidências técnicas sobre os impactos de determinados produtos. Já no caso do IS, a implementação de mudanças pode levar anos, reduzindo sua eficácia como instrumento ágil de política pública.

Por outro lado, a maior rigidez do Imposto Seletivo também representa um avanço em termos de segurança jurídica, ao exigir maior previsibilidade e debate legislativo para alterações tributárias. O desafio, portanto, está em equilibrar esse ganho institucional com a necessidade de eficiência regulatória.

Nesse contexto, a demora na aprovação das alíquotas do IS pode comprometer não apenas a eficácia do novo tributo, mas também gerar perdas significativas de arrecadação. A transição entre IPI e IS, mais do que uma simples substituição, revela-se um teste importante para a capacidade do sistema tributário de conciliar justiça fiscal, segurança jurídica e efetividade das políticas públicas.

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, quinta-feira, 23 de julho de 2026

Para anunciar ► 3342-1000

1 IMÓVEIS
COMPRA & VENDA2 IMÓVEIS
ALUGUEL

3 VEÍCULOS

4 CASA
& SERVIÇOS5 NEGÓCIOS
& OPORTUNIDADES6 TRABALHO
& FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1

IMÓVEIS
COMPRA E
VENDA

- 1.1 Apart Hotel
- 1.2 Apartamentos
- 1.3 Casas
- 1.4 Lojas e Salas
- 1.5 Lotes, Áreas e Galpões
- 1.6 Sítios, Chácaras e Fazendas
- 1.7 Serviços e Crédito Imobiliário

1.1 APARTHOTEL

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI !

ENTRE EM CONTATO CONOSCO 61 3342-1000 - OPÇÃO 5

INVEST FLAT VENDE
FUSION HPLUS Exporess and alto. Lindo apto 34m2 c/ 2 camas solteiro 3033-3865 cj21229

1.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

1 QUARTO

ADELSON IMÓVEIS
R MACAUBA 1 qto sala cozinha banheiro nascente quit R\$ 250mil à Tr.99857115 c1533

MEU IMÓVEL IMOB
LUGAR CERTO Melhores imóveis prontos e na planta em todo DF você encontra aqui!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ÁGUAS CLARAS

2 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
AV PARQUE guas Claras 2 qtos 1 banheiro, 1 suíte, 1 vaga 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF
R 03 Lux Home Boulevard 2 e 3qtos coberturas 99557-8243 c/19540

ACHEI IMÓVEIS DF
R 36 Ouro Branco VI 2 e 3qtos pronto p/morar. Alto padrão 99557-8243

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
QD 107 cobertura 3 qtos 3banhs 1 suíte 2 vagas, coz. c/arms planej. 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF
R 24 Sul Unite 3 stes alto padrão de acabo 99557-8243 c/19540

ACHEI IMÓVEIS DF
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

ASA NORTE

QUITINETES

412 OPORTUNIDADE
36,87m² privativo semi-mobiliado desocupado phimoveis.com.br T. 99275-8882 Cj6210

PLANO EMPREEND.
IMOBILIÁRIOS Os melhores imóveis de BSB você encontra aqui! lugarcerto.com.br



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ASA NORTE

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
404 BLOCO I Apto 78m2 3qts 2banhs local privilegiado 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

COMPRO URGENTE PARA CLIENTES 2, 3
4qtos Asa Norte/Sul (61) 99330-9049 c3594

ASA SUL

3 QUARTOS

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI !

ENTRE EM CONTATO CONOSCO 61 3342-1000 - OPÇÃO 5

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

216 SUL 5 andar, vazio do 167m2, c/ 3qts sendo uma suíte, vista livre, garagem Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

216 SUL 5 andar, vazio do 167m2, c/ 3qts sendo uma suíte, vista livre, garagem Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

4 OU MAIS QUARTOS

J RIBEIRO VENDE
112 COBERTURA de luxo 411m2 4 qtos (3 suítes) 3 vgs cj5211 3322-3443

PARTICULAR

SQS 312, 4 qtos, 4 suítes, DCE, reformado, mobiliado, ár. priv. 339,53 m², 2gar, 619985-8313

1.2 CRUZEIRO

CRUZEIRO

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
QD 409 Apto 3qts Bairro novo 79m2 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

PLANO EMPREEND.
QD 409 Apto 3qts Bairro novo 79m2 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

GUARÁ

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
QE 40 3q lazer compl sinal 50mil 99557-8243

TRATO FEITO IMÓV
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

NOROESTE

4 OU MAIS QUARTOS

SQNW 110 canto 171m privativo 4 garagens desocupado phimoveis.com.br T.99275-8882 Cj6210

NÚCLEO BANDEIRANTE

2 QUARTOS

RITA LANDIM
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 SAMAMBAIA

SAMAMBAIA

2 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
QN 412 Apto 2 qtos 49m2 1 suíte 1 vaga 2 banheiros Tr: 99418-8477 cj21694

SUDOESTE

2 QUARTOS

INVEST FLAT VENDE
105 APTO 6 and., localização privilegiada, garagem Tr: 3033-3865/98581-0151 cj21229

COMPRO URGENTE PARA CLIENTES 2, 3
4qts Noroeste/Sudoeste 61 99842-6366 c3594

CASAS

CRUZEIRO

4 OU MAIS QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
QD 12 vdo cs 5 stes quintal c/churrasq. e banh. ávaga p/ 4 carros. 99418-8477 cj21694

GAMA

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
PONTE ALTA Norte, 3 qts, 3 banhs. 1 ste, área lazer, espaço gourmet 99562-4472 cj25698

MEU IMÓVEL IMOB
PONTE ALTA Norte, 3 qts, 3 banhs. 1 ste, área lazer, espaço gourmet 99562-4472 cj25698

Curso de Departamento
Pessoal e eSocial

Aprenda cada etapa do DP e eSocial em um curso prático, utilizando o sistema de folha de pagamento Dexion e eSocialWeb.

Presencial - Asa Sul Brasília - DF

61 99940-5573

1.3 LAGO NORTE

LAGO NORTE

4 OU MAIS QUARTOS

CLASSIFICADOS
GOSTOU DESSE ESPAÇO?
PATROCINE UMA RETRANCA!!!
DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS
PREÇO ESPECIAL
ANUNCIE AQUI !
ENTRE EM CONTATO CONOSCO 61 3342-1000 - OPÇÃO 5

J RIBEIRO VENDE

QL 16 706m2, terreno 2.000m2, 3 suítes 2 c/ closet cj5211 33223443

NÚCLEO BANDEIRANTE

3 QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
3ª AV Casa 245m² 3qtos 1suíte 2 vagas 2 banhs 99673-2538

PARK WAY

4 OU MAIS QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS
QD 01 MSPW (5 stes) 4 gar lt 2.500m2 504m2 const. Ac. Apt Guar4 3q 99985-7115 c11533

RITA LANDIM VENDE
QD 01 casa c/ 4 qtos 400m2 de á.constr. terreno de 2.500m2 3552-4358 c/12179

1.3 SOBRADINHO

SOBRADINHO

4 OU MAIS QUARTOS

PLANO EMPREEND.
QD 10 Melhor quadra! Sobrado área privativa 582,28m2 c/ 9 banhs 6qts 98313-0206 cj5179

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVEIS VENDE
QNL 18 casa 3qts 120m2, área serv. garagem 3386-9000 cj22002

4 OU MAIS QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
COND PREMIUM excel casa 280m2 cond fechado, porteiro 24 horas 3552-4358 c/12179

1.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

CEILÂNDIA

EQNN 01/03 Bl A Lj 04 Vdo Prédio c/Lj + subs + 2 apts c/2qts c/habite-se 99157-7766 c9495

SUDOESTE

TRATO FEITO IMÓV
CCSW 02 Loja de esquina. Alugada. > tima localização. Exc Oportunidade 99418-8477 cj21694

TRATO FEITO IMÓV
CCSW 02 Loja de esquina. Alugada. > tima localização. Exc Oportunidade 99418-8477 cj21694

1.4 VICENTE PIRES

VICENTE PIRES

MEU IMÓVEL IMOB
R 08 chác. 332 loja St Habitação al V.Pires, localiz. privilegiada 30m2. 99562-4472 cj25698

SALAS

ÁGUAS CLARAS

PLANO EMPREEND.
AV PAU BRASIL sala área 173m2 c/ 5 vagas 4 banhs, próx estação metrô 3032-7700 98313-0206 cj5179

ASA NORTE

SMHN Ed Crispim Nova 34m² Nascente andar alto phimoveis.com.br T. 99275-8882 Cj6210

GUARÁ

QI 31 Consei sala 40m2 próximo QE 19, nascente, canto R\$ 250 mil financiamento Tr: 98135-1919

SUDOESTE

INVEST FLAT
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

REGINA NEVES
CONSULTORA IMOBILIÁRIA
CRECI 1939OS MELHORES
IMOVEIS DE GOIÂNIA

QUER MORAR OU
INVESTIR EM
GOIÂNIA?

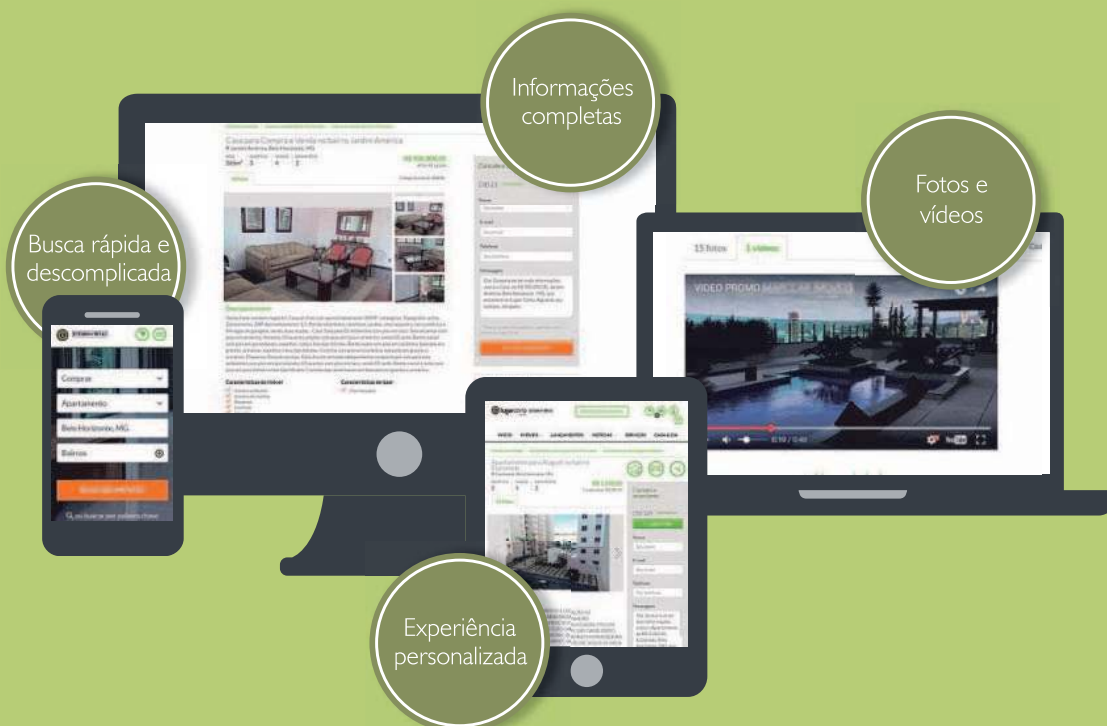
TENHO AS MELHORES
OPÇÕES PRA VOCÊ!



(62) 98280-1111

PARA CADA MOMENTO DA VIDA EXISTE UM LUGAR CERTO

Acesse e encontre o seu.



+ de 200 mil ofertas

LUGARCERTO.COM.BR

O portal de imóveis para quem quer comprar ou alugar.

CONFIRA TAMBÉM OFERTAS NO JORNAL CORREIO BRAZILIENSE.



CORREIO BRAZILIENSE
Você à frente de tudo

1.5 ASA NORTE

1.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES

ASA NORTE

TRATO FEITO IMÓV
SAAN QD 02 Lote à venda no Bairro Asa Norte, 2.500m2 área 99418-8477 cj21694

GUARÁ

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

QI 08 Oportunidade Lotes de 400 metros, contrói três vezes, residencial e comercial só R\$ 1.530.000,00 Contato: 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

LAGO NORTE

J RIBEIRO VENDE
SHTQ QD 04 Excel. lote Bairro Taquari 742m2, quitado, esquina, ótima localização CJ 5211 3322-3443

J RIBEIRO VENDE
SHTQ QD 04 Excel. lote Bairro Taquari 742m2, quitado, esquina, ótima localização CJ 5211 3322-3443

2

IMÓVEIS ALUGUEL

- 2.1 Apart Hotel**
- 2.2 Apartamentos**
- 2.3 Casas**
- 2.4 Lojas e Salas**
- 2.5 Lotes, Áreas e Galpões**
- 2.6 Quartos e Pensões**
- 2.7 Sítios, Chácaras e Fazendas**

2.2 APARTAMENTOS

ASA NORTE

2 QUARTOS
SHCGN 706 Resid 2qt sala, coz ár/serv arms 99699-1975 proprietária

ASA SUL

2 QUARTOS

J. RIBEIRO
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

2.2 ASA SUL

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

202 SUL 3qts sendo 01 suite, dce, cozinha, sala, reformadissimo, 160 metros, 3 andar, garagem Tr. 99109-6160 SR Imóveis cj9417

GUARÁ

1 QUARTO

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEixe SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI !

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.3 CASAS

RECANTO DAS EMAS

2 QUARTOS

CONVICTA IMOVEIS
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVES ALUGA
QSF 05 casa 3 qtos 120m2. 99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES ALUGA
QSF 05 casa 3 qtos 120m2. 99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.4 ASA NORTE

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA NORTE

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

SCLRN 713 BI A Loja de frente W3 com térreo e subsolo, 120 metros. Tratar: 3042-9200 ou 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

ASA SUL

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

SCRS 513 Loja c/ 200 metros, sendo 100 metros de térreo e 100 de subsolo, de frente W3 Sul Tr. 3042-9200/99109-6160 Sr Imóveis cj9417

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

SCRS 513 Loja c/ 200 metros, sendo 100 metros de térreo e 100 de subsolo, de frente W3 Sul Tr. 3042-9200/99109-6160 Sr Imóveis cj9417

CANDANGOLÂNDIA

CONVICTA IMÓVENS ALUGA QOF conj G loja 40m2 para alugar Tr: 3386-9000 cj22002

GUARÁ

QE 38 Al Loja 96m² c/ subsolo 1wc Ref. piso granitina frente p/nasc \$ 1.400 991577766 c9495

SALAS

ASA SUL

J RIBEIRO ALUGA SHLS 716 sala 54m2 no C. Clínico Sul 5211 3322-3443

3

VEÍCULOS

3.1 Automóveis

3.2 Caminhonetes e Utilitários

3.3 Caminhões

3.4 Motos

3.5 Outros Veículos

3.6 Peças e Serviços

3.1 AUTOMÓVEIS

FABRICANTES

AUDI

AUTOCRED
Q3/20 Prest. 1.4 Tfsi flex S-tronic revisada ún. dono 99288-9231

CHERY

AUTOCRED
TIGGO/22 5x Txs 1.5 16V Turbo flex aut 31.200 km 99288-9231

VOLKS

AUTOCRED
VRUM.COM.BR Acesse nosso pátio e confira as melhores ofertas disponíveis para você!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3.2 CAMINHONETES E UTILITÁRIOS

FABRICANTES

JEEP

AUTOCRED
RENEGADE/17 Sport 1.8 branco 4x2 Flex 16V Autom. câmera de ré excel. 99288-9231

AUTOCRED
RENEGADE/17 Sport 1.8 branco 4x2 Flex 16V Autom. câmera de ré excel. 99288-9231

5

NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

5.1 Agricultura e Pecuária

5.2 Comunicados, Mensagens e Editais

5.3 Informática

5.4 Oportunidades

5.5 Pontos Comerciais

5.6 Telecomunicações

5.7 Turismo e Lazer

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

MÍSTICOS

AMOR DE VOLTA EM 6 HORAS

ABA traz seu amor de volta em 6 horas. Faz trabalhos inclusive p/ saúde. Desmancha feitiços mandados e afasta rivais, causas em justiça e trazer sorte em negócios. Sigilo total. Resultado garantido. Não cobro consulta e nem trabalho 61.99149-8430 Carmem

DONA PERCILIA FAZEMOS TRABALHOS MARQUE SUA CONSULTA PARA O AMOR e buscamos a pessoa amada . Presencial ou online . (tarô e Cartas) (61) 98363-5506

5.7 TURISMO E LAZER

OUTROS

ACOMPANHANTE

AMANDA DO ANAL ACOMPANHANTE E MASSAGISTA, recém cheg de Minas, sua namoradinha perfeita faz tudo s/ frescuras. (61) 98173-1287 Asa Norte

RENATO ATIVÃO MACHAO, SERIO, discreto e sigiloso (61) 99642-9963

ISABELA FERRARI ESTILO MULHERÃO - Capa de Revista! Asa Norte 61 99607-1156

5.7 MASSAGEM RELAX

MASSAGEM RELAX

PRECISA-SE URGENTE MASSAGISTAe Secretária ótimos ganhos p/ Clínica erótica 99831-7059

6

TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

6.1 Oferta de Emprego

6.2 Procura por Emprego

6.3 Ensino e Treinamento

6.1 OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

LOCPRO CONTRATA AJUDANTE DE SERVIÇOS Gerais. Salário + benefícios, em Arealguas Claras. Enviar curriculump/(61)99696-7052locproplataforma curriculum@gmail.com

CONTRATA-SE AUXILIAR COZINHA c/ experiência p/trab. Rest. em Taguatinga. Enviar CV p/: (61) 99672-3666

CONTRATA-SE URGENTE CASEIRO com experiência, para trabalhar na QL 20 no Lago Sul. necessário ter experiência com jardinagem, pequenos reparos, limpeza de piscinas. Desejável que possa morar no local. 61 98613-8049ouemail:casalelzaeluz@gmail.com

CONCURSO PARA OS SERVIÇOS DE SEGURANÇA
EEAS/DELBRAB/2026/CPN/0047
Anúncio de concurso 126/2026 460228-2026 do 03/07/2026

A Delegação da União Europeia no Brasil iniciou um procedimento de concurso para serviços de segurança. Para todas as informações sobre o anúncio de concurso, favor consultar o website:

<https://ec.europa.eu/info/funding-tenders/opportunities/portal/screen/opportunities/tender-details/cc085dc9-72f9-4504-9139-515b119a03f7-CN> ou na página da União Europeia: https://www.eeas.europa.eu/eeas/concurso-para-os-servicos-de-seguranca_pti

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

EDITAL DE 1º E 2º LEILÃO de bem IMÓVEL (abaixo descrito) e para INTIMAÇÃO da Devedora Fiduciante Lindem - Construtora e Incorporadora Ltda. (CNPJ nº 12.440.313/0001-40), representada por sua sócia, Raquel Khoury Carvalho Rosa (CPF nº 016.705.015-07), de acordo com as regras e condições dispostas na Lei 9.514/1997 (ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA), no Decreto 21.981/32 e no presente Edital de Leilão. 1. Imóvel: Sala nº 1002, Torre 2, Lotes nºs 34 e 36, Rua 210, QS 1, Águas Claras Distrito Federal, características: área real privativa de 30,84m², área real comum de divisão não proporcional de 19,97m², área real comum de divisão proporcional de 11,86m², totalizando 62,67m² e fração ideal do terreno de 0,001129. 2. Dêbitos Fiscais: Todos os débitos até o ato da arrematação serão de responsabilidade do VENDEDOR. 3. O bem será vendido em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra física e documentalmente, sem garantias, sendo que as áreas mencionadas neste Edital, catálogos e outros veículos de comunicação são, meramente, enunciativas (e as fotos, meramente, ilustrativas). 4. Do Leiloeiro, do Leilão e das Datas: O leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Felipe Nunes Gomes Teixeira Bignardi (Jucesp 950), devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário/Vendedor LEO Águas Claras Empreendimento Imobiliário LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 12.513.091/0001-48, com sede na QS 1, Rua 210, Lote 34, Águas Claras - Distrito Federal, na qualidade de atual detentor dos direitos creditórios decorrentes Instrumento Particular de Empréstimo com Constituição de Alienação Fiduciária em Garantia, Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário com Garantia Real Imobiliária, no qual figura a Devedora Fiduciante acima nomeada. 2.1. O leilão será realizado presencialmente na Av. Nove de Julho, 3229, CJ. 401, Jardim Paulista, São Paulo/SP - CEP 01407-000 e através da plataforma eletrônica www.mercado.bomvalor.com.br/leilao e, também, seguindo integralmente os termos e condições do presente Edital, será divulgado simultaneamente, de forma não exclusiva e em suas respectivas praças de atuação, pelos Leiloeiros Públicos Oficiais integrantes da rede colaborativa Mercado Bomvalor® (www.mercado.bomvalor.com.br), todos devidamente credenciados nas suas respectivas Juntas Comerciais, onde os lances serão recepcionados, pelos valores e nas datas e horários abaixo (horários de Brasília/DF): 1º Leilão: 05/08/2026, às 14h30 (fechamento). Lance mínimo: R\$ 302.443,20 (trezentos e dois mil, quatrocentos e quarenta e três reais e vinte centavos). 2º Leilão: 20/08/2026, às 14h30 (fechamento). Lance mínimo: R\$ 1.035.632,80 (um milhão, trinta e cinco mil, seiscentos e trinta e dois reais e dois centavos). 3. A Devedora Fiduciante será comunicada na forma do §2º-A, do art. 27, da Lei 9.514/1997, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários para, no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição, na forma estabelecida no §2º-B do mesmo artigo e lei, devendo apresentar manifestação formal de interesse. 4. Da Comissão: O Arrematante ou a Devedora Fiduciante deverá pagar ao Leiloeiro, a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) do preço de arrematação do bem, que não se inclui no preço do lance, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado da comunicação, por e-mail, da concretização da arrematação. 5. Condições gerais e de venda: 5.1. Os interessados em participar do leilão deverão se cadastrar no site www.mercado.bomvalor.com.br e se habilitar no lote com antecedência de até 24 horas do início do leilão, sendo que os lances deverão respeitar o lance mínimo e o incremento estabelecido. 5.2. O Lance ofertado é revestido de irrevogabilidade e irretroatibilidade, não podendo o arrematante vencedor se desincluir das obrigações decorrentes da arrematação. 5.3. A desistência do lance ou inadimplência em relação aos pagamentos e envio de documentação pelo arrematante vencedor ensejará o cancelamento da arrematação de pleno direito, ficando o inadimplente obrigado a pagar uma multa de 20% (vinte por cento) ao Credor Fiduciário e 5% (cinco por cento) ao Leiloeiro, sobre o valor do lance, a título de perdas e danos. 5.4. Será celebrada, entre Vendedor e Comprador (ou Fiduciante), Escritura Pública de Venda e Compra no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data da realização do Leilão (correrão por conta do Arrematante/Fiduciante todas as despesas com a transferência do bem arrematado, inclusive foro e laudêmio, se o caso), sendo que o Tabelião de Notas será definido pelo Vendedor. 5.5. Eventuais outros avisos/menções relacionados ao imóvel e divulgados na página eletrônica do presente leilão, aderirão ao Edital. E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital, que será publicado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo.

6.1 NÍVEL BÁSICO

CONTRATA-SE COZINHEIRO(A) COM experiência. Início imediato. Para trabalhar em restaurante na Asa Sul, de segunda à sábado, das 7h às 17h. Salário R\$ 2.300,00, passagem + alimentação no local. Enviar currículo para (61) 999317-4610. Não aceitamos ligações.

DOMÉSTICA-NOROESTE Seg à Sext. c/ exper de doméstica na CTPS e c/ referências CV p/: vaga2026df@gmail.com

MANICURE CONTRATA-SE Salário R\$ 2.000 +VT +VR. WhatsApp 61 98484-4014

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa S (61)99574-1418

MASSAGISTA PRECISA-SE COM OU SEM Experiência p/Semana ou Fim Semana. Pagamento diário. Tr: 61 98474-3116

TRABALHAR LANCHONETE 15 dias todos os meses Iniciais R\$ 4mil, R\$ 2.250 vários horários, em Sobradinho. Enviar CV para: lanchonetes@gmail.com

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico n.142/2026
OBJETO: Aquisição de monitores de vídeo e de microcontroladores, novos e para primeiro uso. DATA DA ABERTURA: 05/08/2026, às 10h. EDITAL E INFORMAÇÕES: 14º andar do Edifício Anexo I - fone (61) 3216-4906, bem como nos endereços eletrônicos: www.camara.leg.br e www.gov.br/compras.
LEONARDO TALAMINI NUNES DE ALMEIDA
Pregoeiro

6.1 NÍVEL MÉDIO

NÍVEL MÉDIO

AUXILIAR ADMINISTRATIVO (A) com exper. informática, organização documental, atendimento ao público. Salário + VT +VR. Tag. Sul. Enviar CV para: empregoextintores@gmail.com

AUXILIAR DE PRODUÇÃO

10 VAGAS Não é necessário experiência. Salário acima do mínimo, Vale Transporte, +Vale alimentação. Enviar currículo para: rh@germana.com.br

AUXILIAR PESSOAL /Contabilidade c/ experiência Enviar CV e-mail inacon@solar.com.br ou QE 40 Conj J apt 203 Guará II/DF

CONFERENTE AUXILIAR DE CAIXA CANDIDATOS ENVIAR currículo para: contato@dcmesca.com.br. Início imediato.

6.1 NÍVEL MÉDIO

INSTALADOR DE CORTINAS E PERSIANAS c/ CNH, sem exper. Sal. 1.940,00 +VT. Enviar CV para: rh@sublimes.com.br

PRECISA-SE ESCOPISTA COM EXPERIÊNCIA p/salão na Asa Norte CLN 311 BI B Lj 18 Tr: 98151-9332

CONTRATA-SE GERENTE e Chefe de Pista c/experiência em posto de gasolina Asa Sul. Enviar currículo: cv.rhposto@gmail.com

RECEPCIONISTA PROCURA-SE p/ clínica médica na Asa Sul c/ experiência na área de atendimento. Segunda a sexta de 8h às 18h c/ horário de almoço. R\$2.400,00 + VT + VA. Currículo p/: clincatelios.asasul@gmail.com

6.1 NÍVEL MÉDIO

MASSEIRO COM EXPERIÊNCIA EM MASSAS folheadas e massas para pizza, e que saibam utilizar cilindro laminador. Salário acima de R\$ 2.200,00 +Vale Transporte, +Vale Alimentação. Enviar currículo para o e-mail: rh@germana.com.br

CONTRATA-SE GERENTE e Chefe de Pista c/experiência em posto de gasolina Asa Sul. Enviar currículo: cv.rhposto@gmail.com

6.2 PROCURA POR EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

DIARISTA Ofereço os meus serviços Tr (61) 99303-4782 Whatsapp

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 052/2026 (Numeração Automática Sistema de Compras 129/2026)
Objeto: Prestação de serviços de confecção e instalação de mobiliário e espelhos sob medida. Data da sessão pública: 05 de agosto de 2026 às 14h. O Edital encontra-se disponível nos sites: www.gov.br/compras/pt-br e www.tst.jus.br.
Brasília, 23 de julho de 2026
MARCOS FRANÇA SOARES
Coordenador de Licitações e Contratos

SENADO FEDERAL COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 90071/2026
OBJETO: Fornecimento de 12 (doze) coletores de dados RFID tipo "sled", com tecnologia UHF RFID, além de 4 (quatro) cabos de alimentação extra e 4 (quatro) baterias extra, em uma única parcela, destinados à realização de inventários patrimoniais no âmbito do Senado Federal.
ABERTURA: 05/08/2026, às 09h30, pelo sistema Compras.gov.br.
EDITAL E INFORMAÇÕES: www.senado.leg.br (Portal da Transparência do Senado Federal/Licitações e Contratos), www.compras.gov.br ou na COPEL, Bloco de Apoio 16, 1º andar, telefone (61) 3303-3036.
MARCUS VINÍCIUS DE MIRANDA CASTRO
Pregoeiro

2º OFÍCIO
DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL
LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL REGISTRADORA
RAFAEL ARAUJO HORTA COSTA
HELDER PEREIRA DE CARVALHO
DEMERVAL SILVA CAIXETA JUNIOR
SUBSTITUTOS

EDITAL DE INTIMAÇÃO
LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL, Titular do 2º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal, na forma da Lei, etc.

F.A.Z. S.A.B.E.R. aos que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento que, a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, na qualidade de CREDORA FIDUCIÁRIA, pelo Ofício nº 81327/2026 CESAV/BU de 10/04/2026 e 16/07/2026, requereu a este Serviço Registral a intimação de **RODRIGO CHALUB PRANDI**, brasileiro, solteiro, diretor de empresas, inscrito no CPF sob o nº 996.266.401-20, residente e domiciliado, nos seguintes endereços: 1) Casa nº Q5, situada na Rua "Q", da Quadra Condominial QC 14, Avenida Mangueiral, do Setor Habitacional Mangueiral (SHMA); e 2) Lote nº 09, Conjunto 03, Quadra 12, do SMPW, Park Way, na qualidade de DEVEDOR FIDUCIÁRIO nos termos da Lei nº 9.514/1997, para que satisfiquem o pagamento da importância de R\$17.864,11 (dezessete mil e oitocentos e sessenta e quatro reais e onze centavos), atualizada até o dia 12/11/2026, correspondente às prestações vencidas e mais as que se vencerem até o dia do pagamento, bem como, encargos legais e contratuais, além das despesas de cobrança e intimação. Tal dívida é originária do instrumento particular com alienação fiduciária da Casa nº Q5, situada na Rua "Q", da Quadra Condominial QC 14, Avenida Mangueiral, do Setor Habitacional Mangueiral (SHMA), nesta cidade, registrada sob os nºs R.11 e R.12, na matrícula nº 112.391. O Devedor Fiduciante não foi localizado nos endereços fornecidos, encontrando-se em local ignorado, de acordo com as certidões do Cartório 3º Ofício de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas do DF. Desta forma, fica o DEVEDOR FIDUCIANTE, acima qualificado, CONSTITUÍDO EM MORA E INTIMADO, para que satisfiquem o pagamento da importância acima referida, dentro do prazo de quinze (15) dias, a contar da última publicação do presente Edital, neste Serviço Registral, situado no SCS – QUADRA 08 – BLOCO "B" 60º – SALA 140C – "VENÂNCIO SHOPPING", nesta cidade, Decorrido o prazo legal para a purgação da mora, sem o devido pagamento, será promovida a consolidação da propriedade da Casa nº Q5, situada na Rua "Q", da Quadra Condominial QC 14, Avenida Mangueiral, do Setor Habitacional Mangueiral (SHMA), desta cidade, em nome da CREDORA FIDUCIÁRIA. - Dado e passado nesta cidade de Brasília, aos 20 (vinte) dias do mês de julho de 2026. LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL – OFICIAL.

Disque-Denúncia

Secretaria de Segurança Pública.

Uma nova arma contra a criminalidade
Sigilo absoluto.

197

CLASSIFICADOS

CORREIO BRAZILIENSE

Saiba como entrar em contato com o
Classificados do Correio Braziliense

Pequenos anúncios

61 3342-1000 opção 05 ou
61 3214-1215

Editais, Avisos e Comunicados

61 3342-1000 opção 04 ou
61 3214-1245

Whatsapp

61 98167-9999

Central

61 3342-1000

E-mail

classificados.df@cbnet.com.br

Endereço:

Sig QD 02 Bl 02 lote 340
ao lado da Câmara Legislativa



Siga-nos nas redes sociais e acompanhe todas as novidades e promoções



Instagram:
[@classificadoscb](https://www.instagram.com/classificadoscb)



Facebook
[@classificadoscb](https://www.facebook.com/classificadoscb)